

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE MATO GROSSO DO SUL

RELATÓRIO DE GESTÃO 2011

The title "RELATÓRIO DE GESTÃO 2011" is composed of large, bold letters. Each letter contains a different photograph related to agriculture or rural life. The letters include: R (a person pouring water from a bucket), E (a woman in a field), L (a man standing next to a stack of yellow bags), A (a group of people in a field), T (a person working in a field), O (a cow in a field), D (a person working with plants), G (a man in a red shirt), S (a group of people in a meeting), T (a map with green and red areas), A (a group of people in a classroom), and O (a person working in a field). The background of the title area is light green.

CAMPO GRANDE/MS

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIAS ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2011

Relatório de Gestão do exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU n. 63/2010**, da **DN TCU n. 108/2010**, da **Portaria TCU n. 123/2011** e das orientações do órgão de controle interno

SR16/MS/2012

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES.....	6
LISTA DE ABREVIASÕES E SIGLAS.....	8
Figura I – Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006... 12	
INTRODUÇÃO	22
PARTE “A” – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO (Conforme Anexo II da DN TCU Nº 108/2010).....	24
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	24
2. Objetivos e metas institucionais (DN 108 TCU, Parte A, item 2).....	25
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas (alínea a, I e II).....	25
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais (alínea b)	27
2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.....	27
2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento	27
2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento	29
2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa.....	32
2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade (alínea c)	33
2.3.1 Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais.....	33
Principais ações do Programa	34
2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	48
Principais Ações do Programa	49
2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas 75	
Principais Ações do Programa	76
2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário	87
Principais Ações do Programa	88
2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo.....	90
Principais Ações do Programa	91
2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola	95
Principais Ações do Programa	96
2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo.....	101
Principais Ações do Programa	102
2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura	108
Principais Ações do Programa	109
2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo.....	116
Principais Ações do Programa	117
2.3.10 Consolidado da execução física das ações em seus diversos programas.....	119

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro.....	120
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	120
2.4.2 Programação de Despesas Correntes.....	120
2.4.3 Programação de Despesas de Capital	121
2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência	122
2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	123
2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa	125
2.5 Indicadores Institucionais.....	128
3. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	137
4. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	137
4.1 Análise Crítica	138
5. Informações sobre Recursos Humanos da unidade.....	139
5.1 Composição do Quadro de servidores ativos	139
5.2 Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas	144
5.3 Composição do Quadro de Estagiários.....	146
5.4 Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada.....	147
5.5 Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada.....	149
5.6 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços	151
5.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	153
6. Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência.....	154
6.1 Transferências efetuadas no exercício	154
6.2 Análise Crítica	163
7. Declaração de Atualização de Dados no SIASG e SICONV	164
8. Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.....	165
Análise Crítica	165
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	166
10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras. (Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010)	168
11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros. (Parte A, Item 11, do Anexo II da DN TCU Nº108, DE 24/11/2010)	169
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	170
12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	172
13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.	174
14. Informações sobre Renúncia Tributária.....	177

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento. (Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU N. ^o 108, DE 24/11/2010)	178
16. Informações sobre o tratamento das Recomendações realizadas pela Unidade de Controle Interno.....	218
Parte B - Informações Contábeis da Gestão (PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU N^o 108/2010) ...	229
CRC n^o: Número do registro do Contador junto ao Conselho Regional de Contabilidade.	229
17. Demonstrações contábeis previstas na Lei n ^o 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC n ^o 1.133/2008 (NBC T 16.6).	239
Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA.....	239
18. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n. ^o 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:	239
19. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.	241

LISTA DE TABELAS, QUADROS, FIGURAS E DECLARAÇÕES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE QUADROS

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	24
Quadro A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ - consolidado	119
Quadro A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias	120
Quadro A.2.4 - Programação de despesas correntes.....	120
Quadro A.2.5 - Programação de despesas de capital.....	121
Quadro A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.....	122
Quadro A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa.....	123
Quadro A.2.11 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação	125
Quadro A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	126
Quadro A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação	127
Quadro A.3.1 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	137
Quadro A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores.....	137
Quadro A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011	139
Quadro A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011	140
Quadro A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011	141
Quadro A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011.....	142
Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011.....	143
Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011.....	144
Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011.....	145
Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários.....	146
Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011	147
Quadro A.5.10 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada	149
Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados	149
Quadro A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva	151
Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	152
Quadro A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	154
Quadro A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	159

Quadro A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	160
Quadro A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	161
Quadro A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.	162
Quadro A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV	164
Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	165
Quadro A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.....	166
Quadro A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis.....	168
Quadro A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.....	170
Quadro A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros.....	171
Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.....	171
Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.	172
Quadro A.13.1 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador – ver necessidade de adaptação ao uso das SRs	174
Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)	176
Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	178
Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	186
Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	187
Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	214
Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício	218
Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência	228
Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	229
Quadro B.1.2 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	229

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar

CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

CCU - Contrato de Concessão de Uso

CDB – Associação Crédito do Brasil

CDR – Comitê de Decisão Regional

CGU - Controladoria Geral da União

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais

CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPL - Comissão Permanente de Licitação

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

DE - Diretoria de Gestão Estratégica

DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação

DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária

DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário

DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária

DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola

DN - Decisão Normativa

DOU - Diário Oficial da União

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GAP - Gestão e Administração do Programa

GEE - Grau de Eficiência na Exploração

GPS - *Global Positioning System* (Sistema de Posicionamento Global)

GT – Grupo de Trabalho

GUT - Grau de Utilização da Terra

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LIO - Licença de Instalação e Operação

LOA - Lei Orçamentária Anual

LP - Licença Prévia

LTDA - Limitada

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem

MAS – Microssistema de Abastecimento de Água

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MP - Medida Provisória

MPF – Ministério Público Federal

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NE - Norma de Execução

NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal

OCI – Órgão de Controle Interno

PA - Projeto de Assentamento

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAF - Projeto de Assentamento Florestal

PB – Projeto Básico

PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PGE - Plano Geral de Estatísticas

NDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PO - Programação Operacional

PPA - Plano Plurianual

PRA - Plano de Recuperação de Assentamento

PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PU - Planos de Utilização

RB – Relação de Beneficiários

RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo

RG - Relatório de Gestão

RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS

RL - Reserva Legal

RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental

SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos

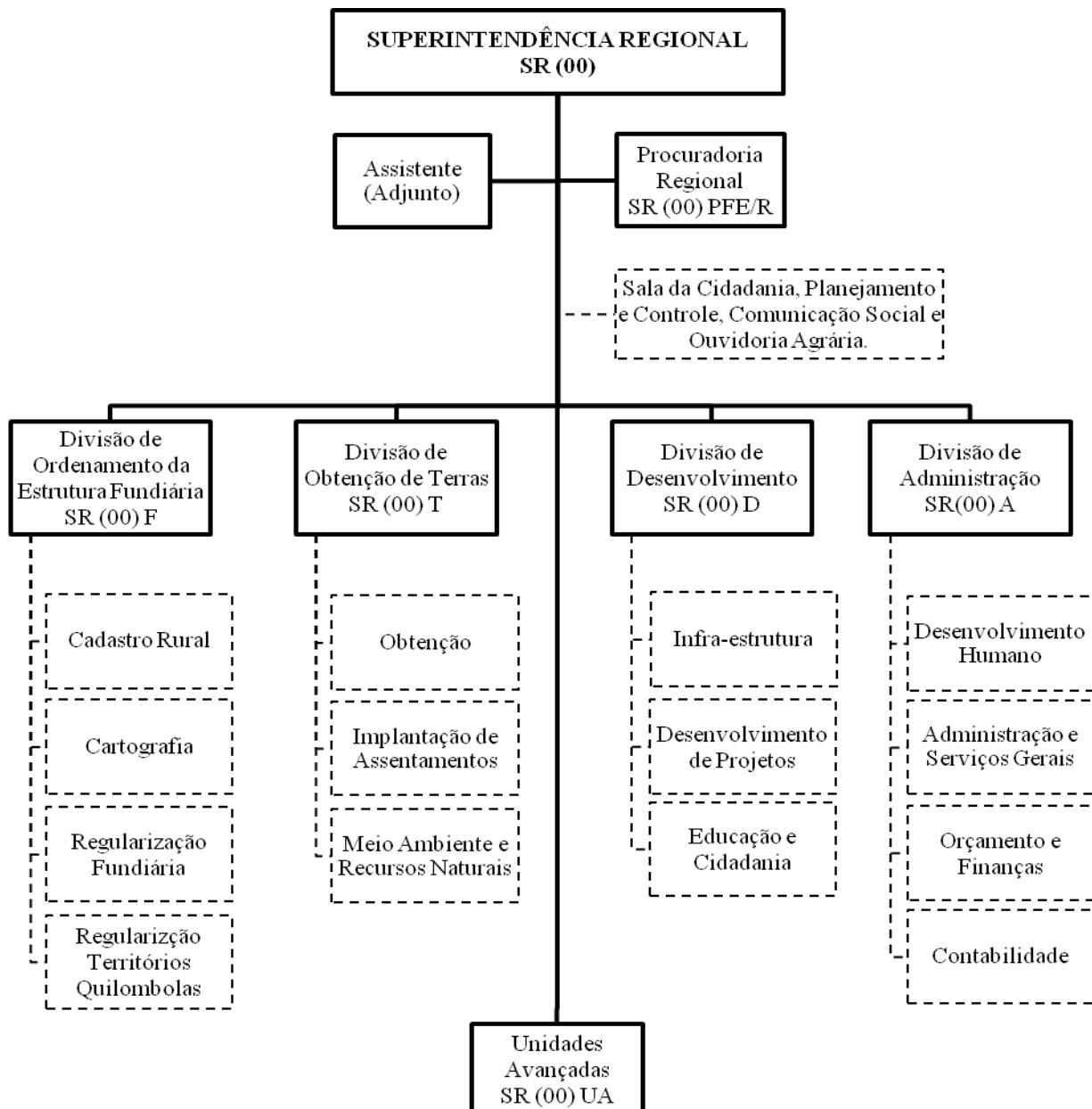
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal

SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais

SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse

SIG - Sistema de Informações Geográficas
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISDOC – Sistema de Documento
SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
SISPROT – Sistema de protocolo
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

**Figura I – Organograma Funcional conforme Decretos nº 5.735
de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006**



A estrutura organizacional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA apresentado através do organograma acima **foi definida através dos Decretos nº 5.735 de 27/3/2006 e 5.928 de 13/10/2006 e Portaria MDA/Nº 69 de 19/10/2006**, sendo esses normativos alterados pelo **Decreto nº 6.812 de 3/4/2009 e Portaria nº 20 de 8/4/2009**, onde não estabelece desenho de organograma, mas apresenta nova estrutura, incluindo Divisões Estaduais de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (SRFA (00)), no mesmo nível das demais Divisões; estabelecendo as atribuições / competências de cada um dos setores, conforme abaixo:

1) Superintendências Regionais - SR(16) – Órgãos descentralizados, compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades homólogas às dos órgãos seccionais e específicos relacionadas ao planejamento, programação, orçamento, informática, modernização administrativa e garantir a manutenção, fidedignidade, atualização e disseminação de dados do cadastro de imóveis rurais e sistemas de informação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

As funções vinculadas ao Gabinete da Superintendência Regional - SR (16)G possuem as seguintes atribuições:

a) Atendimento ao Cidadão (Sala da Cidadania) - Gerenciar as atividades de atendimento ao cidadão; Orientar, pesquisar e recepcionar os documentos afetos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR de acordo com as normas vigentes; Emitir o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR; Emitir Certidão de Assentado da Reforma Agrária e outros documentos de acordo com as normas vigentes; Buscar parcerias em nível local e regional para facilitar o atendimento ao cidadão; Promover gestões para assegurar condições e funcionalidade de atendimento, inclusive de infraestrutura física que facilite o acesso aos portadores de necessidades especiais, através da sinalização, iluminação, temperatura, acústica, mobiliário e equipamentos, sistemas de informação e pessoal capacitado; Subsidiar o Centro Cultural da Reforma Agrária com documentos e registros históricos; Administrar o acervo bibliográfico, promovendo gestão para assegurar condições para a preservação do mesmo, o acesso e sua consulta de maneira prática e funcional, assim como melhoria, conservação e ampliação; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

b) Planejamento e Controle - Coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; Coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do

Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; Disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; Coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; Coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; Coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; Realizar gestão da infraestrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; Propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infraestrutura de rede no âmbito da Regional; Promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; Prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; Manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; Realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; Dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

c) Comunicação Social - Assistir o Superintendente Regional nos assuntos relacionados à comunicação social e ao relacionamento com os meios de comunicação internos e externos; Elaborar e executar o plano de comunicação para a Superintendência Regional, em conformidade com as diretrizes emanadas pelo órgão central; Promover a publicação, divulgação e acompanhamento das matérias de interesse da Superintendência Regional e do INCRA; Produzir comunicação interna das atividades da Superintendência Regional; Realizar assessoria de imprensa junto aos veículos de comunicação social; Supervisionar as atividades de comunicação social relacionadas à realização de eventos, ceremonial e relações públicas; Providenciar o registro audiovisual, fotográfico e jornalístico de interesse da Superintendência Regional; Apresentar à administração central contribuições para a atualização e alimentação das informações constantes da página institucional na internet; Produzir e submeter à aprovação da Sede material publicitário para divulgação dos programas e ações da Superintendência Regional; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

d) Ouvidoria Agrária - Prevenir e mediar conflitos agrários; Articular com os órgãos governamentais federais, estaduais, municipais e não-governamentais para garantia dos direitos humanos e sociais das pessoas envolvidas em conflitos agrários; Receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária, desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários; e outras atividades compatíveis com suas atribuições.

I) À Procuradoria Regional - SR(16)PFE/R - compete promover a apresentação judicial e extrajudicial e realizar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos cometidos à Procuradoria Federal Especializada e suas Coordenações-Gerais, bem como assistir o Superintendente Regional e os demais dirigentes das unidades no controle interno da legalidade dos atos a serem por estes praticados ou já efetivados.

II) À Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR(16)F - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Cadastro Rural - Executar as atividades de manutenção e atualização dos registros cadastrais no SNCR, assegurando a inclusão dos imóveis oriundos dos projetos de assentamento, da regularização fundiária e da regularização de territórios quilombolas; Analisar e verificar a consistência de atualizações cadastrais; Avaliar e controlar a fidedignidade, qualidade e segurança dos arquivos cadastrais e disseminação de suas informações; Acompanhar, analisar e aplicar a legislação cadastral, inclusive quanto à taxa de serviços cadastrais; Propor e controlar a celebração de termos de cooperação técnica com as prefeituras municipais para implantação das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC e sua integração ao SNCR; Propor programa regional de treinamento e capacitação das UMC; Propor celebração de convênios, contratos, ajustes e termos de cooperação técnica para acesso e execução das atividades relativas ao SNCR, incluindo o CNIR; Desenvolver as atividades necessárias à microfilmagem e recuperação de dados e informações cadastrais; Manter registro e controle de máquinas e equipamentos de serviços de microfilmagem; Desenvolver, avaliar e executar as atividades de fiscalização dos imóveis rurais com vistas ao combate da grilagem de terras; Executar as atividades relacionadas à fiscalização de imóveis rurais em conjunto com outras instituições; Executar as atividades de controle do arrendamento e da aquisição de imóveis rurais por estrangeiros residentes no país; Executar as atividades relativas à verificação do cumprimento da função social da propriedade e de combate ao trabalho escravo; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Cartografia - analisar, aprovar e encaminhar os requerimentos de certificação de imóveis rurais pelo Comitê Regional de Certificação; Executar, controlar, recepcionar e fiscalizar os serviços de georreferenciamento de imóveis rurais, medição e demarcação de projetos de reforma agrária e de certificação de imóveis rurais; Produzir dados geodésicos referenciais e homologados, como suporte às atividades de georreferenciamento de imóveis rurais, em todo o país; Produzir dados padronizados de natureza cartográfica de interesse do INCRA; Adquirir, produzir, arquivar e tratar plantas, mapas, imagens obtidas por sensores remotos e demais materiais de natureza cartográfica; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Regularização Fundiária - Realizar discriminação e arrecadação de terras devolutas e terras públicas da União; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica para execução das atividades de sua competência; Propor a destinação de imóveis rurais arrecadados e discriminados; Analisar as solicitações, bem como propor as doações e as concessões de terras públicas; Realizar levantamentos dos recursos naturais, vistorias e avaliações dos imóveis da União/INCRA, visando promover a regularização fundiária e as doações e concessões, excetuado os casos de projetos de reforma agrária e de colonização; Executar atividades de destinação, titulação, concessão, doação e de ratificação para fins de regularização fundiária; Elaborar a pauta de valores de imóveis rurais para fins de regularização fundiária; Autorizar a emissão de documentos de titularidade como resultado das ações de regularização fundiária; Elaborar o Plano Ecológico Econômico - PEE; Analisar as solicitações de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas federais realizadas pelos Estados na faixa de fronteira; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Regularização de Territórios Quilombolas - Identificar e orientar as comunidades quilombolas quanto aos procedimentos relativos à regularização do território; Realizar as atividades de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dos territórios quilombolas; Promover a elaboração do relatório antropológico das áreas remanescentes de quilombos reclamadas pelas comunidades; Efetuar o cadastramento das famílias quilombolas; Executar o levantamento dos ocupantes não-quilombolas nos territórios quilombolas e promover a sua desintrusão; Promover a publicação do edital e os encaminhamentos do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; Propor a desapropriação ou a aquisição das áreas particulares incidentes nos territórios quilombolas; Propor, acompanhar, fiscalizar e controlar a celebração e a execução de convênios, ajustes, contratos e termos de cooperação técnica relativos à regularização

de territórios quilombolas; Propor o reassentamento das famílias de ocupantes não quilombolas incidentes em território quilombola, suscetíveis de inclusão no Programa de Reforma Agrária; Dar suporte técnico à defesa dos interesses dos remanescentes das comunidades de quilombos nas questões surgidas em decorrência dos procedimentos da titulação de suas terras; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

III) Divisão de Obtenção de Terras - SR(16)T - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Obtenção - Proceder vistoria e avaliação de imóveis rurais, para fins de desapropriação, aquisição, arrecadação e outras formas de obtenção de terras, destinadas à implantação de projetos de assentamento de reforma agrária; Participar em perícias judiciais e em audiências de conciliação, nas ações de desapropriação de terras; Atualizar semestralmente a Planilha de Preços Referenciais de Terras; Coletar e manter atualizados os dados referentes aos negócios realizados no mercado de imóveis rurais; Acompanhar a evolução do mercado regional de terras e analisar sua dinâmica; Promover discussões da Câmara Técnica e dos Grupos Técnicos de vistoria e avaliação; e executar outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Implantação de Assentamentos - Proceder ao cadastramento, seleção e assentamento de famílias em projetos criados e em áreas retomadas ou vagas em projetos de assentamento de reforma agrária e de colonização; Executar as ações voltadas à desintrusão de não-índios em terras indígenas; Providenciar os atos de criação e de implantação de projetos de assentamento; Elaborar documentos necessários ao reconhecimento de projetos de assentamento; Gerenciar o sistema de informações referente aos projetos de reforma agrária; Aprovar projetos de colonização oficial e/ou particular; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Meio Ambiente e Recursos Naturais - Elaboração de mapeamentos temáticos; Adoção de providências necessárias ao licenciamento ambiental dos projetos de assentamento de reforma agrária criados pelo INCRA; Fomentar a implantação de projetos de assentamento com atividades ambientalmente diferenciadas; Analisar, encaminhar e supervisionar os projetos de recuperação de áreas degradadas em assentamentos de reforma agrária; Monitorar e sistematizar as informações referentes à utilização dos recursos naturais nos assentamentos de reforma agrária; Promover estudos e diagnósticos que subsidiem o planejamento das ações de obtenção de terras, de gestão ambiental e de avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de

reforma agrária e de colonização oficial; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

IV) À Divisão de Desenvolvimento - SR(16)D - compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamentos, por meio das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Infraestrutura - Acompanhar a execução física e orçamentária para a viabilização do desenvolvimento dos serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; do Crédito Instalação, em todas as suas modalidades; dos Planos para o Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos e das ações de Formação e Capacitação dos Assentados e Profissionais de ATES, e dos serviços de topografia; Promover a identificação das demandas de formação e capacitação dos beneficiários do Programa de Reforma Agrária e dos profissionais de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES; Proceder articulação institucional, interinstitucional e com entidades não-governamentais buscando identificar e potencializar a cooperação e parcerias voltadas para o desenvolvimento dos projetos de reforma agrária; Analisar, aprovar, supervisionar e acompanhar os Planos de Desenvolvimento e Recuperação dos Assentamentos; Nas obras de engenharia, arquitetura, urbanismo e serviços correlatos: a.1. Elaborar os projetos básicos; a.2. Analisar e emitir pareceres técnicos; a.3. Acompanhar, supervisionar e receber as obras e serviços; a.4. Promover a integração e institucionalização de cooperação e parcerias com organizações governamentais e não-governamentais; a.5. Acompanhar a execução física dos créditos destinados à habitação rural e outras edificações; a.6. Acompanhar a aplicação física e financeira dos recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Desenvolvimento de Projetos - Selecionar os beneficiários para acesso às políticas de crédito voltadas para a produção, com base nos instrumentos normativos; Implementar projetos de apoio à agroindustrialização, comercialização e atividades pluriativas e solidárias nos projetos de assentamento; Executar e monitorar os projetos ambientais, de biodiversidades e de energia alternativa, com foco no desenvolvimento sócio-cultural e econômico dos projetos; Analisar, elaborar, supervisionar e fiscalizar os convênios, contratos, protocolos, parcerias e demais instrumentos congêneres firmados no âmbito de sua competência; Promover estudos e realizar diagnósticos para avaliação da evolução do desenvolvimento sustentável dos projetos de reforma agrária e de colonização; Promover a integração de políticas públicas e ações do INCRA objetivando a consolidação dos projetos de reforma agrária e de colonização; Definir as pautas de valores dos projetos de assentamento, para fins de autorização do respectivo título de domínio;

Realizar vistorias, supervisionar a situação ocupacional dos projetos de assentamento e promover as ações de retomada de parcelas irregularmente ocupadas; Emitir Contrato de Concessão de Uso aos beneficiários dos projetos de reforma agrária; Autorizar a emissão de títulos de domínio a beneficiários de projetos de assentamento e de colonização; Promover a destinação de bens remanescentes de projetos de assentamento e de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Educação e Cidadania - Promover parcerias com o Governo do Estado, Municípios, movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais e instituições públicas e/ou comunitárias de ensino, sem fins lucrativos, para a implementação do PRONERA; Divulgar, articular, programar, acompanhar e supervisionar o PRONERA e as atividades voltadas para a promoção da cidadania, no âmbito da Superintendência Regional; Analisar e emitir parecer técnico sobre as propostas de projetos e de convênios voltadas para a educação e cidadania; Apoiar e participar dos colegiados executivos estaduais; Mobilizar, dinamizar e orientar as atividades afetas ao PRONERA e à cidadania; Apoiar as ações voltadas ao exercício da cidadania da população adulta das áreas de reforma agrária; Articular e propor parcerias para a realização das atividades de cultura e lazer nas áreas de reforma agrária; Promover articulação com diferentes órgãos e políticas públicas nas ações voltadas para o bem-estar das crianças, dos jovens e da população da terceira idade das áreas de reforma agrária; Promover ações de inserção nas políticas públicas das trabalhadoras rurais beneficiárias do programa de reforma agrária e de resgatados em situação de trabalho escravo, objetivando a promoção da igualdade no campo; Articular a interação dos cursos executados no âmbito do PRONERA, ou outro que vier a substituí-lo, com as ações do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

V) À Divisão de Administração - SR(16)A - compete coordenar e supervisionar a execução das seguintes atividades, dentre outras:

a) De Desenvolvimento Humano - Coletar, sistematizar e manter atualizada a legislação de pessoal; Manter atualizadas as informações relativas ao cadastro, lotação, pagamento de pessoal e registros necessários à homologação dos atos de concessão de aposentadoria e pensão; Instruir consultas e requerimentos que envolvam questões relativas a direitos, deveres, responsabilidades e disciplina de pessoal, despesas de exercícios anteriores e vantagens decorrentes de decisões judiciais; Expedir documentos de identificação funcional, certidões e declarações funcionais; Efetuar o levantamento das necessidades de treinamento e acompanhar, controlar e avaliar a execução das ações de capacitação; Acompanhar a aplicação de instrumentos de avaliação

de desempenho, o processo de adaptação do servidor em estágio probatório e identificar e propor alternativas para neutralizar causas de inadequações funcionais; Executar, acompanhar e controlar as atividades relativas ao Programa de Estágio Supervisionado; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

b) De Contabilidade - Executar os lançamentos dos fatos contábeis, dos ajustes das contas da Unidade Gestora em consonância com o plano de contas da União; Orientar e supervisionar as unidades gestoras sob sua jurisdição; manter atualizado o rol de responsáveis; Elaborar o processo de prestação de contas anual da Superintendência e atender às diligências dos órgãos de controle interno e externo; Examinar as prestações de contas diárias, suprimento de fundos, convênios e outros instrumentos congêneres que envolvam transferência de recursos; Controlar a concessão de diárias e passagens, cotação e indicação de reserva de bilhetes de passagens; Instaurar processos de Tomada de Contas Especial; Promover o registro no CADIN e no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI dos órgãos inadimplentes; Controlar e acompanhar convênios, contratos e instrumentos congêneres, que envolvam transferência de recursos; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

c) De Administração e Serviços Gerais - Administrar os serviços de transporte e de manutenção de viaturas oficiais; Administrar as atividades de reprografia e de serviços gráficos; Manter e controlar os serviços de telecomunicação; Supervisionar os serviços de limpeza, manutenção e vigilância; Controlar a autorização para transporte de cargas; Recepcionar, registrar e entregar a correspondência oficial da Superintendência Regional; Expedir e receber a documentação tramitada entre a Superintendência Regional e a sede do INCRA; Manter atualizado o sistema de controle de processos e documentos; Orientar e supervisionar as unidades descentralizadas quanto à execução das atividades de protocolo; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

d) De Orçamento e Finanças - Acompanhar e controlar a execução orçamentária e programação financeira, emitindo os respectivos relatórios gerenciais; Promover emissões de empenhos, anulações, ajustes, ordens bancárias e recolhimentos legais de despesas devidamente liquidadas e autorizadas pelo ordenador de despesas; Movimentar sempre em conjunto com o ordenador de despesas, a Conta Única do INCRA, relacionada a pagamentos e recebimentos, procedendo à conformidade mensal de diárias e operadores dos lançamentos no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI; Registrar, cadastrar e publicar os termos de convênios, contratos e instrumentos congêneres; Registrar, controlar e manter sob guarda, em cofre, os bens e valores representados por títulos, cauções e fianças bancárias; Promover a cobrança e o controle das

obrigações financeiras decorrentes de financiamentos e créditos concedidos aos beneficiários da Reforma Agrária; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas competências.

VI) Às Unidades Avançadas - SR(16)UA - são órgãos descentralizados, de caráter transitório, subordinados às Superintendências Regionais, e lhes competem executar as atividades finalísticas especialmente supervisionar os projetos de reforma agrária e colonização; executar as atividades pertinentes as ações de ordenamento da estrutura fundiária; articular-se com os organismos governamentais, não-governamentais e os beneficiários, no sentido de viabilizar a participação e a integração das ações nos projetos de reforma agrária de colonização; e outras atividades decorrentes e compatíveis com suas atribuições.

INTRODUÇÃO

Em conformidade com o disposto na Decisão Normativa TCU N. 108, de novembro de 2010, este Relatório de Gestão da Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul, relativo ao Exercício 2011, está estruturado em três partes: Parte “A” –CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO; Parte “B” – INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO e Parte “C” - INFORMAÇÕES ESPECIFICAS DA SR-16.

Na Parte “A”, é apresentada, no item 1, a identificação da Unidade. No item 2, estão os objetivos e metas institucionais, com descrição detalhada de toda a movimentação orçamentária e financeira por programa e por ação e as principais decisões estratégicas empregadas pela SR para o desempenho de suas atividades no exercício. Neste item, também, são apresentados os indicadores de desempenho institucionais. O item 4 versa sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores. O item 5 apresenta informações sobre o quadro de Recursos Humanos da Unidade. No item 6, estão as informações sobre as transferências vigentes no exercício 2011. O item 7 apresenta a declaração de Atualização de dados no Siasg e Siconv. O item 8 traz a situação da SR quanto ao cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93. O item 9 traz informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da SR. No item 10, é apresentada a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental. O item 11 trata sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da Unidade. No item 12, são apresentadas informações sobre a gestão de tecnologia da informação. O item 13 versa sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal. No item 15, estão as informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno.

Na Parte “B”, o item 17 apresenta os demonstrativos contábeis e a declaração do contador da Unidade.

Na Parte “C”, o item 18 traz o cronograma de levantamento cartorial dos imóveis rurais acima de 10.000 hectares e o item 19 apresenta um breve comentário sobre as principais dificuldades a serem geridas no exercício 2012.

O item 3 da Parte “A” do Anexo II da Decisão Normativa, apesar de se aplicar à natureza da SR 16, não apresentou conteúdo a ser declarado no exercício de 2011.

O item 14 da Parte “A” do Anexo II da Decisão Normativa não se aplica a esta unidade jurisdicionada.

Os quadros A.2.3, A.2.4, A.2.5 e A.2.6, pertencentes, respectivamente, aos sub-itens 2.4.1, 2.4.2, 2.4.3 e 2.4.2.1 do item 2 da Parte “A” do Anexo II da Decisão Normativa, não se aplicam a esta unidade jurisdicionada. Também não se aplicam os quadro A.5.10; A.5.11 e A.5.12, do item 5.

A Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul teve como marca de sua gestão no exercício de 2011 a supervisão de 43,65% das parcelas. Duas decisões judiciais, uma da Justiça Federal de Naviraí e outra da Justiça Federal de Três Lagoas, obrigaram o INCRA a proceder ao levantamento ocupacional de todas as parcelas nas regiões Sul e Leste do estado. Esta ação evidenciou que há um significativo índice de ocupação regular nos assentamentos, pois, das 13.046 parcelas levantadas, apenas 29% apresentaram irregularidades.

Por outro lado, as mesmas decisões da Justiça suspenderam as ações de obtenção de terras e, assim, paralisaram a evolução da política de criação de novos assentamentos, tão importante no combate às desigualdades regionais do Estado de Mato Grosso do Sul.

Outra dificuldade, no exercício, foi a reduzida descentralização de recursos financeiros para avançar no processo de instalação de vários assentamentos criados de 2008 a 2010.

PARTE "A" – CONTEÚDO GERAL DO RELATÓRIO DE GESTÃO

1. Identificação de Relatório de Gestão Individual

QUADRO A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: INCRA – Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul		
Denominação abreviada: INCRA/SR-16		
Código SIORG: 1799	Código LOA: 99999	Código SIAFI: 373058
Situação: ativa		
Natureza Jurídica: Autarquia do Poder Executivo		
Principal Atividade: Administração Pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:	(067-33203800)	(067-33203813)
E-mail: gabinete@cpe.incra.gov.br		
Página na Internet: http://www.incra.gov.br		
Endereço Postal: Avenida Afonso Pena, nº 2403, Centro, CEP 79002-073, Campo Grande - MS		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Decreto nº 1.110, de 09 de julho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA		
Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA		
Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA		
Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Manual de Obtenção Manual de Recuperação Ambiental de Assentamentos Manual Operacional de ATES 2008 Manual do PRONERA Manual de Cadastro Rural Manual de Fiscalização		
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
373001	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA Sede	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
373061	Unidade Avançada de Dourados	
373060	Unidade Avançada de Jardim	
373059	Unidade Avançada de Corumbá	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão	
373001	37201	

2. Objetivos e metas institucionais

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade – Papel da unidade na execução das políticas públicas.

A Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul, vinculada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA Sede, foi criada pelo Decreto-Lei nº 1.110, de 09 de julho de 1970 e teve sua estrutura regimental aprovada pelo Decreto 5.735, de 27 de março de 2006, com alterações procedidas pelo Decreto nº 5.928, de 13 de outubro de 2006. Tem como suas principais finalidades as de:

I- Promover e executar a reforma agrária no Estado de Mato Grosso do Sul, visando à melhor distribuição de terra, mediante a modificação no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social;

II- Gerenciar a estrutura fundiária do Estado;

III- Promover a implantação e desenvolvimento de novas comunidades rurais de produção através da integração de políticas públicas, garantindo às famílias assentadas o acesso aos créditos e serviços de infra-estrutura básica;

A Política de Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul foi surpreendida por dois fatores externos que marcaram o exercício de 2011: decisões da Justiça Federal suspendendo as ações de obtenção de terras e a redução de recursos orçamentários descentralizados do INCRA-Sede para a Superintendência Regional.

Estava estabelecido, como meta para o exercício, o assentamento de 2.560 famílias, com a aquisição de 5.900 hectares e a aplicação de aproximadamente R\$ 6.000.000,00 em infra-estrutura para instalação de assentamentos. Com as decisões judiciais que suspenderam a Obtenção e a redução nos recursos de infra-estrutura para R\$ 522.828,00, foi muito pequeno o avanço dos objetivos institucionais de promoção e execução da Reforma Agrária e a implantação de infra-estrutura básica.

Como ganho secundário, neste processo de atendimento à exigência estabelecida pela Justiça Federal de realizar a supervisão ocupacional das parcelas nas regiões sul e leste do estado,

contabilizamos a verificação de que há um elevado índice de ocupação regular nos assentamentos: Das 13.046 parcelas supervisionadas, 71% estão em situação ocupacional regular.

Ocorreram progressos, também, nas ações não atingidas pelos fatores acima descritos. Nas atualizações cadastrais de imóveis rurais, a meta de 5467 foi superada, tendo sido atingida a marca de 6.631 atualizações; na prestação de serviços de ATES era previsto o atendimento de 2.399 famílias, foram alcançadas 10.599; A entrega de documentos de Concessão de Uso alcançou 3.655 famílias, quando a meta estabelecida era de 607 famílias. A ação de Licenciamento Ambiental cumpriu 100% da meta, protocolando 11 solicitações de licença, as quais estão sendo expedidas neste início de exercício (2012). Na ação de manejo ambiental, houve continuidade no atendimento de 2.280 famílias e, na ação de reconhecimento dos territórios Quilombola, o exercício foi marcado pela expedição do primeiro título no estado, para a Comunidade São Miguel, município de Maracaju.

Destacam-se também os avanços no processo de certificação de imóveis rurais que, apesar de não ter meta definida, é uma grande demanda do público agropecuário do estado. Em 2011, além do avanço na certificação de 600 imóveis, foi celebrado convênio e termo de cooperação técnica com o governo estadual com objetivo de atender à demanda existente.

2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

2.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

No exercício de 2011, a Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária atuou principalmente nas ações de Gerenciamento do Cadastro Rural, Titulação de Áreas Remanescentes Quilombolas e Certificação de Serviços de Georreferenciamento de Imóveis Rurais.

Nas ações de Regularização Fundiária, Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento, houve somente pequenos avanços, em função da acentuada redução orçamentária e das novas prioridades definidas em função da ação judicial que determinou o levantamento ocupacional das parcelas nos assentamentos da região sul e leste do estado.

Destacou-se no período a celebração do convênio com o Governo Estadual com o objetivo de disponibilizar uma base cartográfica digital do Estado de Mato Grosso do Sul, através da digitalização dos acervos fundiários da Superintendência Regional do INCRA e da Agência de Desenvolvimento e Extensão Rural – AGRAER e da publicação de um Sistema de disponibilização de dados geográficos, ferramentas de navegação, geração de análises, compartilhamento e geração de mapas sob demanda a todos os órgãos de Governo (Municipal/Estadual/Federal) e usuários autorizados.

2.2.2 Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

A Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamentos está regimentalmente subdividida em três Serviços: 1) Vistoria e Avaliação de Imóveis Rurais; 2) Implantação de Projetos de Assentamento e; 3) Meio-Ambiente e Manejo dos Recursos Naturais.

De forma geral, as ações da Divisão de Obtenção durante o exercício foram muito prejudicadas, tanto pelo fato de corte orçamentário, quanto pelos entraves impostos pela decisão judicial originária da Justiça Federal de Naviraí/MS, através da Cautelar Inominada promovida pelo

Ministério Públíco Federal de Dourados/MS em face deste Instituto (processo 0001088-29.2010.403.6006).

As ações do Serviço de Meio-Ambiente e Manejo dos Recursos Naturais não foram diretamente impactadas por essa decisão. No entanto, o corte orçamentário imposto ao MDA/Incra fez com que as metas de licenciamento de PAs, a cargo fossem reduzidos de 30 para 11, com alteração orçamentária de R\$ 185.755,00 para R\$ 28.165,00.

Em linhas gerais, essa Decisão, embora em caráter liminar, suspendeu todos os processos de obtenção de terras no âmbito estadual, determinou um levantamento ocupacional em mais de 13000 parcelas da reforma agrária e também a adoção do critério da “lista única” para seleção de candidatos ao PNRA.

Como os procedimentos de obtenção já deflagrados não puderam ter andamento, novos processos, por analogia, não foram deflagrados. Destarte, no exercício/2011 não foram realizadas vistorias de fiscalização da função social, nem avaliações de imóveis rurais. Por isso, vários técnicos dos Serviços de Vistoria e Avaliação, foram direcionados para atuar no aludido levantamento ocupacional. De maneira semelhante procedeu-se também com técnicos dos Serviços de Implantação de PAs, pois, como os trabalhos de seleção de novos beneficiários estavam prejudicados pela falta de novas áreas para seu assentamento, ao passo que os trabalhos de aferição da ocupação, pelo seu vulto, consumiram grande quantidade de servidores de toda a SR-16.

O fim da fase de grande demanda de servidores para atendimento do levantamento ocupacional, praticamente culminou com a readequação do teto orçamentário da SR-16, pouco antes do término do contingenciamento de recursos imposto à autarquia. Desse momento em diante, as ações da Divisão da Obtenção que não sofreram paralisação por força da decisão judicial em vigor, puderam ser plenamente desenvolvidas, como, por exemplo: atualização da Planilha de Preços de Referenciais de Terras e avaliação de áreas, acompanhamento de perícias judiciais de imóveis em desapropriação (Serviço de Vistoria e Avaliação) e abrangente trabalho de cadastramento (e/ou atualização cadastral) de candidatos à Reforma Agrária, com vistas ao cumprimento da determinação judicial para assentamento pelo critério da “lista única” (Serviço de Implantação de PAs).

2.2.3 Divisão de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

À Divisão de Desenvolvimento compete coordenar, executar e supervisionar a implementação e o desenvolvimento dos projetos de assentamento. O ano de 2011, destacou-se pelo cumprimento de duas decisões judiciais que por sua vez absorveram os recursos humanos e materiais disponíveis para o trabalho em campo sendo, uma na região sul e outra na região leste do estado.

Em razão da deflagração da operação TELLUS (Polícia Federal e Ministério Público Federal), realizada em 31 de Agosto de 2010, vários desdobramentos judiciais afetaram os trabalhos da Superintendência Regional do INCRA em Mato Grosso do Sul/SR-16; dentre esses acontecimentos destaca-se a decisão liminar proferida nos autos da Ação Cautelar Inominada promovida pelo Ministério Publico Federal em face desta Autarquia (autos nº 0001088-29.2010403.6006) em tramitação junto a 1^a Vara Federal de Naviraí-MS, que determinou a execução do levantamento ocupacional em 68 PA's Projetos de Assentamento, localizados em 17 Municípios do Sul do estado, totalizando 12.365 lotes vistoriados, incluindo aí os dados dos lotes do Complexo Santo Antônio, município de Itaquiraí/MS, que já se encontram em fase de notificação com ações de retomada das parcelas já protocoladas na justiça federal de Itaquiraí/MS e Ponta Porã/MS.

A decisão judicial supra mencionada condicionou a retomada das atividades do INCRA também, a implantação de mecanismos de controle interno para impedir pagamento e novas contratações de fornecedores e prestadores de serviços que tenham apresentados irregularidades no fornecimento de material e na prestação de serviços custeados com recursos dos créditos de instalação. Deste modo, também estabeleceu um fluxo para contratação de fornecedores com processo análogo a lei 8666/ 93, garantindo publicidade e transparência no controle dos recursos investidos na ação bem como, o acompanhamento e fiscalização do INCRA, com constante acompanhamento aos Projetos de Assentamento com o crédito Instalação em aplicação.

Em assim sendo, visando cumprir esta decisão, o trabalho da divisão até o mês de agosto foi o de revisão ocupacional na região sul do estado, atuando intensamente por meio de fiscalizações e elaboração de laudos individuais da situação ocupacional de cada parcela dos 68 Projetos de Assentamento, totalizando .

Outra decisão liminar proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 0001360-95.2011.403.6003 promovida pelo Ministério Publico Federal em face desta Autarquia em tramitação junto a 1^a Vara Federal da Subseção Judiciária de Três Lagoas-MS, determinou a

execução do levantamento ocupacional nos projetos de assentamento (PA's) localizados nos limites territoriais desta Subseção, compreendendo os municípios de Água Clara, Cassilândia, Costa Rica, Bataguassú, Brasilândia, Chapadão do Sul, Inocência, Aparecida do Taboado, Paranaíba, Santa Rita do Pardo, Selvíria e Três Lagoas, totalizando 2201 lotes distribuídos em 17 Projetos de Assentamento.

O trabalho de supervisão ocupacional para atender esta decisão foi realizado nos meses de outubro a dezembro de 2011, envolvendo servidores da sede e unidades avançadas. Deste modo, os recursos da ação de titulação foram praticamente utilizados na realização do monitoramento da situação ocupacional, conforme determinados pelas ações judiciais.

Um crescimento expressivo no que tange a desenvolvimento de PA's foi a crescente disponibilização de serviços de Assistência Técnica aos Assentados. Muito embora o Empenho Orçamentário tenha sido realizado no final do exercício 2010, todas as atividades desta ação foram realizadas no exercício 2011. A ATES gera uma expectativa de melhoria na qualidade de vida e de produção aos assentamentos de Mato Grosso do Sul. A nova forma de contratação por meio de chamada publica proporciona ao INCRA um maior controle nos gastos e melhoria na qualidade do serviço prestado.

O PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) obteve exito com a formação de uma turma, com 27 estudantes, do Curso Técnico em Agropecuária, realizado em parceria com o Centro de Organização e Apoio aos Assentados – COAAMS, começou um curso de pós- graduação em Gênero e interculturalidade, realizado em parceria com a UFGD, além de continuidade com o curso de Ciências Sociais, realizado em parceria com a mesma Universidade.

Com relação aplicação do crédito Instalação, a Superintendência tem trabalhado no sentido de dirimir o passivo existente, tanto financeiro quanto orçamentário. Contudo, a força de trabalho é insuficiente para atender a demanda. No ano de 2011, com o contingenciamento de recursos por parte do governo federal, não foi possível eliminar todo passivo de empenhos sem o correspondente financeiro mas, foi possível atender emergencialmente todos os Projetos com o crédito apoio inicial, garantindo as famílias assentadas o primeiro recurso para que possam investir na propriedade e permanecer no Assentamento.

Atualmente estão em construção na Superintendência (sede e unidades Avançadas) cerca de 10.800 casas. A construção da unidade habitacional em mutirão das famílias, faz com que a mesma se envolva no processo e garante a dignidade e a transformação da realidade social e familiar.

Dentro do programa 0137, a ação 8396 - Implantação e Recuperação de infraestrutura básica em Projetos de Assentamento deu continuidade as ações iniciadas no exercício anterior, não sendo realizado nenhum novo convenio ou contrato, apenas aditivo aos já existentes.

Um evento importante que ocorreu fruto do trabalho da Divisão, foi a doação do núcleo urbano do PA Casa Verde ao município de Nova Andradina. A destinação ao município, por perda da vocação agrícola, irá proporcionar ao novo Distrito de Casa Verde um impulso ainda maior ao seu desenvolvimento sócio-econômico, populacional e estrutural. Consolidando deste modo, Casa Verde como pólo regional, diminuindo o vazio demográfico no eixo Nova Alvorada do Sul – Bataguassu.

Esta ação de doação e destinação do patrimônio também, tem dado a tônica das ações da Divisão uma vez que, para que os municípios possam buscar recursos públicos para investir em infra-estrutura faz-se necessária a cessão de uso ou doação por parte do INCRA. Deste modo, encontram-se em trâmite cerca de 150 processos que visam permitir aos municípios o investimento em Projetos de Assentamento, colaborando deste modo para o desenvolvimento e consolidação dos Projetos de Assentamento.

Visando aprimorar a gestão e melhorar o controle das ações, a divisão de Desenvolvimento tem trabalhado no sentido de estabelecer fluxo, rotinas e padronizar os procedimentos realizados.

Ademais, a criação do Projeto Incra Itinerante, sob responsabilidade desta Divisão, visa otimizar recurso humanos e financeiros, agrupar as ações e levar o INCRA mais próximo das famílias, resolvendo problemas como emissão de documentos, levantamento da situação ocupacional, revisões cartográficas, fiscalização de crédito e Assistência Técnica, além de acelerar a resolução de problemas antigos em Projetos de Assentamento.

No exercício 2011, foi realizado uma experiência piloto no mês de novembro, no PA. São Gabriel- município de Corumbá/MS, avaliada como positiva pois, ao final, foi possível ter um retrato da real situação do Projeto bem como, a resolução de problemas diversos encontrados no projeto.

Ainda no mês de dezembro/2011, foi realizada a primeira fase do projeto nos Assentamentos Santo Antônio e Caburey, localizados no município de Itaquiraí/MS, visando retomar as ações do Incra no complexo Santo Antônio, paralisadas desde a realização da operação Tellus.

2.2.4 Divisão de Gestão Administrativa

A Divisão de Gestão Administrativa caracteriza-se pela busca da excelência através do planejamento estratégico, da otimização dos recursos e da valorização do capital humano, promovendo a manutenção das condições de infra-estrutura, operacional e logística, necessária e suficiente para o desempenho das divisões finalísticas desta Superintendência Regional do INCRA, da Procuradoria Federal Especializada Regional, mantendo também o suporte operacional da Delegacia do Ministério do Desenvolvimento.

Face as dificuldades decorrentes dos reduzidos recursos disponibilizados para a manutenção da Regional e das Unidades Avançadas foram adotadas algumas ações com o intuito de reduzir custos com água, luz, telefone, material de expediente e etc bem como e gastos promover a conscientização dos servidores e colaboradores acerca da necessidade de se desenvolver ações que possibilitem a sustentabilidade do planeta.

Promoveu a reestruturação o setor de convênios, patrimônio, almoxarifado. Redimensionou a distribuição das viaturas oficiais de forma que as divisões finalísticas passassem a ter maior responsabilidade e autonomia pelas viaturas necessárias ao cumprimento das suas ações.

A Divisão, por meio do Setor de Patrimônio, promoveu o saneamento do acervo patrimonial da Superintendência, através da formalização de processo de doação dos bens móveis considerados inservíveis, que se encontra em fase final de execução, totalizando 1011 itens, entre mobiliários, artigos de informática e outros. Foram cadastrados no SPIUNET os imóveis utilizados pela sede da Superintendência e pelas Unidades avançadas de Jardim.

A Superintendência perdeu vários servidores no decorrer do ano, seja para assumirem cargos em outros órgãos, como o TRE, ou por determinação de afastamento oriunda do MPF, além de óbito e outros. Assim, a Divisão viu-se grandemente prejudicada nas suas ações, tendo que suprir as necessidades das outras Divisões e da PFE-R, precisando reorganizar-se face à perda das forças de trabalho cedidas.

2.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

2.3.1 Programa 0135 - Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso a terra.

Gerente do programa: Marcelo Afonso Silva.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados: Unidade de Produção Familiar Gerada por imóvel incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária Área em hectares vistoriada – Área em hectares obtidos e incorporados ao Programa Nacional de Reforma Agrária - Número de Famílias Beneficiadas nos Programas de Reforma Agrária;

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais ações do Programa

2.3.1.1Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infra-estrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o Beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8384	A	3	família	2.560	814	-	814	31,80%	-

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
266.528,36	198.034,99	160.382,07	80,99%	127.942,77	64,60%	127.942,77	64,60%

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
8.350,23	6.732,11	1.618,12	Zero

Fonte: SIAFI.

Em que pese todas as fases do Cadastro e Seleção de Famílias serem essenciais, o pleno cumprimento da meta física só se dá quando da homologação do cadastro (última fase) dessas famílias no Sistema de Informações da Reforma Agrária – SIPRA. Dessa forma, vê-se que o cumprimento da meta do Serviço de Implantação de Projeto de Assentamento está automaticamente atrelado a uma parcela da reforma agrária.

Mesmo que não tivesse havido contingenciamento de recursos para O pagamento de áreas destinadas à Reforma Agrária por parte das instâncias superiores, a decisão judicial que suspendeu os processos de obtenção de imóveis rurais por si só impediria o pagamento de todos os imóveis que já estavam com “Processo de pagamento” junto ao INCRA-Sede, abaixo elencados. Consequentemente, as 534 famílias previstas para esses imóveis não puderam ser homologadas, pois o pré-requisito da área ficou pendente.

Áreas que aguardavam pagamento em jan-2011

Denominação	Modalidade	Valor (R\$)	Área (ha)	Famílias
Faz. Alvorada	Desapropriação	5.216.757,16	1.126,0239	60
Faz. Maranduba	Aquisição	7.286.996,49	1.637,6940	72
Faz. Santana	Aquisição	5.534.314,82	1.278,4487	56
Faz. São Marcos	Aquisição	7.514.876,46	1.399,3694	82
Faz. Andorinha	Aquisição	6.999.154,05	1.325,3684	75
Faz. Garça Branca	Aquisição	6.700.448,17	1.206,0665	57
Faz. Nazareth	Desapropriação	16.483.100,57	2.491,7318	132
Total		55.735.647,72	10.464,7027	534

Se não houvesse esse impedimento e tais imóveis fossem pagos a tempo, a regional poderia ter cumprido um percentual de 21,2% da sua meta na forma onerosa. Desse modo, o cumprimento de 31,80% deu-se somente pela via da regularização de famílias em lotes de assentamentos já existentes (meta não onerosa).

Com relação ao gasto de 64,6% da Provisão Recebida, a mesma decisão judicial que suspendeu os processos de obtenção de terras também determinou um levantamento ocupacional em

cerca de 40% dos lotes de reforma agrária do Mato Grosso do Sul e a adoção de lista única como critério para seleção e homologação de beneficiários da reforma agrária.

Embora o assentamento de beneficiários em áreas novas estivesse automaticamente suspenso pela impossibilidade de se dar seqüência nas obtenções dessas áreas, as argumentações da Procuradoria da República em Dourados (autor da ação judicial em questão) sinalizava irregularidades na ocupação das parcelas dos assentamentos do sul do Estado, que poderiam culminar na sua retomada.

Independentemente de os levantamentos ocupacionais determinados pela justiça corroborarem ou não a tese do MPF-Dourados sobre o número de irregularidades, fato é que, para as reintegrações de posse advindas ou não dos referidos levantamentos, o cumprimento do critério de lista única exigia que o Incra/MS dispusesse de um banco de dados atualizado para sua implementação. Portanto, fez-se necessário um levantamento dos candidatos existentes e uma atualização dos dados (principalmente classificatórios) dos candidatos anteriormente cadastrados. Além disso, a Recomendação 1 da Constatação 49, da CGU, veio determinar que as inscrições de candidatos devem ser feitas anterior e independentemente das obtenções de terra, reforçando a ideia de um banco de dados atualizado.

Assim, com base na premência de se implementar o critério da lista única, aliado à Recomendação da CGU, o Incra/MS deflagrou um amplo processo de cadastramento e atualização de dados de candidatos à Reforma Agrária. Tal atividade abrangeu cerca de 10 mil beneficiários dispersos em 133 acampamentos em todo o Estado. Por essa razão esses trabalhos responderam por grande parte de todo o Valor Pago para a Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária.

2.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schimidt

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8387	A	3	hectare	83.000,0000	Zero	Zero	Zero	-	-

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
230.000,00	182.144,60	116.221,60	63,80%	91.243,74	50,09%	91.243,74	50,09%

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
66.317,61	42.985,97	23.331,64	Zero

Fonte: SIAFI.

Desde jan/2011, a Superintendência Regional do Incra em MS está sob decisão judicial, proferida em caráter liminar, que suspende todos os processos de obtenção de terras na sua jurisdição. Desse modo, durante o exercício/2011, não foram deflagrados processos de vistoria para Desapropriação por Interesse Social e/ou Aquisição de Imóveis Rurais bem como ficaram sobrestados todos os procedimentos já deflagrados e que poderiam conduzir a obtenções de terras. Assim, entende-se o motivo da não realização da meta física estabelecida, que era a de vistoriar áreas equivalentes a 83.000 hectares.

No entanto, embora o Serviço de Vistoria e Avaliação da Divisão de Obtenção de Terras tenha como meta somente a vistoria de áreas para Reforma Agrária, existem outras atribuições regimentais que, independentemente da referida decisão judicial, necessitam ser efetuadas e, portanto, consomem recursos orçamentários/financeiros. Nesse sentido, temos a Planilha de Preços Referenciais de Terras (PPR) da Regional. Segundo alínea “C”, Inciso I do art. 116 do Regimento Interno do INCRA, esse documento deve ser atualizado periodicamente pelos Engenheiros Agrônomos do Serviço de Vistoria e Avaliação. Por isso, a fonte dos recursos necessários para esses trabalhos provém do orçamento da Ação 8387- Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais. Para a atualização da PPR, foram efetuados deslocamentos de servidores em todos os municípios do Estado, obtendo-se 359 elementos amostrais (negócios realizados, opiniões de valor e ofertas) que, por sua vez, perfizeram um montante 533.953,14 hectares (1,5% da área estadual), a maioria na forma de ofertas.

Outras atividades que também consomem recursos da Ação 8387, por se tratarem de ações iniciadas em exercícios anteriores, são os deslocamentos dos Procuradores Regionais e do(s) Perito(s) do órgão incumbidos da defesa jurídica e assessoria técnica dos processos de desapropriação em trâmite na esfera judicial, bem como o pagamento dos honorários periciais determinados.

Além dessas atividades, foram descentralizados pelo INCRA - Sede e operacionalizados por esta Regional dentro da Ação 8387, os recursos necessários para a continuidade dos trabalhos de auditoria no processo de aquisição do imóvel Fazenda Rio Azul, localizado em Cláudia-MT, determinados pela Portaria/INCRA/P/nº666/2010, que designou dois Peritos da SR-16/MS para trabalhos na SR-13/MT,

Embora não se possa desconsiderar a existência de outros fatores, que comumente se mostram com entraves à consecução da meta física, no exercício/2011 a referida decisão judicial que ainda vigora, e que suspende os processos de obtenção de terras no âmbito do MS, foi o principal empecilho para a referida consecução.

2.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c)/a	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8374	A	3	Licença protocolada	11	11	-	11	100%	-

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
70.411,52	52.076,92	37.027,67	71,10%	26.595,69	51,07%	26.595,69	51,07%

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
34.646,92	26.669,12	7.977,80	Zero

Fonte: SIAFI.

A meta prevista para o exercício de 2011, que era de 11 licenças ambientais protocoladas, e foi cumprida exatamente como o programado.

O licenciamento ambiental da SR-16 é realizado em duas etapas, sendo a Licença Prévia (LP) e a Licença de Instalação e Operação (LIO). Os estudos ambientais necessários ao requerimento das licenças são efetuados exclusivamente por servidores do serviço de meio ambiente da Autarquia.

A emissão das LPs tem ocorrido a bom termo, ou seja, antes da criação dos assentamentos, o que não ocorre com as LIOs, devido a muitas dificuldades, sendo as principais:

1. Para protocolo dos requerimentos de licenças ambientais junto ao órgão ambiental estadual (Imasul):

- legislação federal e estadual muito complexa, burocrática e trabalhosa;
- obtenção da Declaração Municipal junto a algumas prefeituras;
- anuência dos Órgãos Gestores de unidades de conservação, quando necessário;
- obtenção do material cartográfico (mapas, imagens de satélite, cartas DSG, memoriais descritivos do imóvel e da Reserva Legal, etc...) junto à cartografia, o que está exigindo preparo dos servidores envolvidos no licenciamento para suprir essa necessidade e ao mesmo tempo sobrecarregando-os;
- georreferenciamento dos imóveis e certificação das áreas, principalmente dos assentamentos antigos;
- assentamentos com muitos problemas, tais como ausência parcial ou total da área de Reserva Legal (não têm os 20% previstos em lei), dois ou mais assentamentos em uma mesma matrícula, um assentamento com várias matrículas, assentamentos já consolidados onde muitos parceleiros titulados venderam seu lotes e o INCRA é impedido de realizar as vistorias necessárias.

2. Para emissão das licenças ambientais pelo órgão ambiental estadual (IMASUL):

- multas ambientais: O assentado comete o crime (gado na reserva legal, desmatamento ilegal, carvoaria sem licença, etc.) e muitas vezes o Incra é multado pelos órgãos ambientais federal (IBAMA) e estadual (IMASUL) e ou pela Polícia Militar Ambiental;
- durante todo o exercício de 2011 permaneceu a situação de impedimento de emissão de licenças ambientais ao INCRA por parte do órgão ambiental competente (OEMA/IMASUL). Tal impedimento deu-se em função do INCRA/MS ter uma multa transitada em julgado na esfera administrativa, referente ao assentamento Teijin, localizado no município de Nova Andradina/MS, e conforme legislação ambiental estadual tal fato impede a emissão de quaisquer licenças ambientais ao INCRA/MS;
- em Mato Grosso do Sul há legislação estadual que proíbe a emissão de licenças e de autorizações ao requerente que tem processo de multa transitado em julgado, culpado, na esfera administrativa. Esta Superintendência se encontra nesta situação há quase três anos devido a uma multa ambiental referente ao projeto de assentamento Teijin. Há várias licenças (em torno de 20) prontas para serem expedidas pelo IMASUL, que só serão assinadas depois que o Incra pagar a multa;
- Apesar da restrição acima mencionada que diz respeito somente a emissão das licenças, o INCRA/MS manteve o bom relacionamento institucional com o IMASUL (OEMA), sendo que foram mantidos os protocolos de requerimento das licenças, as análise/vistorias conjuntas e demais trâmites processuais técnicos/administrativos;
- Paralelamente as atividades relacionadas no item anterior, houve através do Setor de Meio Ambiente, durante todo o exercício de 2011, articulação para entendimento entre a Superintendência Regional do INCRA/MS e a OEMA/IMASUL no sentido de superar a restrição de impedimento de emissão das licenças ambientais, visando a superação do impasse para o início do exercício de 2012.
- muitas pendências e complementações solicitadas pelo Imasul, impossíveis de serem atendidas pelo Incra, principalmente em assentamentos antigos, tais como licenciamento de pivô central, de piscicultura, de açude, de cascalheira, enfim, de atividades que são desenvolvidas pelos assentados e devem ser licenciadas por eles. Muitas outras exigências desnecessárias para o licenciamento ambiental do assentamento como análise de água, custo de produção de culturas, etc;
- estrutura deficiente (recursos físicos, financeiros e humanos, diárias baixas, etc.);

- falta de gestão política dos dirigentes da autarquia junto aos dirigentes dos órgãos ambientais para ajustes nos procedimentos e para estabelecimento de parcerias em prol das ações ambientais desenvolvidas pelo Incra;
- apesar de todas as dificuldades, foram protocolados 11 requerimentos de licenças ambientais (LIO), logo foram cumpridas as metas finais estipuladas.

2.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Emerson Luis Schmidt.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c)/a	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.4460	A	3	hectares	5.900	Zero	Zero	-	-	-

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
28.449.000,00	Zero	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
-	-	-	-

Fonte: SIAFI.

No início do exercício/2011 o INCRA/MS dispunha de sete imóveis passíveis de pagamento e incorporação ao PNRA (quadro abaixo), os quais, se tivessem sido indenizados, fariam com que a meta da Ação 4460 – Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária fosse ultrapassada em 77%, toda ela fruto dos trabalhos iniciados em exercícios anteriores. No entanto, como a decisão judicial exarada ainda em janeiro/2011 impediu tais indenizações, a meta não pôde ser alcançada.

Áreas que aguardavam pagamento em jan-2011

Denominação	Modalidade	Valor (R\$)	Área (ha)
Faz. Alvorada	Desapropriação	5.216.757,16	1.126,0239
Faz. Maranduba	Aquisição	7.286.996,49	1.637,6940
Faz. Santana	Aquisição	5.534.314,82	1.278,4487
Faz. São Marcos	Aquisição	7.514.876,46	1.399,3694
Faz. Andorinha	Aquisição	6.999.154,05	1.325,3684
Faz. Garça Branca	Aquisição	6.700.448,17	1.206,0665
Faz. Nazareth	Desapropriação	16.483.100,57	2.491,7318
Total		55.735.647,72	10.464,7027

Ainda que não houvesse a referida decisão, o grande contingenciamento de recursos por parte do governo federal retardou muito o início das indenizações de áreas em todo o território nacional e, em MS, não seria diferente. Independente do motivo, a demora no pagamento fez com que todos os proprietários dos imóveis objeto de aquisição terminassem por declinar da intenção de alienação. Portanto, hoje, aguardam indenização somente os proprietários das áreas sob a égide da desapropriação.

Como ainda vigora a decisão de suspensão dos processos de obtenção, esta regional não dispõe de perspectivas otimistas para novas áreas onerosas no exercício/2012, pois existe a possibilidade de reversão judicial das desapropriações que ainda aguardam pagamento e não podem ser concluídas.

2.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.0135.2272	A	4	Não há	Não há	Não há	Não há	-	-	Não há

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
26.274,00	123.425,10	107.079,70	86,76%	97.822,49	79,26%	97.822,49	79,26%

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1.895,80	510,00	1.385,80	Zero

Fonte: SIAFI.

As atividades desempenhadas na Ação 2272 – Gestão e Apoio do Programa – não compõem o caderno de metas da Regional. Os recursos foram aplicados nos trabalhos da Ouvidoria Agrária Regional, visto que, dentro da estrutura do INCRA, os trabalhos de disponibilização de cestas de alimentação estão ligados à Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento, além de diárias de servidores lotados no Gabinete da SR, Comissão de Apuração de Assuntos Disciplinares, aquisição de material permanente, dentre outros.

2.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: .

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²

² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infra-estrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infra-estrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho ³	Tipo da Ação	Prioridad e	Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.8396	A	3	família	909	-	-	-	-	909

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
4.980.000,00	592.828,40	584.127,58	98,53%	Zero	0%	Zero	0%

Fonte:

³ Programa de trabalho: 13 dígitos sequenciais sendo composto de Função (99), Subfunção (999), Programa (999) e Ação (9999).

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
6.926.280,22	65.743,58	2.637.317,25	4.223.219,38

Fonte: SIAFI.

No exercício 2011 o desempenho desta ação foi baixo devido a falta de pessoal no setor. Existiam, na regional, apenas dois engenheiros civis, sendo um responsável pelo acompanhamento das ações do PAC – programa de Consolidação e Emancipação de Assentamento e o outro foi designado para responder pela Divisão do Ordenamento Fundiário na maior parte do período.

Contudo, em novembro de 2011, foi lançada licitação para contratação de ações de infraestrutura de água e sistema viário em assentamentos em implantação no mês de novembro de 2011. Ocorre que no transcurso do processo licitatório, por meio do MEMO CIRCULAR/INCRA nº 17/2011, a Diretoria de Desenvolvimento informou que estaria recolhendo todos os recursos orçamentárias não empenhados pelas Regionais até a data de 16 de dezembro. Como providência, esta regional informou à Diretoria os processos licitatórios em andamento, conforme segue:

1. Tomada de Preços 02/2011

Objeto: Sistema de abastecimento de água nos PA'S Sete de Setembro, Ouro Branco, Torre de Pedra e Liberdade Camponesa, famílias beneficiadas – 333

Valor R\$ 1.401.706,44

DATA DA ABERTURA DA LICITAÇÃO: 15/12/2011

Data de empenho previsto 17/12/2011

2. Tomada de Preços 03/2011

Objeto: Sistema de abastecimento de água nos PA'S Matão, Itaqui e Patativa do Assaré, municípios de Bandeirantes, São Gabriel do Oeste, famílias beneficiadas – 254

Valor R\$ 1.155.659,48

DATA DA ABERTURA DA LICITAÇÃO: 16/12/2011

Data de empenho previsto 18/12/2011

3. Tomada de Preços 04/2011

Objeto: Implantação de Sistema Viário nos PA'S Sete de Setembro, Ouro Branco, e Recanto do Rio Miranda, município de Terenos e Jardim, famílias beneficiadas – 325

Valor R\$ 861.841,03

DATA DA ABERTURA DA LICITAÇÃO 20/12/2011

Data de empenho previsto 22/12/2011

Na data de 08/12, recebemos a informação do recolhimento na ação de infra-estrutura nos seguintes PI C0137839619- R\$ 863.292,00 e D 0137839619-R\$ 204.000,00. Desta forma, no exercício 2011, foram realizados na ação de infra-estrutura os seguintes aditivos a contratos já existentes: R\$ 86.975,00 Aditivo ao Contrato CRT/MS/Nº 27.000/2010; R\$ 195.000,00 Aditivo ao Contrato CRT/MS/Nº 27.000/2010 (PA TEIJIN). Os dois contratos firmados com a empresa JNC Comércio de Materiais de Construção e Prestadora de Serviços.

Contudo, as ações de infra-estrutura foram severamente prejudicadas com a falta de liberação de recursos financeiros ao INCRA por parte do governo federal, de modo que muitos contratos e convênios ficaram com o seu andamento prejudicado. Prova disso, é o quadro de restos a pagar relativo aos gastos de INFRAESTRUTURA, apresentado a seguir:

SR	Valor (R\$)	Qualificação da Demanda	EMPENHO	CONVÊNIO/CONTRATO
SR-16/MS	348.069,40	IMP. 44,93 km DE ESTRADAS	2009NE901776	SICONV 708949/2009
"	111.604,60	IMP. 23,40 km DE ESTRADAS	2009NE901777	SICONV 708957/2009
"	97.884,00	IMP. 19,24 km DE ESTRADAS	2009NE901733	SICONV 707597/2009
"	91.290,00	IMP. 19,24 km DE ESTRADAS	2010NE901085	SICONV 707597/2009
"	116.500,00	REC. 250,00 km DE ESTRADAS	2009NE901736	SICONV 708601/2009
"	662.601,45	IMP. 250,00 km DE ESTRADAS	2009NE900998	SICONV 704058/2009
"	139.590,00	IMP. 38,00 km DE ESTRADAS	2009NE900874	SICONV 703949/2009
"	334.449,10	REDE DE DISTRIBUIÇÃO	2010NE901240	CRT/MS/20.000/2010
"	332.957,28	IMP. 79,74 km DE ESTRADAS	2010NE900931	SICONV 737875/2010
"	68.906,27	REC. 250,0 km ESTRADAS	2010NE900932	SICONV 737886/2010
"	81.057,75	PONTE DE CONCRETO	2010NE900927	SICONV 737541/2010
"	245.037,98	REC. ESTRADAS EM PROJETOS	2010NE902242	CRT/MS/27.000/2010
"	156.576,54	PERFURAÇÃO DE POÇOS	2010NE902243	CRT/MS/26.000/2010

2.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridad e	Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c)/a	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.839 8	A	3	família	596	383	60	443	74,33%	153

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
327.875,81	239.100,00	47.730,51	19,96%	37.830,51	15,82%	37.830,51	15,82%

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
149.302,28	140,04	149.162,24	Zero

Fonte: SIAFI.

2.3.2.3- Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Viabilizar o incremento de renda dos Projetos de assentamentos Rurais, por meio de atividades socioeconômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiência e potencialidades locais.

Descrição: a) Apoio à implantação e recuperação de agroindústrias: contratação de serviços de consultoria e/ou assessoria técnica para os projetos de agroindústrias existentes e aos novos; capacitação de multiplicadores (técnicos e agricultores); sensibilização e organização de produtores; apoio à realização de diagnóstico para identificação de oportunidades de negócios; e apoio à implantação e recuperação de edificações e equipamentos b) apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados: apoio à realização de pesquisa de mercado; apoio à divulgação e vendas dos produtos da reforma agrária; e apoio ao desenvolvimento de logotipos e embalagens adequadas ao mercado; c) capacitação dos beneficiários (homens e mulheres) e jovens em gestão administrativa, associativismo e cooperativismo, comercialização, processamento de alimentos e boas práticas de fabricação; d) implantação de projetos pluriativos solidários: apoio ao estabelecimento de parcerias institucionais para viabilizar e estruturar os sistemas de produção, tendo em vista uma transição agroecológica; e) valorização dos produtos e serviços oferecidos pelos assentados, apoiando a diversificação das economias e potencialidades locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridad e	Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.691.0137.4320	A	1/2/3/4	Família	Zero	296	0	296	-	-

Fonte:SIR Módulo Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
Zero	152.580,00	152.580,00	100%	149.480,00	97,97%!	149.480,00	97,97%

Fonte:SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
Zero	-	-	-

Fonte: SIAFI.

No exercício de 2011, o valor designado para esta ação na Superintendência regional foi executado em parceria com a Prefeitura Municipal de Itaquiraí/MS, por meio de convênio. O objetivo desta parceira era debater as políticas, os arranjos inovadores de produção, produtos diferenciados e sistema de comercialização solidária da agricultura familiar e o fortalecimento do desenvolvimento territorial e sustentável.

A feira da Agricultura familiar, como é conhecida, ocorreu no município de Itaquirai/MS no período de 20 a 23 de Outubro, sendo um evento avaliado como altamente positivo no aspecto do envolvimento das famílias assentadas, dos órgãos públicos e entidades que trabalham com agricultura familiar bem como, referencia em disseminação de tecnologias e possibilidades de geração de renda as famílias, apresentando experiências de produção e desenvolvimento existentes nos assentamentos.

2.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridad e	Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.4358	A	/4	Unidad e	607	3.655	-	3.655	602,14%	-

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)
168.000,00	376.587,66	270536,12	71,84%	245.938,84	65,31%	245.938,84	65,31%

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
17.109,99	13.718,37	3.391,62	-

Fonte: SIAFI.

A meta física desta ação é contada pela expedição de Títulos Definitivos e de Certificado de Concessão de Uso – CCU.

No exercício de 2011, foi estabelecida prioridade para expedição de CCU. A decisão neste sentido foi adotada em função da demanda urgente de inúmeras famílias assentadas, que ainda não tinham o documento de contrato. Ademais, no exercício de 2011 forma expedidos 24 Títulos definitivos referente as ações desenvolvidas no PA . Casa Verde.

A ação de titulação de imóveis em assentamentos está relacionada prioritariamente aos assentamentos do Programa de Consolidação de Assentamentos - PAC, os quais ainda não concluíram suas atividades estabelecidas no Plano e tiveram seus convênios aditivados no exercício.

O alto valor utilizado para realização desta ação esta relacionado ao cumprimento de duas decisões judiciais que envolveram as regiões sul e leste do estado.

Como desdobramento da decisão liminar proferida nos autos da Ação Cautelar Inominada promovida pelo Ministério Publico Federal em face desta Autarquia (autos nº 0001088-29.2010403.6006) em tramitação junto a 1ª Vara Federal de Naviraí-MS, ocorreu o levantamento ocupacional em 68 PA's Projetos de Assentamento, localizados em 17 Municípios do Sul do estado, totalizando 12.365 lotes vistoriados.

Quanto a decisão liminar proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 0001360-95.2011.403.6003 promovida pelo Ministério Publico Federal em face desta Autarquia em tramitação junto a 1ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Três Lagoas-MS, esta determinou a execução do levantamento ocupacional nos projetos de assentamento (PA's) localizados nos limites territoriais desta Subseção, totalizando 2201 lotes distribuídos em 17 Projetos de Assentamento.

O trabalho de supervisão ocupacional para atender esta decisão foi realizado nos meses de outubro a dezembro de 2011, envolvendo servidores da sede e unidades avançadas. Deste modo, os recursos da ação de titulação foram praticamente utilizados na realização do monitoramento da situação ocupacional, conforme determinados pelas ações judiciais.

2.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Consolidar e emancipar 70 projetos de assentamento originários do Acordo de Empréstimo nº 1248 firmado com o BID e encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Descrição: a) Fortalecimento da organização das famílias assentadas e intensificação da participação ativa das mesmas nas tomadas de decisão, na gestão de recursos financeiros e execução de obras, serviços e ações financiadas; b) execução dos planos de consolidação de assentamento - PCA, com investimentos complementares em infra-estrutura socioeconômica; c) monitoramento e acompanhamento do projeto. O escopo desta ação se restringe aos 70 projetos de assentamento não consolidados e emancipados: São João das Neves (MA); Brinco de Ouro, Chico Mendes, Novo Horizonte II, Rosário, Nova Vida II, Guarapes, Canto da Ilha de Cima, Antonio Conselheiro, Bonsucesso, Auora da Serra, Poço Novo e Nova Vida (RN); Jacaré Curituba I a VIII (SE); Ireno Alves, Nova Fartura e Nova Terra (PR); Santa Alice, Apolo, Recanto, Posto Novo, Bom Será, Cerro dos Munhoz, Piratini, Alegrias, São Manoel, Jaguarão e Vimão (RS); Aldeia, Palmeiras, São Judas, Sta Guilhermina, Tamarinheiro II, Paiolzinho, Taquara e Taquaral (MS); Caetés, Paulo Freire, 14 de agosto, 4 de outubro, 28 de outubro, Sto Antonio da Fartura, Guapirama, Jandira, Sadia II, Vale Verde, Campo Limpo, Vale do Sol, Riozinho, Rio Branco, Fartura e Independente I (MT); e Rio das Pedras, Tapera, Campo Novo, Pontal dos Arantes, Barro Azul, Mamoneiras, Mangal, Saco do Rio Preto, Vazante, Paraíso e Corrente (MG).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Rachel Cossich Furtado.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridad e	Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.10Y N	A	3	Unidad e	1	-	-	-	-	1

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
200.000,00	741.999,32	674.624,89	90,92%	16.652,85	2,24%	16.625,85	2,24%

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1.822.506,72	971.357,39	2.364,47	848.784,86

Fonte: SIAFI.

No Mato Grosso do Sul o PAC – Programa de Consolidação e Emancipação (auto-suficiência) de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária- possui atualmente 08 (oito) Assentamentos beneficiários e 7 (sete) convênios vigentes, quais sejam:

3. P.A Aldeia (Bataguassu), convênio assinado em 13/10/2004;
4. P.A Palmeira (Nioaque), convênio assinado em 13/10/2004;
5. P.A Santa Guilhermina (Maracaju/Nioaque), convênio assinado em 28/12/2004;
6. P.A São Judas (Rio Brilhante), convênio assinado em 28/12/2004;
7. P.A Taquara (Rio Brilhante), convênio assinado em 28/12/2004;
8. P.A. Taquaral (Corumbá), convênio assinado em 10/06/2005;
9. P.A Tamarineiro II e Paiolzinho (Corumbá), convênio assinado em 10/06/2005.

Todos os assentamentos constituíram Associações as quais celebraram Convênios (tripartites) nos quais são partes o INCRA (concedente), a Associação do Assentamento (conveniente) e a Prefeitura Municipal (interveniente).

Em que pese o Contrato de Empréstimo nº 1248/OC-BR ter se encerrado, o INCRA com o objetivo de assegurar a continuidade às ações pertinentes ao Programa, através da Instrução Normativa nº 39, de 11 de junho de 2007, publicada no DOU de 21 de junho de 2007, seção 1, página 77, instituiu o Programa no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento de Projetos de Assentamentos e foi incluído no PPA 2008-2011.

Outrossim, a partir da orientação da Coordenação Geral do Programa, decidiu-se pela retomada das atividades desses Convênios, face à relevância das obras e serviços do ponto de vista social, econômico e ambiental. Com isso, a equipe da Unidade Técnica Estadual - UTE-MS foi

reformulada a fim de que o objetivo fosse alcançado, isto é, a execução das Metas/Etapas dos Planos de Trabalhos que integram os Convênios sejam executadas na medida do máximo possível, com isso beneficiando as famílias assentadas.

A saída dos consultores contratados para gestão do Programa, a qual ocorreu sem a devida transição e transferência das informações à equipe posteriormente constituída por servidores desta Autarquia, e as constantes mudanças destas equipes foram alguns dos entraves que ocasionaram o atraso na execução das metas dos convênios.

Ainda, em que pese a maioria dos projetos dos Planos de Consolidação dos Assentamentos serem inexecutáveis devido a incoerências nos projetos, verificou-se ainda que as Anotações de Responsabilidades Técnicas –ART's não foram juntadas ao PCA. Diante de tais fatos, surgiu a necessidade de readequação dos projetos bem como a juntada das respectivas ART's, o que vem ocorrendo a medida em que algumas Prefeituras tem enviado, como contrapartida, os projetos com a demanda atualizada e estes vem sendo executados. Apesar da deficiência de engenheiros civis no quadro de servidores do INCRA, a autarquia tem contribuído, disponibilizando engenheiros, na medida do possível, com o intuito de sanar este problema técnico.

EXECUÇÃO EM 2011

Tem-se observado avanços na execução das metas, embora a mesma não ocorra no ritmo desejado. As sucessivas prorrogações dos convênios decorrem do entendimento de que o atraso na execução das metas por fatores alheios às famílias assentadas não deveriam de forma alguma causar prejuízo às mesmas, uma vez que foi criada uma grande expectativa nas comunidades em torno do Programa, já anterior à celebração do convênio, iniciada desde a construção do Plano de Consolidação do Assentamento, realizada de forma participativa com as famílias.

Face ao exposto, em 2011, os convênios foram novamente prorrogados até 31 de dezembro de 2012, com exceção do P.A. São Judas, com final de vigência para 31 de março de 2012. Embora esta ação conste mais no PPA 2012/2015, a maioria dos recursos para execução das metas dos convênios já se encontram repassados às contas dos convênios.

Ao longo do ano de 2011, na continuidade da execução dos convênios, alguns tiveram avanços enquanto outros permaneceram estagnados. Devido a limitada capacidade operacional das convenentes, o INCRA vem prestando apoio às associações, apesar da limitação no número de

servidores envolvidos, através de: organização da comunidade no encaminhamento de demandas; assessoramento, orientação técnica, informações e instrução processual acerca do convênio e sua prorrogação e nas licitações e contratações; apoio na organização das comissões temáticas, especialmente comissões de licitação e infraestrutura; análise de propostas de ajustes no PCA; orientação na elaboração e análise de prestações de contas; análise e fiscalização de pagamento à fornecedores; .

O INCRA ainda, através de seus servidores, participou de reuniões e assembléias gerais em alguns assentamentos visando orientar e informar nas tomadas de decisões das comunidades objetivando viabilizar algumas metas dos convênios, particularmente centros comunitários, cujas obras encontram-se em execução, surgindo daí demandas de apoio nos procedimentos de licitação, contratação e fiscalização das obras.

Com o apoio de prefeituras e do INCRA, algumas associações conseguiram realizar pregão para aquisição dos materiais e equipamentos para utilização nas escolas e centros comunitários, sendo que outros centros comunitários ainda estão em execução. Surgem daí também, demandas de apoio nos procedimentos de licitação, contratação, constatação e conferência quanto à entrega dos bens para posterior liberação dos pagamentos.

RECURSOS APLICADOS

Metas executadas/contratadas	R(\$)
Rede de Água para Abastecimento	1.472.369,37
Construção de Cisternas	1.052.846,13
Assistência Técnica de Longo e Curto Prazo	3.710.434,01
Capacidade Produtiva dos Solos	3.471.588,37
Construção e/ou Ampliação de Escolas	726.038,18
Construção/Conclusão/Ampliação de Centros Comunitários	686.711,03
Aquisição de equipamentos para escolas	42.618,74
Aquisição de equipamentos para centros comunitário	10.366,00
TOTAL	11.172.971,83

Abastecimento de Água

Sobre os projetos de abastecimento de água, as obras foram executadas, entregues às comunidades e estão em funcionamento, sendo necessário um levantamento para estabelecer alguma demanda remanescente e possível saneamento da mesma.

As maiores dificuldades ocorrem quando a gestão da água passa para as comunidades, pois normalmente são desunidas e não participativas e comumente surgem problemas quanto a pagamento de contas, defeito em bombas, vazamentos, etc., e a administração destas questões ficam complicadas. O INCRA procura prestar apoio no sentido de tentar conscientizar as comunidades da necessidade de organização e participação e ainda apresentando sugestões de dispositivos que podem ser utilizados na gestão da água pelas associações.

Assistência Técnica

O objetivo da assistência técnica contratada, além de participar da execução do Plano de Consolidação do Assentamento, é viabilizar os assentamentos tornando-os unidades familiares estruturadas, inseridas de forma sustentável na produção e no mercado, integrados na dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. O tipo de público atendido é o pequeno agricultor ainda desestruturado e carente de informações e orientações, que, como assentado pela reforma agrária encontra-se em fase de estruturação da sua unidade produtiva vislumbrando transformar-se em agricultor familiar, administrador de um negócio rentável.

As ações da assistência técnica estiveram voltadas ao assessoramento das famílias assentadas, com foco em atividades de produção, comercialização, serviços sociais básicos (saneamento, cultura, esporte, lazer, etc), segurança alimentar (subsistência), organização e gestão. De maneira geral foram realizadas instalação de Unidades Demonstrativas, cursos, palestras, reuniões técnicas, demonstrações de métodos e dias de campo.

A Assistência Técnica atuou ainda através de visitas técnicas e sociais individuais nos lotes, e atendimentos aos assentados no escritório com orientações sobre temas técnicos agronômicos em geral, tais como manejo de hortas orgânicas; aplicação de defensivos e inseticidas naturais, adubação verde; adubação orgânica; preservação de matas ciliares; suplementação alimentar em bovinocultura leiteira; apicultura; manejo e recuperação de pastagens; preparo do solo para plantio e

recomendação de correção; uso dos recursos naturais; criação de galinhas caipiras; horticultura; produção de derivados de cana e leite; orientações sobre cultivos diversos, tais como: mandioca, milho, feijão, eucalipto, cana-de-açúcar para capineira; renegociação de dívidas, etc..

O suporte na revisão do Projeto de Solos para licitação, e ainda o acompanhamento e orientação quanto ao uso da área do projeto foi primordial para a sua efetivação.

Quanto ao apoio nas ações de provimento de recursos para o financiamento produtivo dos beneficiários necessários à estruturação projetada das unidades de produção a atuação da assistência técnica foi limitada pelo alto nível de inadimplência dos assentados com impossibilidade de acessar créditos.

Melhoria dos indicadores de produção, produtividade, renda, e ambientais eventualmente observados devem-se em grande parte ao esforço pessoal de cada assentado, uma vez que devido a alta inadimplência poucos conseguem acessar recursos para investir na produção. O envolvimento muito limitado dos assentados com a assistência técnica e com a execução do Programa é um fator limitante também do pleno sucesso do projeto.

Observa-se pequena evolução no aspecto “organização” e “participação”, e as associações comumente são desorganizadas, desunidas e pouco participativas, apesar do esforço no sentido de promover capacitação sobre associativismo e cooperativismo. Ainda há uma forte cultura paternalista enraizada, de que o “governo tem que dar tudo” aos assentados e tem sido muito difícil mudar esta visão.

Capacidade Produtiva dos Solos

O projeto de solos tem como principal objetivo propiciar as condições para que o assentado melhore a produtividade do seu lote através da correção da acidez via calagem, e da fertilidade, particularmente do fósforo, elemento carente em solos tropicais e limitante ao aumento da produtividade. Compreende serviços de preparo de solo para o plantio, correção do solo (com calcário e adubo fosfatado) e serviços de conservação de solo (construção de curvas de nível e caixas de retenção, etc. Em alguns convênios tem ainda como objetivo a conservação de solos, propondo sanear problemas de erosão hídrica através da adoção de técnicas agronômicas consagradas.

De maneira geral os objetivos foram atingidos, com ressalvas para aqueles com recurso limitado face a demanda, principalmente no quesito erosão, tendo sido priorizados as áreas em situação mais crítica.

Centros Comunitários

A execução deste tipo de obra é de grande importância para a comunidade pois propicia um local de lazer e de encontros para a realização de cursos e reuniões, espaço este que as comunidades não possuíam.

Edificação para Resfriadores de Leite

A construção das edificações para abrigar os resfriadores de leite são obras de grande importância para manutenção da qualidade do leite produzido nos assentamentos uma vez que o projeto obedece a critérios técnicos e as condições das edificações até então em uso eram extremamente precárias.

CONCLUSÕES

Os convênios vem sendo prorrogados com o intuito de executar as metas previstas com atualização das demandas, desta forma empregando recursos em investimentos com o objetivo de levar as famílias a uma condição sustentável do ponto de vista social, econômico organizacional e ambiental.

Não obstante as muitas dificuldades do ponto de vista operacional, observa-se que vem ocorrendo um grande avanço na execução das metas, principalmente nas metas de infraestrutura social e produtiva e de assistência técnica. Tal avanço deve-se principalmente a parceria de algumas Prefeituras intervenientes, apoio técnico do INCRA e a mobilização, embora tímida, de algumas associações convenientes.

Ressalta-se que, um importante requisito para a consolidação dos assentamentos é a outorga de títulos de domínio, cuja ação deverá priorizar os assentamentos contemplados por este Programa,

desde que encontrem-se em condições de serem consolidados, que é o que se busca com a execução destes convênios.

2.3.2.6.Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Carlos Eduardo Portella Sturm

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridad e	Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.2B06	A	3	Unid.F. Atend.	9	9	2.271	2.280	2.533,3%	2.280 *

Fonte: SIR Monitoramento

*Consiste em ação continuada que segue no próximo exercício.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
315.000,00	70.100,00	38.468,76	54,88%	35.130,90	50,12%	35.130,90	50,12%

Fonte: SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
774.964,12	53.935,01	385.473,01	335.556,10

Fonte: SIAFI.

Alguns projetos da ação Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária em implantação por esta SR são plurianuais ou tiveram seus cronogramas de execução prorrogados.

Esse fato provocou dissonância entre a execução física e a orçamentário-financeira do exercício, uma vez que foram realizadas despesas em exercícios anteriores (2008, 2009 e 2010) sem resultados físicos e metas físicas efetivadas em 2011 em decorrência de despesas realizadas em exercícios anteriores.

Embora não tenha havido novos projetos contratados em 2011, houve despesas com aquisição de materiais e com acompanhamento/fiscalização de projetos em execução e continuidade do atendimento às famílias.

As ações de recuperação ambiental, além do tempo necessário à preparação dos documentos de praxe para a contratação dos serviços e/ou materiais, diagnóstico e elaboração do Projeto Básico e implantação das metas previstas, demandam tempo para envolvimento da comunidade e dos prováveis parceiros, condição imprescindível ao sucesso das ações.

Nos projetos de Manejo desenvolvidos pela SR 16 até este exercício, foram priorizadas parcerias com as Prefeituras Municipais e empresas de assistência técnica que atuam nos assentamentos, com o objetivo de suprir a dificuldade operacional do Incra, facilitar a implantação dos projetos devido à proximidade dos parceiros com os assentamentos e reduzir custos (operacionais do Incra e contrapartidas). Do mesmo modo, tem-se buscado a parceria das famílias, que geralmente ficam responsáveis pelos serviços.

Esse envolvimento depende da sensibilidade ambiental e das condições econômicas das famílias. Também da estrutura e interesse dos parceiros, que têm apresentado dificuldades em executar as ações que lhes cabe com a agilidade necessária, o que torna os procedimentos morosos.

Quanto à participação das famílias, em geral, a maior dificuldade reside no desinteresse delas para com as ações ambientais. Em razão disso, atividades de educação ambiental são executadas por meio dos projetos de Manejo, mas o processo educativo ultrapassa a esfera de atuação do Incra, ocorre a longo prazo e a recuperação de algumas áreas degradadas carecem de

urgência. Experiências têm mostrado que o engajamento das famílias é importante não só para a implantação das ações, mas para a manutenção delas.

Assim, uma grande dificuldade para implantação da ação de Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária tem sido conseguir parcerias que facilitem a implantação dos Projetos e possibilitem a redução dos custos deles, visto que são ações de custo elevado. Outra dificuldade diz respeito a, uma vez feitas as parcerias, efetivá-las a bom termo.

As principais dificuldades para implantação da ação de Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária, são:

- grande número de projetos de assentamento, de extensão territorial e, por conseguinte, de passivo ambiental, demandando muitas ações e recursos (humanos e financeiros);
- recursos humanos, físicos e financeiros do Instituto insuficientes para a atender ao passivo ambiental dos projetos de assentamento a curto e médio prazo;
- inexistência de levantamento detalhado sobre o passivo ambiental existente nos projetos de assentamento, sobretudo dos mais antigos, o que dificulta o planejamento;
- em geral, as famílias assentadas não compreendem a importância da conservação do meio ambiente e da participação delas no contexto local para a construção de práticas e vivências sustentáveis, o que dificulta a implantação de ações de recuperação ambiental e acaba por gerar novos passivos;
- ausência e/ou insuficiência da assistência técnica nos projetos de assentamento para orientação quanto a práticas sustentáveis de produção, bem como para elaboração e implantação de projetos de recuperação ambiental;
- dificuldade de formalizar parcerias entre o INCRA/MS e as instituições envolvidas na questão ambiental dos PAs (IMASUL, IBAMA, MDA, ATES, movimentos sociais, MPs e outros);
- no geral, as ações das demais divisões do INCRA não incorporaram nos procedimentos de rotina a vertente ambiental, sobrecarregando a equipe do serviço de meio ambiente. Como exemplo, problemas ambientais decorrentes do parcelamento, do georreferenciamento, da elaboração de PDAs e PRAs, da abertura e manutenção de estradas, que não são implantadas de acordo com as práticas adequadas de manejo e conservação do solo e/ou, quando existentes (camalhões por exemplo), são destruídas;
- morosidade na tramitação dos processos de convênio/parcerias entre os setores envolvidos (setor de convênios, meio ambiente, procuradoria, gabinete);
- despreparo das prefeituras municipais em atenderem aos procedimentos exigidos para celebração de convênios (elaboração de projetos e de planos de trabalho, SICONV, documentação) e para implantação das ações;

-dificuldade de atendimento às demandas do Ministério Público Federal, Estadual ou de condicionantes de licenciamento ambiental para resolver problemas ambientais graves e pontuais em projetos de assentamento quando os projetos técnicos expressam custos inferiores a R\$100.000,00 e/ou envolvem parcerias (geralmente com prefeituras municipais) sem repasse de recursos financeiros, os quais não têm previsão legal na Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127, de 29 de maio de 2008.

2.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridad e	Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0137.0427	OP	3	Fam.At.	2.830	792	1117	1909	67,46%	921

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
29.853.452,00	29.853.452,00	26.345.400,00	88,25%	4.892.000,00	16,37%	4.892.000,00	16,37%

Fonte: SIAFI

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
88.035.873,00	8.877.600,00	11.131.473,00	68.026.800,00

Fonte: SIAFI.

A execução de apenas 67,46%, do previsto na PO de 2011 e devidamente provisionado, foi reflexo do atendimento da maior parte das demandas no exercício anterior (2010), quando foi empenhado 319,95% da meta estabelecida na PO daquele exercício.

O atendimento de novos assentamentos foi reduzido em decorrência da suspensão de novas obtenções de terras para assentamento por parte da Justiça Federal da Naviraí em atendimento à ação impetrada pelo MPF de Dourados.

Além disso, buscou-se incrementar o rigor na instrução processual e atendimento estrito dos pré requisitos normativos. Uma das restrições, a mais grave, foi o impedimento, por parte do Banco do Brasil, que apresentou a restrição de abertura de contas de mais de uma modalidade com a mesma comissão eleita pelos assentados. Esta restrição se baseou no parágrafo segundo da cláusula segunda do contrato CRT/DF 19.900/2010. Com este impedimento foram necessárias novas assembléias e o trâmite de nomeação de novas comissões, priorizando os assentamentos com demanda por crédito Apoio Inicial e Aquisição de Mat. De Construção. Assim, houveram assentamentos que foram impedidos de acessarem os recursos por não haver sido possível compor a instrução processual a tempo.

Os créditos foram providos, conforme modalidades e valores fixados pela Instrução Normativa INCRA nº 58, de 19 de março de 2010 nas modalidades Apoio Inicial, R\$ 3.200,00 por família; Aquisição de Material de Construção, R\$ 15.000,00 por família; Fomento, R\$ 3.200,00 por família e Recuperação / Material de Construção, até R\$ 8.000,00 por família.

A modalidade Apoio Inicial visa suprir as necessidades básicas para a instalação das famílias nos projetos de assentamentos.

A modalidade Aquisição de Materiais de Construção destina-se à compra dos materiais de construção das unidades habitacionais e auxílio no valor da mão-de-obra.

A modalidade Fomento visa ao fortalecimento das atividades produtivas.

A modalidade Recuperação de Materiais de Construção destina-se à recuperação, reforma e ampliação das unidades habitacionais.

Todos esses créditos são aplicados nos assentamentos no âmbito da SR 16(MS).

Os assentamentos contemplados no exercício foram os seguintes:

APOIO INICIAL

Liberdade Camponesa, Matão, Patativa do Assaré, Areias, Sete de Setembro, Ouro Branco, Itaqui e Canoas.

FOMENTO

Estrela Jaraguari, Sete de Setembro, Patativa do Assaré, Indaiá-IV, Liberdade Camponesa e Itaqui.

AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Liberdade Camponesa, São Francisco, Santa Lúcia-CUT, Foz do Rio Amambai, Areias, Santo Antônio, Alambari-Fetagri, Corguinho, Avaré-Fetagri, Ranildo da Silva, Mateira, Itaqui, Santa Mônica-Fetagri, Sete de Setembro, Patativa do Assaré e Torre de Pedra.

RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS DE CONTRUÇÃO

Santa Lúcia (Bonito), Geraldo Garcia, Lua Branca, Vacaria, Taquara, Silvio Rodrigues, Margarida Alves, Andalúcia e Taquaral.

A capacidade operacional da Divisão de Desenvolvimento foi bastante afetada pela decisão liminar proferida nos autos da Ação Cautelar Inominada promovida pelo Ministério Público Federal em face desta Autarquia (autos nº 0001088-29.2010403.6006) em tramitação junto a 1ª Vara Federal de Naviraí-MS, que determinou a execução do levantamento ocupacional em 16 municípios localizados na região sul do Estado, assim como uma alteração total nos procedimentos de contratação de fornecedores para aplicação do Crédito Instalação.

Foram priorizadas, por força da decisão judicial, ações de campo para o levantamento ocupacional que absorveram os já escassos recursos financeiros de custeio, assim como uma grande quantidade de servidores e viaturas.

Com o corte de recursos determinado pelo Decreto 7.446/11 no início do exercício, e a emissão da Portaria MDA n.10/11 que estabeleceu os tetos de recursos de custeio para as Superintendências, verificou-se que o valor da operação de levantamento ocupacional determinado pela Justiça representava 50,2% do teto global da SR para o exercício de 2011. Isso significa dizer que, a aplicação de crédito, que é apenas uma ação de uma das divisões finalísticas ficou totalmente preterida diante de tamanho contingenciamento imposto a toda a Regional.

Além da restrição operacional, o rigor na fiscalização da aplicação dos créditos foi redobrado, por ter sido alvo das investigações que levou a ação judicial, o que significou maiores custos de acompanhamento desta ação.

Com a maior morosidade por falta de pessoal e recursos logísticos de fiscalização houve um grande número de rescisões de fornecedores. Isso ocorreu pela demora em receber por entregas já realizadas e incertezas nos procedimentos e documentação a ser apresentada para contratação e recebimento. Isso somado à imposição por parte da Justiça Federal, a pedido do MPF, de um procedimento muito mais burocrático para contratação, acabou paralisando ou impondo sérios atrasos na aplicação dos créditos.

O percentual de liquidação de 16,37% ficou muito aquém do previsto, mas diante do baixo fluxo de pagamentos, a descentralização foi suficiente para atender ao montante de recursos que poderia ser utilizado.

Além das dificuldades atípicas enfrentadas no exercício, houveram algumas deficiência estruturais que já vêm de anos anteriores, como o pequeno número de servidores, a falta de sistemas automatizados de controle e pagamento de créditos assim como servidores especializados em Tecnologia da Informação e outras ferramentas capazes de dar agilidade, com confiabilidade e desburocratização, à aplicação dos créditos.

2.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridad e	Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c/100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.0137.2272	A	4	Não há	Não há	-	-	-	-	-

Fonte: SIR-MONITORAMENTO

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
600.000,00	1.374.371,65	972.202,10	70,74%	879.728,21	64,01%	879.728,21	64,01%

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
154.517,73	94.950,02	59.567,71	Zero

Fonte: SIAFI.

2.3.3 Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de destinação de Terra Pública, Taxa de Ocupação Territorial Aparente. Taxa de Atualização do Sistema Nacional de Cadastro Rural; Taxa de Georreferenciamento de Áreas Rurais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis até quatro módulos fiscais; Taxa de Georreferenciamento de Imóveis Rurais; Taxa de Ocupação Territorial Aparente; Taxa de Regularização de Imóveis Rurais até quatro módulos fiscais.

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁴

⁴ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país. Manter o acervo do cadastro rural existente, em microfilmes, microfichas e digitalização de novos documentos. (alteração no PPA 2011)

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);
b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;
c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;
d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extractivos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;
e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;
f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e
g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.125.0138.2105	Ativida de	3	Declara ções Process adas	5467	6631	0	6631	121,29%	Zero

Fonte: Módulo de Monitoramento e Avaliação

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
49.203,00	27.156,93	15.231,91	56,09%	15.231,91	56,09%	15.231,91	56,09%

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
7.835,65	7.835,65	Zero	Zero

Fonte: SIAFI.

Durante o ano de 2011 foram executadas as seguintes atividades:

Atividade	Quantitativo
Análise e atualização cadastral de imóveis rurais:	6628
Viagem de apoio às Unidades Avançadas:	03
Deslocamento Unidades Avançadas para apoiar a Sede:	04
Levantamento área para regularização e titulação: Município de Amambai	35

Análise e atualização cadastral de imóveis rurais:

Foram protocolados 6985 pedidos de atualização cadastral, sendo que deste total foram deferidos e processados 6628, ficando indeferidos e em diligência 357, gerando demanda para o próximo ano.

Viagem de apoio às Unidades Avançadas:

Foram realizadas viagens para dar apoio técnico ao Setor de Cadastro Rural das Unidades Avançadas de Corumbá e Jardim. Em Corumbá foi efetuado a orientação dos procedimentos de recepção, análise e digitação das DP's (Declaração dos Proprietários) que compõem uma atualização cadastral e efetiva execução das mesmas, pois a Unidade possui um quadro resumido de servidor. Já na Unidade de Jardim foi realizado o levantamento das propriedades localizadas na região denominada Foz do Apa no Município de Porto Murtinho, para a regularização e titulação das mesmas

Deslocamento Unidades Avançadas para apoiar a Sede:

Durante o ano de 2011 foi necessário deslocar servidores da Unidade Avançada de Dourados para dar apoio na análise e digitação das DP's devido à demanda de atualização cadastral e ao reduzido quadro de servidores no Setor de Cadastro.

Levantamento área para regularização e titulação: Município de Amambaí:

Foi feito um trabalho conjunto entre os Setores subordinados à Divisão de Ordenamento da Estrutura fundiária para efetuar a regularização fundiária de alguns imóveis localizados no Município de Amambaí, sendo efetuados 35 cadastros de imóveis que não se encontravam na base de dados do SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural.

Treinamento UMC:

Devido ao corte de gastos, no ano de 2011 não foram realizados treinamentos e capacitações nas UMC - Unidades Municipais de Cadastramento.

2.3.3.2 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridad e	Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.0138.442 6	A	3	hectare	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero	Zero

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
Zero	3.045.553,00	3.033.106,53	99,59%	1.233.106,53	40,49%	1.233.106,53	40,49%

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
51.462,40	11.954,15	39.508,25	Zero

Fonte: SIAFI.

A valor aplicado refere-se a realização de convênio que tem por objetivo disponibilizar uma base cartográfica digital do Estado de Mato Grosso do Sul, com a digitalização dos acervos fundiários da 16ª Superintendência Regional do INCRA e da Agência de Desenvolvimento e Extensão Rural – AGRAER, com a publicação de um Sistema de disponibilização de dados geográficos, ferramentas de navegação, geração de análises, compartilhamento e geração de mapas sob demanda a todos os órgãos de Governo (Municipal/Estadual/Federal) e usuários autorizados.

2.3.3.3 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e Urbanos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridad e	Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c)/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.0138.2110	A	4	Imóvel	98	Zero	Zero	0	0%	98

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
44.000,00	61.880,00	30.716,05	49,64%	30.716,05	49,64%	30.716,05	49,64%

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
Zero	Zero	Zero	Zero

Fonte: SIAFI.

A aplicação dos recursos da regularização fundiária foi realizada nas ações realizadas nas seguintes áreas localizadas e quantidades:

Foz do Apa – 75 glebas com levantamento topográfico à campo, confecção de peças técnicas, abertura dos processos individuais, cadastramento no S.N.C.R. e emissão do CCIR.

Colônia São Domingos – 39 glebas com levantamento topográfico à campo, levantamento topográfico à campo.

Gleba Forquilha – 2 imóveis - com levantamento topográfico à campo, confecção de peças técnicas, abertura dos processos individuais, cadastramento no S.N.C.R. e emissão do CCIR.

Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Retomar terras públicas irregularmente ocupadas, de forma a combater a grilagem e outras formas de ocupações ilícitas, por meio de ações judiciais.

Descrição. Abertura de processos administrativos de retomadas de terras da União ocupadas de forma ilícita, mediante ação judicial; vistoria, avaliação e demarcação de imóveis previamente identificados como irregulares; indenização de benfeitorias úteis e necessárias edificadas de boa fé.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marreck Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

NÃO HOUVE DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSO NESTA AÇÃO.

2.3.3.1 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Realização de diagnóstico fundiário; efetivação da matrícula das terras devolutas, em nome do INCRA, após o processo discriminatório; cadastramento dos ocupantes e das ocupações; estudos e análises do mercado de terras; articulação interinstitucional, audiências públicas, publicidade de utilidade pública. (texto do PPA 2008/2011, alterada em 2011).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Márcio Marrek Berbigier

Unidades executoras: Superintendências Regionais

NÃO FORAM DESCENTRALIZADOS RECURSOS NESTA AÇÃO.

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.0138.8378	/A/	/4	hectares	Zero	Zero	Zero	Zero	-	Zero

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
Zero	Zero		#DIV/0!		#DIV/0!		#DIV/0!

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
1.828,67	734,33	1.094,34	Zero

Fonte: SIAFI.

2.3.3.2 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Evandro Carlos Miranda Cardoso.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridad e	Unidad e de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.0138.2272	/A/	/4	Não há	Não há	-	-	-	-	Não há

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
40.000,00	450.445,75	415.714,98	92,29%	136.840,44	30,38%	136.840,44	30,38%

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
10.118,00	5.000,00	5.118,00	Zero

Fonte: SIAFI.

2.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Gerente do programa: Márcia da Silva Quadrado.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁵

⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Anselmo Silva Costa.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.128.0139.4572	A	3	Servid. capacita do	86	169	-	169	196,51%	-

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
37.066,00	51.895,68	47.778,06	92,07%	39.341,39	75,81%	39.341,39	75,81%

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
9.450,00	-	9.450,00	-

Fonte: SIAFI.

O expressivo número de servidores capacitados no exercício deve-se principalmente a três capacitações curtas realizadas no auditório da SR: Uma ministrada pelo Diretor de Gestão Estratégica do INCRA, com X participantes; outra sobre o Sistema de Diárias e Passagens, com X participantes e outra ministrada por servidores da CGU, com 32 participantes.

Participação em capacitações com maior carga horária também foram efetuadas, embora muito aquém da necessidade desta UJ. Dentre elas destacam-se os cursos de pregão eletrônico com participação de 02 servidores; elaboração de mapas temáticos, com participação de 07 servidores; Auditoria de dados do Sistema de Monitoramento, com participação de 01 servidor; Tomada de Contas Especiais, 02 servidores e SICONV, 02 servidores.

2.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Gerente do programa: Gercino José da Silva Filho.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários.

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁶

⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seu acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médico-psicologica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciano Gregory Brunet

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.1120.2109	A	3	Não há	Não há	-	-	-	-	-

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
Não há	234.318,09	209.473,88	89,4%	135.929,91	58,01%	135.929,91	58,01%

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
32.519,00	18.531,09	13.987,01	Zero

Fonte: SIAFI.

No ano de 2011, as demandas por informações e reclamações pelos trabalhadores rurais acampados e suas representações quanto a demora na execução do Programa Nacional de Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul, aumentaram significativamente gerando mais atendimento por parte da Superintendência na presente ação.

Foram varias as atuações da Regional no sentido de socializar e repassar informações para as famílias acampadas, sobre o cenário do PNRA no estado e a intervenção do Poder Judiciário a pedido do Ministério Público Federal nas atividades do Incra, e ainda sobre os trabalhos afetos a Superintendência no levantamento da situação ocupacional dos Assentamentos, visando a fiscalização e controle da destinação das parcelas dos lotes da reforma agrária para as famílias candidatas e aptas ao Programa de Reforma Agrária do Governo Federal.

Os atendimentos são efetuados em escritório e em trabalhos de campo na recepção de denuncias e solicitações de informações, apresentando orientações e esclarecimentos aos casos passíveis de respostas de curto prazo e encaminhamentos aos diversos setores internos e externos na busca de soluções e respostas de todas as demandas, no sentido de manter o monitoramento das questões de tensão social, mobilizações e conflitos que permeiam a questão fundiária no estado.

Participamos efetivamente nas situações de mediação e monitoramento de conflitos agrários envolvendo os sem terra nas questões de despejos e reintegrações de posse judiciais de áreas invadidas ou ocupadas, e nas diversas mobilizações com bloqueios de rodovias, sempre articulando meios de solução pacífica evitando confronto e uso de força, contando com o apoio das instituições como: Secretaria de Segurança Pública, Policia Militar e Policia Rodoviária Federal, e ainda a compreensão e boa vontade dos representantes dos proprietários que vivenciaram estas questões nas reintegrações de posse, a exemplo da Fazenda Mestiço em Itaquiraí e do contorno ferroviário de Campo Grande, resultando em soluções pacíficas das desocupações das áreas em comento.

A superintendência tem atuado em parceria na Ação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS, atendendo com a distribuição de cestas de alimentos para as familiais acampadas em situação de insegurança alimentar e nutricional que aguardam o PNRA, e

que demandam providencias do Poder Público, no sentido de levar este beneficio social de combate a fome e extrema pobreza, até às famílias acampadas.

Apesar da complexidade e dos graves problemas e entraves vivenciados no último ano por esta Regional na execução desta árdua tarefa, foram executadas a entrega de seis etapas de distribuição de alimentos nos acampamentos cadastrados em Mato Grosso do Sul, com a efetiva destinação dos alimentos para o combate a fome e insegurança alimentar e nutricional destes grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Existe a resistência das famílias acampadas e suas representações, que discordam da metodologia utilizada pelo Incra por recomendação do MPF, sobre o publico alvo beneficiário desta ação, pois o recadastramento considerou apenas as pessoas que estavam nos acampamentos no dia e momento em que o Incra efetuou os trabalhos de campo de recadastramento para o acesso ao beneficio das cestas de alimentos, esta situação culminou com alguns impasses gerando animosidades por parte das famílias e líderes de alguns acampamentos dificultando os trabalhos dos servidores do Incra no momento da entrega das cestas de alimentos. Ocasionando insatisfação junto as representações dos movimentos sociais que alegam muita burocracia e dificuldades no acesso e disponibilidade regular de alimentos para as famílias que necessitam deste benefício.

Apesar de ser do conhecimento das representações e das famílias acampadas que este benefício social tem caráter emergencial e complementar, conforme disposto no Acordo de Cooperação nº 001/2010 MDS/SESAN/MDA/INCRA, o assunto sempre foi polemico por tratar-se de alimentos, a necessidade mais básica do ser humano, pois em media as famílias são atendidas a cada dois ou três meses ou mais com esta ação.

Uma vez que esta Regional ainda carece da devida definição do suporte logístico de transporte das cestas de alimentos a ser utilizada, os veículos caminhões em uso da frota do Incra são antigos um do ano de 1983 (29 anos) e outro do ano de 1996(15 anos), os servidores (motoristas) que atuam neste trabalho já possuem direitos adquiridos para aposentar, o que pode ocasionar descontinuidade da ação.

Faz-se necessário exigir do MDS/SESAN e CONAB, que os produtos alimentícios estejam disponíveis para a entrega aos beneficiários em embalagens unitárias, em pacotes de 01kg até no máximo 05 kg, pois, os alimentos são fornecidos em embalagens de fardos e sacas de 50kg a 60kg, gerando dificuldades para separar os produtos e individualizá-los por beneficiários, durante as entregas, motivo que podem gerar conflitos entre os acampados e servidores.

Outra situação vivenciada pela Regional foi a trágica perda por óbito do servidor que coordenava esta ação na Superintendência, durante acidente de trânsito no momento em que estava em deslocamento para a entrega das aludidas cestas de alimentos, e logo em seguida o afastamento

para tratamento de saúde do outro servidor que atuava neste trabalho. Se nos anos anteriores a Superintendência já trabalhava com falta de pessoal este ano a situação foi mais crítica, pela necessidade de remanejamento de servidores de outros setores para cumprir e atender esta missão.

Assim, para o próximo exercício, sugerimos avaliar as questões abordadas para melhor padronização, normatização e orientações do Acordo de Cooperação nº 001/2010 Referente à Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos, e outras demandas afetas a Ação. A Superintendência depende das orientações da Autarquia, para atuar em conformidade com as diretrizes nacionais, mas que levem em consideração os aspectos e particularidades regionais, visando solucionar problemas e fragilidades da Ação em comento.

2.3.6 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infra-estrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Gerente do programa: Givânia Maria da Silva

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.⁷

⁷ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.6.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; publicação de RTID; Cadastramento das famílias quilombolas; Consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; análise e julgamento de contestações; Publicação de portaria de Reconhecimento do território; emissão de Decreto de desapropriação; Vistoria e avaliação de imóveis de ocupantes não quilombolas; Encaminhar os não quilombolas para reassentamento, em caso de público da reforma agrária; Demarcação e titulação de território (texto do PPA 2008/2011, alterado em 2011).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.1336.1642	A	3	Área Reconhecida/ha	925	0	0	0	0	925

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
308.177,00	336.052,43	322.646,69	96,01%	89.334,27	26,58%	89.334,27	26,58%

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
15.950,90	12.198,96	3.751,94	Zero

Fonte: SIAFI.

A execução física desta ação aparece zerada, apesar de terem sido realizadas diversas atividades nas comunidades quilombolas, no que se refere a ação de reconhecimento, demarcação e titulação de áreas remanescentes de quilombos. Algumas atividades referem-se a etapas anteriores à Portaria de Reconhecimento, as quais são descritas a seguir:

Elencamos abaixo as atividades desenvolvidas em cada Comunidade Quilombola:

- ▲ Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio (Jaraguari/MS): Conclusão da vistoria e avaliação dos 17 imóveis de ocupantes não-quilombolas; reunião para tratar do andamento do processo de regularização fundiária do território da comunidade;
- ▲ Comunidade Quilombola Furnas da Boa Sorte (Corguinho/MS): Acompanhamento dos trabalhos de perícia judicial em 06 imóveis de ocupantes não-quilombolas incidentes ao território quilombola e que não aceitaram os valores apurados na avaliação realizada pelo INCRA ; imissão de posse ao INCRA em 01 imóvel de ocupante não-quilombola incidente ao território quilombola;
- ▲ Comunidade Quilombola Chácara do Buriti (Campo Grande/MS): Conclusão de vistoria e avaliação, desapropriação e a imissão de posse em favor do INCRA em 01 imóvel de ocupante não-quilombola incidente ao território quilombola;
- ▲ Comunidade Quilombola Colônia São Miguel (Maracaju/MS): Imissão de posse em favor do INCRA e titulação em nome da Associação que representa a Comunidade Quilombola em 01 imóvel de ocupante não-quilombola incidente ao território quilombola;
- ▲ Comunidade Quilombola Dezidério Felipe de Oliveira/Picadinho (Dourados/MS): Notificação pessoal dos ocupantes não-quilombolas ou seus procuradores acerca do resultado do julgamento das contestações apresentadas à publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) pelo Comitê de Decisão Regional do INCRA ; recebimento das contestações em 2^a instância e remessa para julgamento pelo Conselho Diretor do INCRA em Brasília; avaliação de 03 imóveis ofertados ao INCRA, sendo que, em 02, o processo encontra-se em andamento.
- ▲ Comunidade Quilombola Tia Eva (Campo Grande/MS), Comunidade Quilombola Família Ozório (Corumbá/MS), Comunidade Quilombola Família Araújo e Ribeiro (Nioaque/MS) e Comunidade Quilombola Família Jarcem (Rio Brilhante/MS): Elaboração do edital de

licitação na modalidade tomada de preços visando à realização de relatórios antropológicos nessa comunidades; realização de reuniões nessas comunidades para tratar do andamento do processo de regularização fundiária.

- ▲ Comunidade Quilombola Família Cardoso (Nioaque/MS): Avaliação de 01 imóvel em fase de conclusão.
- ▲ Comunidade Quilombola Furnas dos Baianos (Aquidauana/MS), Comunidade Quilombola Família Bispo (Sonora) e Comunidade Quilombola Família Quintino (Pedro Gomes/MS): Reunião para tratar do andamento do processo de regularização fundiária.
- ▲ Comunidade Quilombola Família Romano Martins da Conceição (Nioaque/MS) e Comunidade Quilombola Família Bulhões (Nioaque/MS): Abertura do processo administrativo e reunião nessas comunidades para tratar do processo de regularização fundiária do território.

Alguns fatores, como o pequeno número de servidores (03) para tratar das questões quilombolas; a falta de infra-estrutura, principalmente de veículo para realizar os trabalhos de campo e o fato do relatório antropológico da Comunidade Família Quintino (Pedro Gomes/MS) não ter sido concluído (convênio INCRA/UFGD), contribuíram decisivamente para que a meta física prevista não fosse alcançada.

Quanto à execução orçamentário-financeira, a grande diferença verificada entre os valores empenhados e os efetivamente pagos devem-se ao fato de que, no final de 2011, foi empenhado o valor de R\$ 226.340,00, referente ao processo licitatório para a elaboração de 04 relatórios antropológicos em comunidades quilombolas de Mato Grosso do Sul.

Cabe ressaltar que o trabalho com as comunidades quilombolas exige da equipe técnica, além da realização das etapas previstas no procedimento administrativo, o enfrentamento de pressões políticas e da resistência dos proprietários de terras nos locais. Há necessidade também de se fazer frente à extrema fragilidade em que se encontra a maioria das comunidades quilombolas. São escassos os investimentos organizativos e as políticas públicas que chegam a essas comunidades. Isso coloca o INCRA na condição de canalizador das pressões políticas e também das demandas das próprias comunidades.

2.3.6.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Indenizar terras e benfeitorias dos territórios reconhecidos, demarcados e titulados em nome das comunidades remanescentes de quilombos.

Descrição: Pagamento de Indenização aos Ocupantes das Terras Reconhecidas Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes dos Quilombos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c)/a	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.127.1336.0859	A	3	hectare	4.021,000	308,3680	0	308,3680	7,67%	3.712,632

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$(g)
2.867.566,00	2.392.942,14	2.392.942,14	100%	2.392.942,14	100%	2.392.942,14	100%

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
Zero	-	-	-

Fonte: SIAFI.

Na ação Pagamento de indenização aos ocupantes das terras demarcadas e tituladas aos remanescentes de quilombos foi realizada a desapropriação, indenização e a imissão de posse em favor do INCRA em 01 imóvel incidente ao território da Comunidade Quilombola Chácara do Buriti, município de Campo Grande. Também foi descentralizado o valor referente à desapropriação de 17 imóveis incidentes ao território da Comunidade Quilombola Furnas do Dionísio, município de Jaraguari/MS.

A meta física prevista ficou longe de ser alcançada devido ao fato de que nela estão incorporadas as áreas a serem avaliadas na Comunidade Quilombola da Picadinho, município de Dourados/MS. Porém muitos dos ocupantes não-quilombolas entraram com ação judicial e, desta forma, aguarda-se a sentença judicial para os trâmites posteriores.

Cabe ressaltar que todos os procedimentos de avaliação dos imóveis com vistas à desapropriação foram realizados pelos servidores lotados no Setor Quilombola.

2.3.7 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Gerente do programa: Luiz Gugé Santos Fernandes.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária. De acordo Norma de execução/DA/INCRA nº 8 de 30 de janeiro de 2009, art3º as superintendências Regionais do INCRA (SR-01/PA; SR-02/CE; SR – 05/BA; SR-06MG; SR-07/RJ; SR-08/SP; SR-10/SC; SR-18/PB; SR-19/RN; SR-20/ES; SR-22/AL; SR-23/SE; SR-24/PI; SR-26/TO; SR-28/DFE; SR-29/MSF; SR-30/SANTÁREM e o INCRA/Sede), apresentarão o processo de prestação de contas consolidado do exercício. Desta forma trabalharemos com as 17 superintendências regionais e o INCRA/SEDE.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁸

⁸ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.7.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar, alfabetizar, escolarizar jovens e adultos assentados pela reforma agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluir-lo na idade própria, mediante a utilização de metodologias específicas para o campo, dando-lhes condições de domínio da leitura e da escrita, além de conhecimentos básicos sobre sociedade e desenvolvimento sustentável, de forma a permitir a sua inserção social.

Descrição: Capacitação, alfabetização e escolarização para jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária que não tiveram acesso ao ensino fundamental ou não lograram concluir-lo em idade regular, "considerando as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho", utilizando metodologias específicas que considerem o contexto sócio-ambiental e a diversidade cultural do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ofertar capacitação de educadores, para atuarem nas escolas dos assentamentos, e coordenadores locais, que agem como multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias. Articular apoio à melhoria da infraestrutura das escolas dos assentamentos na perspectiva de que sejam estruturadas com instalações físicas apropriadas e adequadamente equipadas, inclusive com bibliotecas e acesso aos meios de comunicação e de informática.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarisse Aparecida dos Santos

Unidades executoras: Superintendências Regionais

NÃO FORAM DESCENTRALIZADOS RECURSOS NESTA AÇÃO.

2.3.7.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar profissionais egressos das ciências agrárias e de áreas afins a Reforma Agrária, à prestação de uma nova concepção de assistência técnica e social, direcionada para uma matriz tecnológica ambientalmente sustentável e condizente com as peculiaridades dos assentamentos de Reforma Agrária. Propiciar para os alunos dos cursos profissionalizantes de nível médio e superior do PRONERA, bolsa de estudo e/ou estágio para atuarem junto as equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, na perspectiva de estimular o processo de aproximação entre a educação e trabalho e do aluno reafirmar o envolvimento com sua comunidade, desenvolvendo atividades de reflexão, problematização e intervenção, reforçando a relação escola-comunidade.

Descrição: Profissionais egressos dos cursos de ciências agrárias de outras áreas afins a Reforma Agrária, participarão de Especialização lato sensu, em regime de alternância e receberão bolsa, para atuarem nos assentamentos de Reforma Agrária, garantindo o permanente espaço de reflexão e orientação dessas práticas para a promoção do desenvolvimento sustentável do campo. Os jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária, matriculados nos cursos profissionalizantes de nível médio e superior, ofertados pelo PRONERA, no ultimo período, receberão bolsa de estudo/estágio para atuarem junto às equipes de ATES e ATER, as escolas e outros programas de Governo em execução nos assentamentos, onde realizarão os estágios curriculares obrigatórios e desenvolverão ações de assistência técnica produtiva, social, ambiental e pedagógica. O processo de formação pelo qual estes jovens passarão contribuirá para um imprescindível processo de produção de novos conhecimentos necessários à mudança do modelo de desenvolvimento e para criação de uma nova matriz tecnológica, baseada nos princípios da agroecologia e do desenvolvimento sustentável.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

NÃO FORAM DESCENTRALIZADOS RECURSOS NESTA AÇÃO.

2.3.7.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sóciopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.363.1350.8370	A	3	Profissional Formado	120	-	28	28	23,33%	92

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
567.710,00	180.000,00	180.000,00	100%	60.000,00	33,33%	60.000,00	33,33%

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
60.000,00	-	60.000,00	-

Fonte: SIAFI.

Neste exercício esta foi a única ação do Programa desenvolvida pela UJ, na qual houve atuação em 03 frentes:

- Em continuidade ao convênio (Destaque Orçamentário) celebrado entre o INCRA – Sede e a Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD/MS, para a realização do Curso de licenciatura em Ciências Sociais, em regime de Alternância (tempo comunidade e tempo Universidade), que teve seu início no ano de 2008, com previsão de término para o ano de 2012, sendo matriculados 60 alunos e contando atualmente com 57 cursistas;
- Convênio celebrado entre a Superintendência Regional do INCRA - SR 16(MS) e o Centro de Organização e Apoio aos Assentados – COAAMS, 45 alunos iniciaram o curso de Ensino Médio integrado com Técnico em Agropecuária, em Regime de Alternância, na Escola Família Agrícola-COAAMS no município de Nova Alvorada do Sul. Este curso foi encerrado no final do exercício, com a diplomação de 27 alunos;
- Curso de especialização em Gênero, ministrado pela Universidade Federal da Grande Dourados, - UFGD. Neste curso aconteceu o 1º tempo Universidade”, e já foi liberada 1ª parcela do “destaque orçamentário” e no mês de maio/2012 irá acontecer o 2º tempo Universidade.

2.3.7.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c)/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.1350.2272	A	4	N	N	N	N	N	N	N

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidadada		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
11.000,00	21.894,66	16.284,34	74,38%	12.481,39	57,01%	12.481,39	57,01%

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
41,46	41,46	-	-

Fonte: SIAFI.

2.3.8 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Gerente do programa: Laudemir André Muller.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar; Taxa de Agentes de ATER Formados e Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento (Texto do SIGPlan).

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁹

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.8.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Sérgio Ricardo Rezende

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ
Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c)/a	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.606.1427.4470	A	3	familia	2.399	1408	9.504	10.912	454,85,8%	10.599 *

Fonte:

*Consiste em ação continuada.

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
2.000.000,00	720.119,05	713.573,87	99,09%	94.552,04	13,13%	94.552,04	13,13%

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
6.462.799,05	588.745,67	3.302.990,84	2.571.062,54

Fonte: SIAFI.

A ação de Assistência Técnica, Social e Ambiental – ATES teve um incremento de mais de 441%, no número de famílias atendidas em relação àquele estabelecido na PO 2011. Isso se deve em grande parte à renovação dos instrumentos legais (contratos e convênios) vigentes para a prestação dos serviços no estado e à realização de Chamada Pública para contratação de serviços de ATES para atender 1.408 famílias.

A execução da ação de ATES, que corresponde a R\$ 720.119,05 empenhados no exercício, e R\$ 6.462.799,05 empenhados no exercício 2010, porém com execução em 2011, evidencia a importância desta ação para o Programa de Reforma Agrária no Estado.

O total de famílias assistidas pelo Programa de Ates está dividido em dois convênios e dois contratos, a seguir:

➤ Foram mantidos em 2011 os serviços disponibilizados desde junho de 2008 através de convênio celebrado com o governo estadual, atendendo 5.125 famílias, sendo 4.653 famílias atendidas com o serviço de ATES e elaboração de PDA/PRA e 472 famílias atendidas apenas com a elaboração de PRA, nos Assentamentos: Andalucia, Aimoré, Lagoa Grande, Silvio Rodrigues,

Eldorado I, Alambari, Jibóia, Santa Lucia, Eldorado II, Santa Mônica, Volta Redonda, São João, PAN, PANA, Piúva V, Nossa Sra. do Carmo, Lagoa Grande, Mateira, Teijin, Avaré, Alecrim, Tamarineiro I, Urucum, Mato Grande, Setenta e Dois e Serra. Neste convênio estão sendo elaborados 16 PDAs e 6 PRAs. Tal instrumento é válido até 15/03/2012.

➤ Em dezembro de 2009, foi celebrado mais um convênio com o Governo do Estado para atendimento a 2.540 famílias, sendo 1.107 famílias atendidas com o serviço de ATES e elaboração de PDA e 1.433 famílias atendidas apenas com a elaboração de PRA, em 16 projetos de assentamento, o qual também foi renovado até 15/03/2012. Neste convênio foram elaborados 13 PDAs e 9 PRAs.

A renovação dos convênios foi necessária, pois o atraso no repasse dos recursos à entidade prestadora do serviço impediu o cumprimento integral dos contratos, haja vista que a última parcela somente de um deste convênio não foi repassada até 31/12/2011, devido ao não-encaminhamento à Superintendência dos recursos financeiros pelo Incra-Sede. Como não havia sido concluído o objeto e não havia necessidade de repasse de recursos financeiros adicionais por parte do Incra, a renovação foi o melhor caminho.

➤ Foram renovados também os contratos cuja licitação ocorreu em dezembro de 2008, sendo contratadas 02 empresas para prestar serviços a 1.486 famílias, nos Assentamentos: Santo Antônio, Santa Mônica MST, Itaquiraí, Altemir Tortelli, Alambari FAF, Aba da Serra e Água Viva. O termo aditivo tem validade até 15/03/2012. Neste contrato estão sendo elaborados 7 PDAs. Os instrumentos originais previam a contratação de serviços para atender 1.605 famílias, entretanto esse número foi revisto para adequar os instrumentos à quantidade de famílias regularmente inseridas em RB.

➤ Foram renovados ainda, no exercício, os contratos com 03 empresas, as quais realizaram a prestação de serviços para 1.945 famílias, nos Assentamentos: Eldorado I, Eldorado II, Eldorado Parte, Barra Nova FETAGRI, Barra Nova MST, Alambari FETAGRI, Ranildo Silva, Foz do Rio Amambaí, Estrela Jaraguarí, Areias e Sucesso. Tais contratos têm vigência até 15/03/2012. Neste contrato estão sendo elaborados 11 PDAs. Os instrumentos originais previam a contratação de serviços para atender 2.139 famílias, entretanto esse número foi revisto para adequar os instrumentos à quantidade de famílias regularmente inseridas em RB.

No caso dos contratos, a renovação foi realizada considerando-se o bom desempenho das equipes de Ates e a situação atual dos Projetos de Assentamento, pois muitos deles já se encontram em fase de elaboração e contratação de Projetos de PRONAF e o encerramento dos mesmos poderia ser prejudicial ao desenvolvimento dos mesmos. Foi construído um bom relacionamento com o Incra-Sede, o que possibilitou o aporte de recursos e a continuidade do processo.

Outro fator importante foi a contratação, via Chamada Pública e já amparada na Lei nº 12.188/2010, de entidade prestadora de serviços e Ates e elaboração de 18 PDAs para 1.408 famílias nos assentamentos Jacob Carlos Franciozi, Princesa do Sul, Cabeceira do Rio Iguatemi, Caburey, Santa Luzia, Estrela Campo Grande, Corguinho, Rancho Alegre, Torre de Pedra, Liberdade Camponesa, Ouro Branco, Sete de Setembro, Canoas, São Joaquim, Vinte de Março, Indaiá I, Indaiá II, Indaiá III e Indaiá IV, com valor total de R\$ 2.033.236,65.

Desta forma, todos os assentamentos que se encontram em fase de recebimento de créditos de instalação e/ou contratação de PRONAF no âmbito da Superintendência Regional possuíram, em 2011, serviços de Ates contratados. Um total de 67 PAs e 10.599 famílias será atendido.

O baixo percentual de execução financeira deve-se ao fato de a superintendência ter se adiantado e realizado o empenho dos recursos a serem utilizados em 2011 ainda no exercício 2010, entre os meses de novembro e dezembro. Por este motivo, no exercício 2011 ocorreu apenas o empenho necessário à renovação dos contratos pelo período de 60 ou 120 dias, dependendo do instrumento. Outro fator que colabora para tal desempenho na execução financeira é o fato de o repasse de recursos financeiros ocorrer de maneira morosa e contingenciada, o que acarreta atraso nos pagamentos por períodos de até quatro meses, o que prejudica tanto o desenvolvimento das atividades quanto a liquidação dos empenhos ao final do exercício.

O cancelamento de um total de R\$ 588.745,67 deveu-se à necessidade de proceder a ajustes contratuais em função da quantidade de famílias regularmente inseridas em RB ser inferior à capacidade instalada dos assentamentos. A quantidade insuficiente de servidores no setor de Ates impossibilitou o remanejamento dos recursos para utilização em outros PAs, uma vez que tal procedimento demanda tempo para estudo e elaboração de projeto básico.

Considerando a grande quantidade de famílias assentadas e o reduzido número de funcionários do INCRA, a prestação de serviços de ATES constitui grande oportunidade para a melhoria na execução de ações de desenvolvimento nos assentamentos, tais como: aplicação de crédito, através do auxílio aos assentados para efetivação de compra de materiais e prestação de contas junto ao INCRA; regularização

fundiária, através do retrato atualizado da ocupação, informando ao INCRA as possíveis alterações na ocupação das parcelas; levantamento da necessidade e elaboração de projetos de agroindústria e comercialização; acompanhamento da execução das atividades de manejo ambiental, etc.

Ocorre que a adoção destas providências depende da efetivação de uma mudança na estratégia operacional do Programa de desenvolvimento dos Assentamentos, tarefa árdua enquanto o processo está em andamento.

Faz-se necessário estabelecer ampla discussão sobre o assunto, buscando alternativas de

gestão, como o Gespública, por exemplo, onde são adotadas metodologias de territorialização e integração de ações.

2.3.8.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Laudemir André Muller

Unidades executoras: Superintendências Regionais

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.1427.2272	A	4	N	N	-	-	-	-	-

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
81.774,00	129.330,83	124.305,79	96,11%	115.089,56	88,99%	115.089,56	88,99%

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
22.419,81	14.105,27	8.314,54	Zero

Fonte: SIAFI.

2.3.9 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Gerente do programa: Fredson Ferreira Gomes

Responsável pelo programa no âmbito da UJ:

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹⁰

¹⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Principais Ações do Programa

2.3.9.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Markell Alves e Superintendentes Regionais.

Unidades executoras: Superintendências Regionais e INCRA-SEDE

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Execução Física das ações realizadas pela UJ

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c100/a)	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.122.0750.2000	A	4	-	-	-	-	-	-	-

Fonte:

Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ

PO 2011	Provisão Recebida	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
1.579.948,00	2.470.839,10	1.840.727,72	75,5%	1.573.389,17	63,68%	1.573.389,72	63,68%

Fonte:

Restos a Pagar (RAP)

Inscrição de RAP	RAP Cancelados	RAP Pagos	RAP a Pagar
749.454,92	115.522,93	414.080,19	219.851,80

Fonte: SIAFI.

Durante o exercício de 2011, a Divisão coordenou de forma satisfatória a execução dos contratos firmados com empresas prestadoras de serviços. Foi colocado em prática, neste exercício, o serviço de rastreamento automotivo o qual será, a partir deste ano, contratado pela Sede.

Tivemos dificuldade com a contratação de empresa para prestar serviços de manutenção predial tais como pregão deserto, impugnações e principalmente a insuficiência de empresas prestadoras de serviço.

O edifício sede da Superintendência passou por uma reforma de troca do telhado, sendo o serviço concluído no atual exercício.

O exercício de 2011 ainda foi marcado pelo reduzido número de servidores no setor, porém, a chegada de novos servidores no início deste exercício trouxe significativas melhorias.

2.3.10 Consolidado da execução física das ações em seus diversos programas

QUADRO A.2.2 - Execução física das ações realizadas pela UJ - consolidado

Programa de Trabalho	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2011 (a)	Meta realizada			Percentual da Meta realizada (%) (e) = (d*c)/a	Meta a Ser realizada em 2012 (f) = (a-d)
					Iniciada no exercício (b)	Iniciada em exercícios anteriores (c)	Execução Total (d) = (b+c)		
21.631.0135.8384	A	3	Fam.	2.560	814	-	814	31,80%	-
21.631.0135.8387	A	3	hectare	83.000,0000	Zero	-	-	-	-
21.631.0135.8374	A	3	Lic.protocolada	11	11	-	11	100%	-
21.631.0135.4460	A	3	hectare	5.900,0	Zero	-	-	-	-
21.631.0137.8396	A	3	Fam.	909	Zero	-	-	-	909
21.631.0137.8398	A	3	Fam.	596	383	60	443	74,33%	153
21.691.0137.4320	A	3	Fam	Zero	296	-	296		-
21.631.0137.4358	A	4	Unid.	607	3655	-	3655	602,14%	-
21.631.0137.10YN	A	3	Unid.	1	Zero	-	-	-	1
21.631.0137.2B06	A	3	Unid F.	9	9	2.271	2.280	2.533,3%	2.280*
21.631.0137.0427	OP	3	Família	2.830	792	1.117	1.909	67,46%	921
21.125.0138.2105	A	3	Declarações Proc.	5.467	6.631	-	6.631	121,29%	-
21.127.0138.4426	A	3	Hectare	Zero	Zero	-	-	-	-
21.127.0138.2110	A	4	Imóvel Reg.	98	Zero	-	-	-	98
21.606.1427.4470	A	3	Família	2.399	1.408	9.504	10.912	-	10.599*
21.363.1350.8370	A	3	Profis. formado	120	Zero	28	28	23,33%	92
21.127.1336.1642	A	3	hectare	925	Zero	-	-	-	925
21.127.1336.0859	A	3	hectare	4.021,0	308.368	-	308.368	7,67%	3.712.632
21.128.0139.4572	A	3	Serv.Ca pacitado	86	169	-	169	196,51%	-

*Estas ações consistem em serviços continuados, de exercício anterior, que não foram encerrados no exercício.

2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.3 - Identificação das unidades orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
	99999	999999

Fonte:

2.4.2 Programação de Despesas Correntes

QUADRO A.2.4 - Programação de despesas correntes.¹¹

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
	Suplementares						
CRÉDITOS	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
	Outras Operações						
	Total	0	0	0	0	0	0

Fonte:

¹¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.3 Programação de Despesas de Capital

QUADRO A.2.5 - Programação de despesas de capital.¹²

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA						
	LOA						
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		0	0	0	0	0	0

Fonte:

¹² Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

2.4.3.1 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

QUADRO A.2.6 - Quadro resumo da programação de despesas e reserva de contingência.¹³

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO							
	PLOA							
	LOA							
CRÉDITOS	Suplementares							
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
Créditos Cancelados								
Outras Operações								
Total		0	0	0	0	0	0	

Fonte:

¹³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

2.4.3.2 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

QUADRO A.2.7 - Movimentação orçamentária por grupo de despesa

Despesas Correntes					
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Internas Recebidas	373001	09272008901810001	2.260,80	-	-
	373001	21122013522720001	-	-	105.045,32
	373001	12364107340090054	-	-	317,31
	373001	21122013722720001	-	-	1.017.210,60
	373001	21122013822720001		-	421.768,15
	373001	21122075020000001	18.875,67	-	1.858.233,20
	373001	21122135022720001	-	-	21.494,66
	373001	21122142722720001	-	-	126.040,83
	373001	21125013821050001	-	-	17.649,63
	373001	21127013821100001	-	-	44.000,00
	373001	21127013844260001	-	-	3.038.190,00
	373001	21127133616420001	-	-	332.172,73
	373001	21128013945720001	-	-	51.895,68
	373001	21183112042840001	-	-	8.510,44
	373001	21363135083700001	-	-	180.000,00
	373001	21422143384020001	-	-	78.059,73
	373001	21606142744700001	-	-	720.119,05
	373001	21631013583740001	-	-	52.076,92
	373001	21631013583840001	-	-	176.334,99
	373001	21631013583870001	-	-	181.000,00
	373001	21631013710yn0001	-	-	673.788,47
	373001	2163101372b060001	-	-	70.100,00
	373001	21631013743580001			296.788,00
	373001	21631013783980001	-	-	239.100,00
	373001	21631112021090001	-	-	234.318,09
	373001	21691013743200001	-	-	152.580,00

Fonte: : SIAFI DEA-RG-MOGD

Despesas de Capital					
Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
	373001	21631013704270001	-	29.853.452,00	-
	373001	21631133608590001	-	2.392.942,14	-
	373001	21122013522720001	3.400,00	-	-
	373001	21122075020000001	643,00	-	-
	373001	21631013710yn0001	65.166,85	-	-
	373001	21631013783960001	592.828,40	-	-

Fonte: SIAFI DEA-RG-MOGD

Análise crítica

A Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul só atuou com movimentação de créditos orçamentários em forma de recebimento interno. Os recursos são descentralizados pelo INCRA – Sede para serem aplicados através das Ações dos diversos Programas ligados à Reforma Agrária e ao Ordenamento da Estrutura Fundiária no estado.

Comparado com outros exercícios, o ano de 2011 foi caracterizado pela significativa redução de recursos recebidos, especialmente quanto a inversões financeiras e despesas de capital, pois não ocorreu aquisição de novas áreas para criação de projetos.

Enquanto, no exercício de 2010, foram descentralizados R\$ 12.246.180,00 em despesas correntes, no ano de 2011 foram descentralizados R\$ 10.096.793,00.

As descentralizações em inversões financeiras variaram de R\$ 58.791.556,86, em 2010 para R\$ 32.246.394,00, em 2011.

O maior impacto foi verificado nas transferências de recursos para investimentos, com redução de R\$ 9.026.097,10 em relação ao exercício anterior. Os R\$ 662.038,25 descentralizados em 2011 ficaram muito aquém das necessidades urgentes de implantação de estradas e abastecimento d'água em vários assentamentos.

2.4.4 Execução Orçamentária da Despesa

QUADRO A.2.11 Despesas por modalidade de contratação dos créditos recebidos por movimentação

Modalidade de Contratação	Valores em R\$ 1,00			
	Despesa Liquidada	Despesa paga		
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços	824.487,58		14.020,00	
Concorrência	708.905,15		93.097,22	
Pregão	2.449.380,92		1.681.356,17	
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	261.966,50		223.441,18	
Inexigibilidade	359.437,47		302.154,78	
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	198.357,30		198.357,30	
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha				
Diárias	1.196.307,61		1.196.307,61	
Outros				

Fonte:

QUADRO A.2.12 - Despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal								
319008 – Outros benefícios assistenciais	21.136,47	13.892,34	21.136,47	13.892,34	-	-	21.136,47	13.892,34
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3 – Outras Despesas Correntes								
14 - Diárias – pessoal civil	1.196.307,61	1.714.435,17	1.196.307,61	1.714.435,17	-	-	1.196.307,61	1.714.435,17
30 – Material de consumo	693.780,90	1.418.132,44	502.994,50	839.106,44	190.786,40	579.026,00	502.994,50	839.106,44
33- Passagens e despesas com locomoção	193.393,24	330.077,59	126.340,67	243.869,84	67.052,57	86.207,75	126.340,67	243.869,84
36- Outros serviços de terceiros – pessoa física	48.868,17	62.449,96	48.868,17	62.408,50	-	41,46	48.868,17	62.408,50
37- Locação de mão-de-obra	1.153.621,41	907.374,89	1.010.331,11	818.915,89	143.290,30	88.459,00	1.010.331,11	818.915,89
39- Outros serviços de terceiro – pessoa jurid.	2.798.587,12	7.586.072,85	851.295,81	1.541.629,30	1.947.291,31	6.044.443,55	851.295,81	1.541.629,30
41- Contribuições	3.332.580,00	224.959,55	1.409.480,00	120.000,00	1.923.100,00	104.959,55	1.409.480,00	120.000,00
47- Obrig. Tribut. E Contrib-op.Intra-orçam.	14.701,36	6.261,05	14.671,36	6.261,05	30,00	-	14.671,36	6.261,05
92- Despesas de exercícios anteriores	89.726,57	-	84.367,63	-	5.358,94	-	84.367,63	-
93- Indenizações e restituições	63.846,67	-	63.846,67	-	-	-	63.846,67	-

Fonte: SIAFI

QUADRO A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimento								
444041 – Contribuições	-	1.806.803,80	-	788.251,37	-	1.018.552,43	-	788.251,37
449051 – Obras e Instalações	584.127,58	2.754.003,22	-	739.851,58	584.127,58	2.014.151,64	-	739.851,58
449052 – Equipamentos e material permanente	8.694,69	291.134,28	-	100.561,36	8.694,69	190.572,92	-	100.561,36
5- Inversões Financeiras								
459061 – Aquisição de imóveis	2.392.942,14	7.037.882,50	2.392.942,14	7.037.882,50	-	-	2.392.942,14	7.037.882,50
459066 – Concessão de Empréstimos	26.345.400,00	78.161.073,00	4.892.000,00	3.757.200,00	21.453.400,00	74.403.873,00	4.892.000,00	3.757.200,00

Fonte: SIAFI

Análise crítica

No exercício de 2011 as despesas foram significativamente menores quando comparadas com as do exercício de 2010. Isto se explica pela cortes orçamentários no exercício e também, no caso de aquisição de imóveis para criação de assentamentos, pelo efeito da Decisão Judicial que suspendeu as atividades de obtenção de terras no estado.

2.5 Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastro de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. 40.502.315,838 <p>Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br.</p>	113%
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. 600 • Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. 1.718 	34,92%
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. Zero • Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. 116 	Zero

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	{valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação ^[4] .	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR. Zero 	Zero
							<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA. Zero 	
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício ^[5] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente. 11 	8,99%
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais ^[6] , no nível de agregação), multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.16 	
							<ul style="list-style-type: none"> Quantidade total de PA(s) federais – Sipra. 178 	

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; Zero • Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra.814 	Zero
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR Zero • Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.178 	Zero
Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas	Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.	<ul style="list-style-type: none"> • Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício – Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR;Zero • Número total de famílias assentadas no exercício – Sipra.814. 	Zero

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	• Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; 789	96,93%
							• Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra. 814	
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	• Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	2.899

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; 10.599 · Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra. 29.891	35,46%
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	Justificar a ausência do índice.
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	• Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · 13.046 ·· Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR. 29.891	43,65%
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996;	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no exercício no nível de agregação.	• Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Zero

	477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.						
--	---	--	--	--	--	--	--

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. 4.380 Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra. 29.891	14,65%

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	• quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	79,34%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	• número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	1,38
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diretoria/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício 08/Quantidade de convênios com status “comprovado” no exercício 20)multiplicado por 100.	• SIAFI e SICONV	40%
Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Percentagem	(Quantidade de inconformidades/Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	· Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD. · Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	Justificar

Justificativa: Os dois índices não calculados são: O índice de renda média das famílias e o índice de Qualidade de dados. Em ambos existe a perspectiva de serem calculados no exercício 2012. Para o primeiro está sendo exigido na contratação de serviços de ATES, o perfil de entrada de cada assentado, com informações sobre renda familiar. Isto proporcionará a aferição deste índice no final do exercício.

Sobre o índice de qualidade de dados, foi iniciado no exercício de 2011 uma atividade de auditoria de dados de monitoramento das metas nas principais ações desenvolvidas nas SRs. A auditoria na SR/16 será realizada em 2012.

[1] Incluir processos deferidos, indeferidos e em diligência. Porém, tem que se estabelecer um prazo para indeferir um processo, caso as providências necessárias não tenham sido efetivadas. Esta alteração foi aceita com a condição de que as SR mapeiem todo o passivo existente no decorrer do ano de 2010, sendo que, no Relatório de Gestão de 2011 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de processos finalizados dividido pelo total de processos protocolados “e ainda não finalizados”).

[2] Incluir também convênios firmados com os estados e municípios.

[3] Não computar complementações de indenizações por acordo ou decisão judicial em geral, e nem áreas imitidas na posse ocorridas no ano.

[4] Utilizar o total de áreas “avaliadas” dos imóveis.

[5] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento e não contabilizar as renovações de licenças e outras licenças que não aquelas descritas.

[6] As licenças contabilizadas neste item são LP, LI, LO, LIO ou Similares. Contabilizar somente uma Licença por assentamento. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação. Contabilizar em relação aos “Assentamentos Federais”, somente: PA (Projeto de Assentamento), PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável), PAE (Projeto de Assentamento Agroextrativista) e PAF (Projeto de Assentamento Florestal), assentamentos aos quais o INCRA tem a obrigação de licenciar. As licenças “Similares” deverão ser explicitadas em Nota Técnica expedida pela área responsável por esta ação.

[8] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há o provimento de água encanada, de poço ou de cisterna, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[9] Contabilizar somente um assentamento por documento (PDA ou PRA).

[10] Há que se destacar nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há estradas transitáveis ou vias de acesso adequado ao escoamento da produção, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo.

[11] Há que se destaca nos Relatórios de Gestão a quantidade de lotes novos (famílias assentadas no exercício), onde já há unidades habitacionais efetivamente construídas, de forma que tais lotes não sejam contabilizados como passivo. Esta alteração foi aceita com a condição de que a Diretoria de Desenvolvimento do INCRA apresente uma proposta concreta de mapeamento do passivo existente em relação a este item. A proposta deve conter informações sobre o percentual de lotes a serem verificados a cada ano, até o ano de 2012, sendo que, no Relatório de Gestão de 2012 o indicador voltará a ser aquele originalmente proposto (total de famílias com acesso a habitação dividido pelo total de lotes existentes). Nos anos de 2010 e 2011, também poderá ser efetuada análise amostral (apresentar proposta com o percentual a ser amostrado).

3 Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

QUADRO A.3.1 - Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2011
Razões e Justificativas:					

Fonte:

4 Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

QUADRO A.4.1 - Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	-	-	-	-
2009	-	-	-	-
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	84.597.352,98	1.485.621,97	12.665.939,31	70.445.791,70
2009	42.146.351,44	10.537.142,57	25.825.725,89	5.783.482,98
2008...	25.712.702,56	3.961.534,96	21.751.167,60	0,00
Observações:				

Fonte:SIAFI – Restos a Pagar Processados e não Processados

4.1 Análise Crítica

A SR/16 tem adotado a estratégia de pagar preferencialmente os Restos a Pagar de serviços concluídos ou compras entregues no momento da apresentação da nota fiscal. Nos demais empenhos (convênios e crédito instalação) a prioridade é dada aos mais antigos.

Com a limitação de recursos financeiros no exercício de 2011, os RP impactaram negativamente, provocando retardamento nas atividade de instalação dos Assentamentos criados ainda em 2008 e 2009.

A razão para a permanência de Restos a Pagar por mais de um exercício financeiro é a falta de repasse de recursos do Tesouro Nacional para o INCRA Sede, para que seja efetivada a descentralização para as SRs. No âmbito estadual, a existência destes recursos em celebração de convênios com vigência superior a dois anos e o atraso por parte das convenentes na aplicação de recursos empenhados tem provocado atraso de pagamentos. No caso de recursos de crédito instalação, cujo volume é bastante superior ao de outras ações e onde quase sempre ocorre falta de financeiro para os empenhos do exercício, a possibilidade de cancelamento é refutada pelas Associações de Produtores, que consideram o empenho do crédito como uma etapa vencida.

Atualmente, a Superintendência do INCRA de Mato Grosso do Sul não apresenta registrado no SIAFI valores de restos a pagar anteriores ao exercício de 2009.

5 Informações sobre Recursos Humanos da unidade

5.1 Composição do Quadro de servidores ativos

QUADRO A.5.1 – Força de trabalho da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)		213	1	4
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		213	1	4
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		207	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado		6	1	3
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários		0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)		213	1	4

Fonte:SIAPE e Extrator de Dados

QUADRO A.5.2 – Situações que reduzem a força de trabalho - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	12
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	-
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	11
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	4
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	3
2.5. Servidor em exercício em outros órgãos	1
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	7
3.1. De ofício, no interesse da Administração	3
3.2. A pedido, a critério da Administração	4
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	-
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	-
4.2. Capacitação	-
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-
5.2. Serviço militar	-
5.3. Atividade política	-
5.4. Interesses particulares	-
5.5. Mandato classista	-
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)Decisão Judicial	12
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	35

Fonte: :SIAPE e Extrator de Dados

QUADRO A.5.3 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	0	16	14	10
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	0	16	14	10
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	12	11	8
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	2	2	1
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	1
1.2.4. Sem vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	2	1	-
2. Funções gratificadas	0	0	0	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	-	-	-	-
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	0	16	14	10

Fonte: :SIAPE e Extrator de Dados

QUADRO A.5.4 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1. Provimento de cargo efetivo	14	37	36	92	20
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	14	37	36	92	20
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
2. Provimento de cargo em comissão	1	2	7	4	2
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	2	7	4	2
2.3. Funções gratificadas					
3. Totais (1+2)	14	39	43	95	22

Fonte: :SIAPE e Extrator de Dados

QUADRO A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	-	-	0	0	68	118	10	4	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	--	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	-	0	-	68	118	10	4	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	0	0	1	15	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	1	14	-	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	-	-	1	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	-	0	0	69	133	10	4	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: :SIAPE e Extrator de Dados

5.2 Composição do Quadro de servidores inativos e pensionistas

QUADRO A.5.6 - Composição do Quadro de servidores inativos - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	29	1
1.1 Voluntária	25	1
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	4	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	36	-
2.1 Voluntária	33	-
2.2 Compulsória	-	-
2.3 Invalidez Permanente	3	-
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	65	1

Fonte: Setor de RH da SR/16

QUADRO A.5.7 - Composição do Quadro de instituidores de pensão - situação apurada em 31/12/2011

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	31	1
1.1. Integral	22	-
1.2. Proporcional	9	-
2. Em Atividade	18	4
3. Total (1+2)	49	5

Fonte: SIAPE e Extrator de Dados

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO A.5.8 - Composição do Quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	12	12	12	11	71.423,07
1.1 Área Fim	4	5	5	5	28.968,80
1.2 Área Meio	8	7	7	6	42.454,27
2. Nível Médio	11	13	13	15	53.299,44
2.1 Área Fim	5	6	6	7	24.625,69
2.2 Área Meio	6	7	7	8	28.673,75
3. Total (1+2)	23	25	25	26	124.722,51

Fonte: SIAPE e Extrator de dados

5.4 Demonstração de custos de pessoal da unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal nos exercícios de 2009, 2010 e 2011

Em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Venci-mentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2011	11.788.286,13	-	1.012.836,31	300.155,07	1.157.098,22	1.557.455,64	1.843,10	0,00	3.870,81	15.821.545,28
	2010	11.306.921,06	-	1.038.406,91	304.667,96	1.795.222,90	1.248.283,25	0,00	27.491,71	2.150,45	15.723.144,24
	2009	10.795.477,07	-	970.746,34	325.367,25	1.285.967,56	589.872,83	404,25	0,00	2.291,20	13.970.126,50
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	232,58	0,00	0,00	0,00	232,58	
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	92.965,73	0,00	0,00	0,00	92.965,73	
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	124.807,89	0,00	0,00	0,00	124.807,89	
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	2009	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	0,00	294.776,15	0,00	0,00	127.457,46	0,00	0,00	0,00	422.233,61	

	2010	0,00	310.179,99	0,00	0,00	90.807,89	0,00	0,00	0,00	0,00	400.987,88
	2009	0,00	344.859,07	0,00	0,00	109.281,26	0,00	0,00	0,00	0,00	454.140,33
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Exercícios	2011	0,00	5.052,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.052,12
	2010	0,00	5.052,12	0,00	0,00	2.482,60	0,00	0,00	0,00	0,00	7.534,72
	2009	0,00	5.052,12	0,00	0,00	249,42	0,00	0,00	0,00	0,00	5.301,54

Fonte:Extração DW SIAPE

OBS. Foram concedidas diárias (indenizações) para terceiros, conforme especificado:

2009 - R\$ 47.147,82

2010 - R\$65.151,54

2011 - R\$ 18.206,57

5.5 Terceirização de mão de Obra empregada pela Unidade Jurisdicionada

Quadro A.5.10 - Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da Unidade Jurisdicionada

Descrição dos cargos e atividades do plano de cargos do órgão em que há ocorrência de servidores terceirizados	Quantidade no final do exercício			Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	2011	2010	2009		
Análise crítica da situação da terceirização no órgão					

Não se aplica no âmbito desta UJ.

Quadro A.5.11 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concursos públicos ou de provimento adicional autorizados

Nome do empregado terceirizado substituído	Cargo que ocupava no órgão	Data do D.O.U. de publicação da dispensa

Não se aplica no âmbito desta UJ.

Quadro A.5.11b – Autorização para Realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Nome do órgão autorizado a realizar o concurso ou provimento adicional	Norma ou expediente autorizador, do exercício e dos dois anteriores		Quantidade autorizada de servidores
	Número	Data	

Não se aplica no âmbito desta UJ.

5.6 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

QUADRO A.5.12 - Contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante										
Nome:Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul										
UG/Gestão: INCRA					CNPJ:00375972005987					
Informações sobre os contratos										
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas	Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados			Sit.	
						F	M	S		
2009	L	O	19.003/2009	26.852.970/0001-09	03/03/2012	02/03/2013	X			P
2011	V	O	20.001/2011	67.803.726/0010-24	19/08/2011	19/08/2012	X			A
Observação: Contrato nº 19.003/2009 – SERVIPLAN - Serviços Auxiliares LTDA : Contrato nº20.001/2011 – Suporte Serviços de Segurança LTDA										
LEGENDA										
Area: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.(1) Apoio Administrativo (3)Serviço de Copia e Cozinha (4) Manutenção e Conservação de bens e imóveis										
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.										
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.										
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.										
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.										

Fonte:

Quadro A.5.13 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante										
Nome:										
UG/Gestão:				CNPJ:						
Informações sobre os contratos										
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas			Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados		
								F	M	S
					Inicio	Fim	P	C	P	C
2010	1	O	23.002/2010	09.016.469/0001-93	04/11/2011	03/11/2012	X			
2010	1 e 3	O	24.002/2010	11.920.420/0001-02	04/11/2011	03/11/2012	X			
2011	1	O	1.000/2011	08.195.618/0001-66	23/05/2011	23/05/2012			X	
2011	4	O	22.000/2011	03.696.966/0001-01	13/09/2011	13/09/2012				A

Observação: : Contrato nº23.002/2010 – Planalto Limpeza e Conservação de Ambiente LTDA ME
: Contrato nº24.002/2010 – Geral Service Administração de Serviços LTDA ME
: Contrato nº1.000/2011 – Fácil Informática & Tecnologia LTDA – ME
: Contrato nº22.000/2011 – E-Clima Ar Condicionado e Refrigeração LTDA

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copia e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte:

5.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Esta UJ não tem indicadores desenvolvidos para a área de pessoal e, por enquanto, não há previsão de desenvolvê-los.

6 Informação sobre as Transferências Vigentes no Exercício de Referência

6.1 Transferências efetuadas no exercício

QUADRO A.6.1 - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.

Unidade concedente ou contratante									
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do Instrumento	Beneficiário	Valores pactuados		Valores repassados		Vigência		Situação da transf.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até o exercício	Ínicio	Fim	
1	SICONV 724684/2009	03.981.081/0001-46 Agraer	1.193.592,33	153.592,33	311.999,25	869.438,01	20/12/2009	15/03/2012	1
1	SICONV 757670/2011	03.981.081/0001-46 Agraer	3.300.000,00	300.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	18/11/2011	31/10/2013	1
1	CRT/MS 652007	37.186.418/0001-45 COAAMS	627.750,00	87.750,00	120.000,00	420.000,00	24/03/2009	24/03/2012	1

1	SICONV 708957/2009	03.575.727/0001-95 Anaurilândia	299.377,32	8.719,73	111.604,60	290.657,59	31/12/2009	21/12/2011	1
1	SICONV 703949/2009	24.616.187/0001-10 2 Irmãos do Buriti	470.341,66	5041,66	139.590,00	465.300,00	06/08/2009	01/12/2011	1
1	SICONV 708949/2009	03.501.525.0001-07 Corquinho	612.168,09	18.183,22	348.069,40	593.984,87	30/12/2009	20/02/2011	1
1	SICONV 704058/2009	15.403.041/0001-04 Itaquiraí	4.120.000,00	120.000,00	0,00	1.349.594,20	01/08/2009	26/02/2013	1
1	SICONV 756672/2011	15.403.041/0001-04 Itaquiraí	152.580,00	3.100,00	149.480,00	149.480,00	20/10/2011	15/01/2012	1
1	SICONV 724597/2009	37.212.719/0001-04 Nova Alvorada do Sul	514.024,80	54.192,67	0,00	228.714,80	31/12/2009	31/12/2012	1
1	CRT/MS Nº48000/2008 653469	37.212.719/0001-04 Nova Alvorada do Sul	789.413,08	78.941,30	314.738,25	710.471,78	07/01/2009	31/12/2011	1
1	SICONV 737886/2010	01.561.372/0001-50 Santa Rita do Rio Pardo	258.711,22	8.711,22	68.906,27	68.906,27	25/06/2010	29/04/2012	1
1	SICONV 724496/2009	15.410.665/0001-40	167.073,13	26.556,93	22.498,48	140.516,20	31/12/2009	16/06/2012	1

		Selvíria							
1	SICONV 737541/2010	03.501.582/0001-88 Terenos	262.850,02	22.850,02	81.057,75	240.000,00	15/06/2010	11/12/2011	1
1	SIAFI Nº00014/2008 652859	24.651.200/0001-72 Chapadão do Sul	134.794,50	44.223,38	0,00	90.571,12	30/12/2008	30/09/2011	1
1	SICONV 707597/2009	03.501.574/0001-31 Sidrolândia	480.242,04	28.952,04	0,00	262.116,00	01/12/2009	23/04/2012	1
1	SIAFI Nº00013/2008 652864	03.501.574/0001-31 Sidrolândia	171.225,70	41.770,45	0,00	129.455,25	31/12/2008	30/03/2012	1
1	SICONV 708601/2009	03.434.792/0001-09 Ponta Porã	363.525,00	14.541,00	0,00	116.500,00	30/12/2009	29/06/2011	2
1	SIAFI 517891 CRT/MS/Nº 34.000/2004	03.083.526/0001-70 Santa Guilhermina	3.083.749,36	300.501,69	0,00	2.489.474,87	30/12/2004	31/12/2011	1
1	SIAFI 513415 CRT/MS/Nº 19.000/2004	02.739.054/0001-07 Palmeira	2.328.137,35	316.794,85	0,00	1.886.477,88	15/10/2004	29/02/2012	1
1	SIAFI 513513 CRT/MS/Nº	04.159.170/0001-74	2.902.059,40	427.408,40	0,00	2.245.911,00	15/10/2004	31/12/2011	1

	18.000/2004	Aldeia							
1	SIAFI 517919 CRT/MS/Nº 36.000/2004	03.130.378/0001-06 Taquara	1.285.633,47	142.260,75	0,00	1.138.667,67	31/12/2004	31/12/2011	1
1	SIAFI 517803 CRT/MS/Nº 35.000/2004	03.945.814/0001-97 São Judas	2.539.268,04	301.609,03	0,00	2.124.483,94	30/12/2004	31/12/2011	1
1	SIAFI 527106 CRT/MS/Nº 10.000/2005	01.915.288/0001-97 Tamarineiro I e II	3.145.531,13	585.552,44	0,00	2.559.978,61	30/12/2004	31/12/2011	1
1	SIAFI 527113 CRT/MS/Nº 9.000/2005	02.019.131/0001-46 Taquaral	4.111.282,92	417.435,12	0,00	2.386.444,83	30/12/2004	31/12/2011	1
3	CRT/MS/Nº 3.000/2010	03.501.574/0001-31 Sidrolândia	0,00	0,00	0,00	0,00	05/02/2010	31/12/2012	1
1	CRT/MS/Nº 001/2008 626997	03.981.081/0001-46 Agraer	2.928.559,01	266.239,34	0,00	2.483.398,47	01/07/2008	15/03/2012	1
1	SICONV 707587/2009	03.217.916/0001-96 Bela Vista	206.000,26	6.000,26	0,00	200.000,00	20/01/2010	20/02/2011	1
1	SICONV 707424/2009	03.217.916.0001/96 Bela Vista	309.000,86	9.000,86	0,00	300.000,00	31/12/2009	20/02/2011	1

1	SIAFI 00017/2008 652562	15.389.588/0001-94 São Gabriel do Oeste	208.402,40	56.841,40	0,00	151.561,00	30/12/2008	30/03/2012	1
1	SICONV 737875/2010	03.452.299/0001-03 Aquidauana	1.263.416,29	37.902,49	0,00	629.309,12	01/07/2010	30/03/2012	1
4	CRT/MS/Nº 001/2007	03.981.081/0001-46 Agraer	0,00	0,00	0,00	0,00	31/05/2007	31/12/2011	6
4	CRT/MS/Nº 1.000/2011	15.412.257/0001-28 Estado de M.S.	0,00	0,00	0,00	0,00	08/11/2011	08/11/2013	1

Fonte: Setor de Convênio SR/16

LEGENDA

Modalidade:

- 1 – Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

QUADRO A.6.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA					
CNPJ:	CNPJ:03.375.972/0001-60					
UG/GESTÃO:	: 373058					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Montantes repassados em cada exercício, independentemente do ano de celebração do instrumento (em R\$ 1,00)		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
Convênio	02	03	13	2.867.944,00	4.328.993,96	5.921.901,21
Contrato de Parceria	-	01	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	01	01	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	02	05	14	2.867.944,00	4.328.993,96	5.921.901,21

Fonte: Setor de Convênio SR/16

QUADRO A.6.3 - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2012 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: : Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA					
CNPJ: : 03.375.972/0001-60		UG/GESTÃO: 373058			
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2012 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2011
		Contratados	Repassados até 2011	Previstos para 2012	
Convênio	21	35.393.406,68	23.224.557,52	8.473.494,31	65,62
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	01	0	0	0	-
Termo de Cooperação	01	0	0	0	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	23	35.393.406,68	23.224.557,52	8.473.494,31	65,62

Fonte: Setor de Convênio

SR/16

QUADRO A.6.4 - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: : Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA					
CNPJ: : 03.375.972/0001-60		UG/GESTÃO: 373058			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montante repassados	Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)			
		Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse	
2011	Contas prestadas	Quantidade	05	-	-
		Montante Repassado	1.706.429,39	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	03	-	-
		Montante Repassado	590.571,12	-	-
2010	Contas prestadas	Quantidade	01	-	-
		Montante Repassado	116.500,00	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	02	-	-
		Montante Repassado	485.000,00	-	-
2009	Contas prestadas	Quantidade	0	-	-
		Montante Repassado	0	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	06	-	-
		Montante Repassado	1.296.758,70	-	-
Anteriores a 2009	Contas NÃO prestadas	Quantidade	0	-	-
		Montante Repassado	0	-	-

Fonte: Setor de Convênio SR/16

QUADRO A.6.5 - Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse.

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: : Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA					
CNPJ: : 03.375.972/0001-60		UG/GESTÃO: 373058			
Exercício da prestação das contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios Contratos de Repasse	
2011	Quantidade de contas prestadas			09	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade	Contas analisadas	0	
			Contas Não analisadas	04	
	Montante repassado (R\$)			1.696.428,59	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada	0	
			Quantidade Reprovada	00	
			Quantidade de TCE	01	
		Contas NÃO analisadas	Quantidade	04	
			Montante repassado (R\$)	802.971,12	
2010	Quantidade de contas prestadas			05	
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	04	
			Quantidade Reprovada	01	
			Quantidade de TCE	0	
	Contas NÃO analisadas		Quantidade	0	
			Montante repassado (R\$)	0	
2009	Quantidade de contas prestadas			06	
	Contas analisadas		Quantidade Aprovada	04	
			Quantidade Reprovada	02	
			Quantidade de TCE	0	
	Contas NÃO analisadas		Quantidade	0	
			Montante repassado	0	
Exercícios anteriores a 2009	Contas NÃO analisadas		Quantidade	0	
			Montante repassado	0	

Fonte:

6.2 Análise Crítica

As transferências efetuadas nos três últimos exercícios, no âmbito da SR/16, foram caracterizadas pela diminuição quanto à quantidade e quanto ao volume de recursos financeiros. Isto é explicado pela ocorrência da “operação tellus” que ocasionou a troca de superintendente da UJ, em agosto de 2010 e o corte orçamentários no exercício de 2011.

No exercício de 2011, através de diversas diligências enviadas às convenentes foi alcançado um expressivo número de prestações de contas (20) com significativo número de aprovações (08). Muitas contas não foram analisadas devido a interrupção nos trabalhos da equipe do Setor e a demora na nomeação da nova equipe, que só foi completada após a chegada de novos servidores no atual exercício.

Duas recomendações dos órgãos de controle foram adotadas no final do exercício de 2011 que certamente contribuirão para gestão dos convênios: Uma delas é a criação da equipe de fiscalização, através da execução dos objetos celebrados e outra, é a criação da Comissão de Tomadas de Contas Especial, através da Portaria INCRA/SR/16 nº 57.

As 02 transferências efetuadas no exercício de 2011 estão conformes em relação ao Art 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.445/2011.

7 Declaração de Atualização de Dados no Siasg e siconv

QUADRO A.7.1 – Declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, (Margarida da Silva Lima, gestor responsável pela inclusão e atualização dos dados no sistema SIASG), CPF nº 300431079-15, Chefe dos Serviços de Administração e Serviços Gerais, exercido na Superintendência Regional do INCRA-MS) declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Campo Grande , 30 de março de 2012.

Margarida da Silva Lima

300431079-15

Chefe dos Serviços de Administração

Eu, Sergio Rodrigues Kaires, gestor responsável pela inclusão e atualização dos dados no sistema SICONV, CPF nº, Analista em Desenvolvimento Agrário, exercido na Superintendência Regional do INCRA-MS) declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, no Sistema no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Campo Grande, 30 de março de 2012.

Sérgio Rodrigues Kaires

958453301-06

8 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93.

QUADRO A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	17	-	-
	Entregaram a DBR	17	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte:

As DBR são recepcionadas e gerenciadas pelo Setor de Recursos Humanos da SR e, até a presente data, não foi constatada nenhuma objeção à entrega por parte dos servidores ocupantes de função e cargos e comissionados. O gerenciamento das entregas é feito manualmente e as declarações são entregues em via impressa, sendo, depois, arquivadas na pasta do servidor, com preservação do sigilo fiscal das informações. O Setor de RH da SR não realiza análise das mesmas, apenas as recebe para atendimento à possível solicitação de órgãos de controle.

9 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

QUADRO A.9.1 – Estrutura de controles internos da UJ.

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	X				
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.	X				
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	X				
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X				
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.					X
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.	X				
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	X				
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.					X
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

10 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras. (Parte A, Item 10, do Anexo II da DN TCU Nº 108, DE 24/11/2010)

QUADRO A.10.1 - Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.					
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? *					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex: produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboraram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	

10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X	
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?				X
Considerações Gerais:				
<u>LEGENDA</u>				
Níveis de Avaliação:				
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.				
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.				
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.				
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.				
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.				

*Este item será respondido pelo INCRA – Sede.

11 Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO A.11.1 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da União.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Mato Grosso do Sul	4	4
	Campo Grande	1	1
	Corumbá	3	3
Subtotal Brasil		3	3
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
	PAÍS “n”	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		4	4

Fonte: Setor d

Os imóveis de campo grande são utilizados para obrigar a sede administrativa da Superintendência Regional do INCRA, a Delegacia Federal de Desenvolvimento Agrário (DFDA-MS) e a Procuradoria Federal Especializada do INCRA (INCRA/PFE/MS). O imóvel que comporta a sede administrativa do INCRA e a DFDA-MS apresenta deficiências na estrutura elétrica e hidráulica, o telhado recentemente recebeu reparos. O imóvel não comporta mais o tamanho da Superintendência e necessita de reforma e ampliação urgente.

Os terrenos de Corumbá apresentam características distintas, um esta parcialmente invadido por um dos vizinhos através de uma construção irregular e o outro esta vago e totalmente ocioso. O processo de reintegração de posse do terreno invadido já esta sendo formalizado pela Procuradoria Regional.

A Unidade Avançada do INCRA em Corumbá utiliza um imóvel cedido pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU.

QUADRO A.11.2 - Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2011	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	Mato Grosso do Sul	3	3
	Campo Grande	1	1
	Dourados	1	1
	Jardim	1	1
Subtotal Brasil		3	3
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		3	3

Fonte:

O aumento no número de imóveis registrados no SPIUnet se deve ao cadastramento dos imóveis alugados de terceiros, como exemplo citamos o imóvel de Jardim, o imóvel de Dourados e o segundo imóvel de Campo Grande. Informamos que os imóveis de Jardim e Dourados abrigam Unidades Avançadas do INCRA e que o segundo imóvel de Campo Grande abriga Procuradoria Federal Especializada INCRA/PFE/MS).

O imóvel de Dourados vem apresentando sistematicamente diversos problemas com sua estrutura física, isto é, problemas com telhado, paredes nunca foram pintadas, revisão e ampliação da estrutura elétrica - hidráulica – lógica, surgimento de mofo nos locais de infiltração do telhado.

Quadro A.11.3 - Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ.

UG	RIP	Re gi me	Estado de Conser vação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373058	9051.00165.500-4	21	4	1.040.286,15	19/08/2011	4.592.428,71	63.849,94	22.220,00
373058	9063.00260.500-4	14	3	4.250,00	30/06/2011	4.279,00	0,00	0,00
373058	9063.00262.500-5	23	3	4.250,00	30/06/2011	18.375,00	0,00	0,00
170112	9063.00151.500-1 9063.00160.500-0	21	3	-	-	-	0,00	0,00
Total							63.849,94	22.220,00

Fonte:

12 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Quadro A.12.1 - Gestão de TI da UJ.

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	Este item será respondido pela DET – INCRA Sede				
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	Este item será respondido pela DET – INCRA Sede				
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	Este item será respondido pela DET – INCRA Sede				
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	01 Servidor do quadro e 03 técnicos em informática terceirizados.				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	Este item será respondido pela DET – INCRA Sede				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	Este item será respondido pela DET – INCRA Sede				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	Este item será respondido pela DET – INCRA Sede				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	Este item será respondido pela DET – INCRA Sede				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	70%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					

Considerações Gerais: Elaborados pelo INCRA-Sede

Item: Planejamento

- ✓ 1 - Planejamento Institucional – O planejamento das ações de bens e serviços Tecnologia da instituição e elaborado de forma participativa Sede/Regionais, porem sua execução é centralizada
- ✓ 2 - Planejamento Estratégico - – O planejamento Estratégico das ações de bens e serviços Tecnologia da Instituição e elaborado de forma participativa Sede/Regionais, porem sua execução é centralizada

- ✓ 3 – O Comitê de TI foi criado somente na Sede, porém todas as decisões das ações de Tecnologia para a Instituição são apreciadas por ele.

Item: Recursos Humanos de TI

- ✓ 5 – Não há carreira específica para profissionais de TI na Instituição
- ✓ Item: Segurança da Informação
- ✓ 6 - Não foi implantada, ainda, área específica na Instituição para tratar de segurança da informação de bens e serviços de TI
- ✓ 7 - Desde 2006 há na instituição regramentos que tratam de políticas de segurança, PORTARIA/INCRA/P/N° 70, DE 29 DE MARÇO DE 2006, em 2010 foi realizada uma reformulação/atualização desta norma, e já foi aprovada pelo Comitê de TI da Instituição.

Item: Desenvolvimento e Produção de Sistemas

- ✓ 8 – Todas as aquisições de bens e serviços de tecnologia, seguem as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, que Dispõe sobre o processo de contratação de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) do Poder Executivo Federal e demais regramentos, observando sempre o PDTI.
- ✓ 9 - O desenvolvimento de sistema é realizado de forma centralizada, por metodologia própria, observando sempre as demandas de todas as unidades.
- ✓ 10 – Sim, seguindo as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, e demais regramentos.
- ✓ 11 – Sim, as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG,

Item: Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI

- ✓ 12- O nível de terceirização dos serviços de TI da Instituição atinge os 70%, o restante são ações de planejamento e gestão desempenhadas por servidores públicos.
- ✓ 11 – Sim, seguindo as disciplinas contidas na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4, 19 de maio de 2008, revisada em 2010 e 2011 da SLTI/MPOG, e demais regramentos, alem do Planejamento Estratégico da Instituição em suas ações.
- ✓ 13 – A Não há área específica para gestão de contratos de TI, esta gestão dos processos de bens e serviços de Tecnologia é feita de forma compartilhada entre a área de TI e a Administração da Instituição.
- ✓ 14 – Sim, e é sempre previsto na elaboração/execução dos contratos.

LEGENDA

Níveis de avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

<u>LEGENDA</u> <u>Níveis de avaliação:</u> (1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.		
--	--	--

13 Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

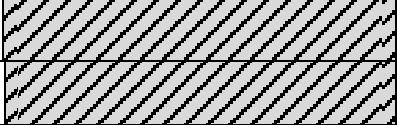
Quadro A.13.1 – Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por portador –

Valores em R\$ 1,00

Código da UG1	373058/37201		Limite de Utilização da UG		122.551,92
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		TOTAL
			Saque	Fatura	
GILBERTO G GRANCE	001.994.258-33	1.000,00	1.885,60	3.064,64	4.950,24
MAXUEL L JOAQUIM	002.589.391-25	1.000,00	0,00	1.576,09	1576,09
ZACARIAS A DA SILVA	004.719.690-44	1.000,00	56,00	2.122,51	2178,51
ARGEMIRO H ALVES	004.979.108-70	1.000,00	257,76	587,11	844,87
NILDO B CARRAPATEIRA	027.509.371-91	1.000,00	0,00	1.545,97	1545,97
FRANCISCO H DA COSTA	060.654.062-87	1.000,00	0,00	4.268,46	4268,46
JOSE OLAVO A DE LIMA	063.456.971-68	1.000,00	30,00	1.194,35	1224,35
GENOVES DE L BRITO	063.458.161-91	1.000,00	108,02	4.332,56	4440,58
ANTONIO M RAMOS	073.705.801-30	1.000,00	0,00	1.610,29	1610,29
JOSE MILTON G LIRA	079.947.104-68	1.000,00	228,00	3.320,27	3548,27
MAURO JACOB	092.928.518-29	1.000,00	2.248,25	0,00	2248,25
LAZARO FARIA	101.141.061-34	1.000,00	3.320,00	0,00	3320,00
ARTHUR F MARQUES	096.187.268-35	1.000,00	0,00	1.184,88	1.184,88
ANTONIO D ALEXANDRE	102.958.441-91	1.000,00	586,79	3.832,14	4.418,93
PEDRO V AGUIAR	103.013.802-87	1.000,00	195,00	633,04	828,04
ADEMAR FERNANDES	107.204.641-53	1.500,00	260,00	10.824,92	11.084,92
ODIRLEY DA C FARIAS	107.247.021-72	1.000,00	1.098,75	5.235,43	6.334,18
VALTER B FILHO	112.546.908-08	1.000,00	0,00	2.037,55	2.037,55
GERALDO P GRACIANO	124.816.701-59	1.000,00	0,00	2.535,90	2.535,90
WILSON GOMES S COUTO	144.764.361-53	1.000,00	60,00	1.683,35	1.743,35
JOAQUIM P DE ARAUJO	160.365.491-72	1.000,00	68,03	2.960,79	3.028,82
LUIZ AUGUSTO PEREZ	164.902.741-91	1.000,00	118,00	2.041,80	2.159,80
MAURICIO J GUERRINI	171.524.658-60	1.000,00	0,00	434,78	434,78
CELSO NOVAIS	174.284.241-00	1.500,00	2.250,00	12.838,13	15.088,13

FABIO PEREIRA ZAGO	193.431.098-06	1.000,00	0,00	567,84	567,84
MARA LUCIA P DE ABREU	214.300.391-91	1.000,00	1.226,00	478,00	1.704,00
ANNIE MUZZI BORGES	274.731.551-72	1.000,00	5.070,00	2.518,05	7.588,05
MARGARIDA DA S LIMA	300.431.079-15	1.000,00	1.805,26	451,58	2.256,84
HUMBERTO J SANTOS	404.236.389-04	1.000,00	100,00	2.132,99	2.232,99
CELSO MENEZES SOUZA	518.708.941-20	1.000,00	50,00	125,10	175,10
CARLOS A R FIGUEIREDO	519.867.877-53	1.000,00	0,00	353,96	353,96
DARCI PEREIRA SANTOS	525.184.778-53	1.000,00	100,53	2.309,80	2.410,33
EDER MILTON VASQUES	554.431.091-20	1.000,00	809,18	1.367,16	2.176,34
RENIVALDO A SANTOS	582.099.481-72	1.000,00	0,00	270,00	270,00
HENRIQUE M M MORAIS	660.175.803-53	1.000,00	0,00	151,00	151,00
OSCAR CASPES NETO	809.365.631-68	1.000,00	0,00	556,35	556,35
LEANDRO DA C CARRICO	868.857.151-15	1.000,00	110,00	658,45	768,45
ALTAMIRO A F JUNIOR	886.481.256-34	1.000,00	0,00	6.160,19	6.160,19
ANDRE A R DE FREITAS	891.043.401-59	1.000,00	1.516,93	793,59	2.310,52
SERGIO R CAIRES	958.453.301-06	1.000,00	5.409,98	1.062,45	6.472,43
JOSE BRAGA ANDRADE	959.897.068-04	1.000,00	142,00	3.620,37	3.762,37
Total utilizado pela UG	//////////////////////////////			29.110,08	93.441,84
					122.551,92

Fonte: SIAFI

Quadro A.13.2 – Despesa com cartão de crédito corporativo (série histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$) (a+b)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	
2011	106	29.110,08	696	93.441,84	122.551,92
2010	213	41.059,98	890	134.688,88	175.748,86
2009	217	51.244,99	1050	162.627,29	213.872,28

Fonte:SIAFI/ Auto Atendimento Setor Publico

14 Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

15 Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento. (Parte A, Item 15, do Anexo II da DN TCU N.º 108, DE 24/11/2010)

Quadro A.15.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada								
Denominação completa:			Código SIORG					
Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul			1799					
Deliberações do TCU								
Deliberações expedidas pelo TCU								
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida			
1	021.359/2007-3	1585/2011	a	DE	Ofício 189/2011 – TCU/SECEX MS			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação								
Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul			1799					
Descrição da Deliberação:								
Que a SR/16 informe ao TCU, no prazo de 180 dias, o resultado do exame ou do reexame das prestações de contas dos convênios: 19000/2005, SIAFI 535379; 20/2005 SIAFI 535462 e 527721.								
Providências Adotadas								
Setor responsável pela implementação					Código SIORG			
Divisão de Administração – Setor de Convênios.								
Síntese da providência adotada: Item a.1) No convênio celebrado com a AGESUL, após Comissão de Sindicância Investigativa não ficou comprovado prejuízo ao erário por envolvimento de servidor. A prestação de contas está pendente. Item a.2) O convênio celebrado com a Fundação Rondon está em análise pela equipe de Tomada de Contas Especial. Item a.3) Convênio celebrado com a UNIDERP, concluído e com prestação de contas aprovada no SIAFI.								
Síntese dos resultados obtidos								
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor								

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	021.359/2007-3	1585/2011	b	DE	Ofício 189/2011 – TCU/SECEX MS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul					1799
Descrição da Deliberação: Que a SR/16 estabeleça metas condizentes com a realidade regional para a consecução de suas atividades finalísticas, tais como obtenção de imóveis, assentamento de famílias, levando em consideração os problemas específicos encontrados, que já são de seu conhecimento, evitando, assim, o estabelecimento de metas inatingíveis.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Gabinete da SR/16 – Planejamento.					
Síntese da providência adotada: As metas são elaboradas no conjunto dos servidores e fechadas com o INCRA- Sede em conformidade com a disponibilidade orçamentária. Destaca-se também a existência de risco de cortes nos recursos orçamentários compromissados no início do exercício.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	021.359/2007-3	1585/2011	c	DE	Ofício 189/2011 – TCU/SECEX MS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul					1799
Descrição da Deliberação: Que a SR/16 abstenha-se de alterar contratos administrativos sem assinatura de termos aditivos, bem como planejar eficientemente as despesas a serem executadas no exercício, a fim de evitar a majoração dos gastos além da previsão dos contratos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação Divisão de Administração					Código SIORG
Síntese da providência adotada: Determinação acatada.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	021.359/2007-3	1585/2011	d	DE	Ofício 189/2011 – TCU/SECEX MS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul					1799
Descrição da Deliberação: Que a SR/16 cumpra o disposto no art. 23 da IN STN nº 1, de 1977, então vigente, no sentido de exercer rigorosamente função fiscalizadora no que se refere à execução dos convênios nos quais a unidade figure como concedente dos recursos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação Divisão de Desenvolvimento e Divisão de Administração.					Código SIORG
Síntese da providência adotada: Determinação acatada. Foi designada equipe de fiscalização por meio da Ordem de Serviço. A Comissão de Fiscalização encaminhou programação para visita às obras em 12 assentamentos. Uma vistoria “in loco” no PA Santo Antônio , já foi realizada e relatório acostado ao processo de convênio.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada									
Denominação completa:					Código SIORG				
Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul					1799				
Deliberações do TCU									
Deliberações expedidas pelo TCU									
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida				
5	021.359/2007-3	1585/2011	e	DE	Ofício 189/2011 – TCU/SECEX MS				
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG				
Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul					1799				
Descrição da Deliberação: Que a SR/16 cumpre o disposto no art. 23 da IN STN nº 1, de 1977, então vigente, emitindo parecer definitivo sobre a aprovação ou não da prestação de contas final do convênio, e, em caso de não aprovação, registrar o fato no cadastro de convênios do SIAFI e encaminhar o respectivo processo ao órgão de contabilidade analítica a que estiver jurisdicionado, para instauração de tomada de contas especial e demais medidas de sua competência. Sob pena de responsabilidade.									
Providências Adotadas									
Setor responsável pela implementação	Divisão de Administração – Setor de Convênios				Código SIORG				
Síntese da providência adotada					Foi instituído grupo de trabalho (OS 101/2010 e 108/2010) que analisaram 17 convênios pendentes. 08 foram encerrados com prestação de contas aprovadas; 04 encaminhados para Tomada de Contas Especial e 03 estão em análise. No final do exercício de 2011 foi constituída a Comissão de Tomadas de Contas Especial.				
Síntese dos resultados obtidos									
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor									

Unidade Jurisdicionada									
Denominação completa:					Código SIORG				
Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul					1799				
Deliberações do TCU									
Deliberações expedidas pelo TCU									
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida				
6	021.359/2007-3	1585/2011	f	DE	Ofício 189/2011 – TCU/SECEX MS				
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação									
Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul					1799				
Descrição da Deliberação: Que a SR/ 16 verifique as prestações de contas de todos os convênios vigentes e futuros, a regularidade das aplicações financeiras dos recursos do convênio, incluindo os da contrapartida.									
Providências Adotadas									
Setor responsável pela implementação	Divisão de Administração.				Código SIORG				
Síntese da providência adotada Recomendação acatada. O Setor de convênio da SR elaborou o fluxograma de Convênios, onde são detalhadas as etapas da prestação de contas final. Foi também incluída no Termo de Convênio cláusula específica orientando quanto à aplicação dos recursos.									
Síntese dos resultados obtidos									
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor									

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	021.359/2007-3	1585/2011	g	DE	Ofício 189/2011 – TCU/SECEX MS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					
Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul					1799
Descrição da Deliberação: Que a SR/16 cumpra a determinação do tribunal contida no subitem 1.2 do Acórdão 170/2006-1ª Câmara, no sentido de proceder a exclusão de seus normativos internos a existência dos Conselhos Nacional e Regional de ATES.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação Divisão de Desenvolvimento					Código SIORG
Síntese da providência adotada Não existem mais no âmbito do INCRA estes Conselhos, sendo extintos no exercício de 2008.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul					1799
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	021.359/2007-3	1585/2011	h	DE	Ofício 189/2011 – TCU/SECEX MS
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul					1799
Descrição da Deliberação: Que a SR/16 não execute serviços/obras rodoviárias sem antes obter as licenças ambientais requeridas pela Resolução CONAMA nº 237/1997.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação Divisão de Desenvolvimento					Código SIORG
Síntese da providência adotada Determinação acatada.					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Quadro A.15.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

Obs. Não existem deliberações pendentes do exercício 2011.

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO)

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 246641 - Nº Constatação: 044 - Nº Recomendação: 001
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	Que a unidade desconte os dias em que a empresa não atuou no mês de Dezembro/2008, referente ao Pregão nº11/2008.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Divisão de Administração.
Síntese das providências adotadas	A empresa foi notificada, conforme Ofício INCRA/SR 16/A/nº19/2011, de 28 de março de 2011.
Síntese dos resultados obtidos:	A empresa efetuou o recolhimento dos recursos.
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 246641 - Nº Constatação: 074 - Nº Recomendação: 001
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Administração
Descrição da Recomendação	Como órgão concedente, que o Incra/MS oriente os partícipes dos convênios ou de outros instrumentos congêneres para o fiel cumprimento aos ditames dos arts. 62 e 63 da Lei nº 4.320/1964
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Divisão de Administração – Setor de Convênio
Síntese das providências adotadas: Os técnicos do setor estão cientes da recomendação e no convênio SICONV nº756672, celebrado no exercício, foi estabelecido cláusula neste sentido.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 015 - Nº Recomendação: 001
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
<p>Que a Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul SR 16, adote de imediato as seguintes providências: a) atualização das avaliações vencidas dos 03 imóveis sob responsabilidade do INCRA SR 16/MS; b) proceda o registro no SPIUnet dos 02 imóveis de Uso Especial Locados de terceiros, localizados nos municípios de Dourados/MS e Jardim/MS; e c) designação de um servidor para que faça a inserção e atualização das informações no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis - SPIpiunet.</p>	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração – Setor de Patrimônio	
Síntese das providências adotadas : Informamos para fins de comprovação junto à Superintendência de Patrimônio da União – SPU que os servidores cadastrados no Sistema são os seguintes: Annie Muzzi Borges (Sede), SIAP 1559207, CPF 274731551-72; Anestaldo Mendonça da Silva (Unidade de Jardim) SIAP 724717, CPF 062341861-49 e Mario Baldonado Martins (Unidade de Dourados) SIAP 1528366, CPF 164857181-68 e que os imóveis foram cadastrados no SPIUnet.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 045 - Nº Recomendação: 001
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Administração – Setor de Orçamento e Finanças.
Descrição da Recomendação	
Implementar rotinas de controle de execução de despesas, de forma a realizar apenas as despesas cujos objetos sejam compatíveis com as finalidades dos Programas/Ações.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração – Setor de Orçamento e Finanças.	
Síntese das providências adotadas . Foi expedido memorando interno da Chefe de Divisão de Administração (anexo 3) ao Setor de Empenho e de Pagamento, orientando que só sejam empenhados e pagos os recursos orçamentários nos processos que tramitarem pelo Setor de Controle Orçamentário e receberem as indicações do Plano Interno (PI); Plano de Trabalho Resumido (PTRES); Fonte, Programa e Ação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 046 - Nº Recomendação: 001
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Administração – Setor de Licitações
Descrição da Recomendação	
Que o INCRA/SR-16/MS somente contrate serviços e adquira bens com fundamento no caput do art. 25 da Lei n. 8.666/1993 (inexigibilidade de licitação), quando restarem comprovados os requisitos da inviabilidade de competição previstos no citado dispositivo legal, enquadrando nos incisos do art. 13 quando para contratação de capacitação profissional	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração – Setor de Licitações	
Síntese das providências adotadas Informamos que, a partir dessa orientação, estão sendo observados nas contratações de serviços e aquisições de bens as exigências do art. 25 da Lei nº 8.666/1993 (Inexigibilidade de licitação) e enquadramento nos incisos do art. 13 quando para contratação de capacitação profissional.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 047 - Nº Recomendação: 001
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Administração – Setor de Contratos
Descrição da Recomendação	
Que a UJ estabeleça rito formal para que as informações de seus contratos administrativos sejam regularmente atualizados no SIASG.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração – Setor de Contratos	
Síntese das providências adotadas No âmbito desta SR, todas as contratações e bens e/ou serviços realizadas mediante dispensa e/ou inexigibilidade de licitação (contratações diretas) são registradas no sistema comprasnet – módulo divulgação de compras, tendo seus extratos publicados no Diário Oficial da União (DOU), conforme disposto no art. 26 da Lei 8666/93.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 048 - Nº Recomendação: 002
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Administração – Setor de Contratos
Descrição da Recomendação	
Que a unidade atualize imediatamente no SIASG os seguintes contratos: 37000/2009 - Print & Copy; 15000/2009 - Solos Ltda; 16000/2009 - Miguel Angelo Cardoso-ME; 4.000/2009 - ENERSUL; 2.000/2008 - Nelson Benedito; 16.000/2008 - Brasil Telecom S/A; 15.000/2008 - EMBRATEL; 27.000/2008 - ECT; 14.000/2008 - BLITZEM; 32.000/2009 - Stilo Segurança Ltda; 1.000/2008 - Foccus Ltda e 19.000/2009 - SERVPLAN Ltda.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração – Setor de Contratos	
Síntese das providências adotadas As atualizações já foram realizadas.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 048 - Nº Recomendação: 003
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Administração – Setor de Contratos
Descrição da Recomendação	
Que a UJ estabeleça procedimento formal definindo o correto lançamento no SIASG dos valores atualizados de seus contratos administrativos, decorrentes de reajuste contratual ou prorrogação de vigência, prevendo-se ainda procedimento de conciliação mensal entre as bases de dados da Unidade e do SIASG, de forma a detectar eventuais divergências, com vistas a atender ao disposto no § 3º do art. 19 da Lei nº 12.309/2010.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação Divisão de Administração – Setor de Contratos	
Síntese das providências adotadas Foi determinado ao Setor que quando do aditamento de contratos por esta Superintendência Regional do INCRA em Mato Grosso do Sul, seja providenciado o registro dos dados objeto da alteração contratual no sistema informatizado respectivo (SIASG) no prazo determinado pelo art. 62, da Lei federal n. 8.666/93 (lei de Licitações e Contratos Administrativos); dando-se cumprimento, destarte, à Recomendação de Auditoria alhures consignada. Por oportuno ressalta-se que, quando o aditamento contratual envolver acréscimo ou supressão do valor da avença, o rito procedural idôneo ao registro dos dados objeto da alteração deve tomar por base de cálculo o valor do contrato originalmente registrado,> Destarte, o aditamento de valores deve cingir-se, tão somente, ao registro do importe pecuniário acrescido ou suprimido, haja vista que os valores originalmente registrado, quando da celebração do ajuste respectivo, são computados pelo sistema SIASG para fins de consolidação.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 049 - Nº Recomendação: 002
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Obtenção de Terras
Descrição da Recomendação	
A Unidade deve destinar os lotes de Reforma Agrária exclusivamente a candidatos inscritos no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária - SIPRA anteriormente à aquisição das terras e, respeitando o direito de preferência em condições de igualdade com os inscritos em data posterior, em cumprimento a Norma de Execução nº 45, Art. 7º, Parágrafo Quinto.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Obtenção de Terras	
Síntese das providências Esta Regional está trabalhando sob decisão judicial, em caráter liminar, que determina que a seleção dos beneficiários deverá seguir o critério da “lista única”.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 051 - Nº Recomendação: 001
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Administração
Descrição da Recomendação	
Convênios nº 542731, 523092. Reiteração da recomendação constante do RA Nº 246641 - Nº Constatação: 077 - Recomendação: 001: Que seja instaurado imediatamente Processo de Tomada de Contas Especial para apuração dos respectivos valores repassados ao convenente e aplicados indevidamente em despesas não previstas no Plano de Trabalho (R\$ 77.880,00) e demais débitos imputados pelo próprio Incra/MS ao convenente (R\$ 32.864,50) e, exigido o imediato resarcimento ao erário, acrescidos de correção monetária e juros de mora.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gabinete	
Síntese das providências : No final do exercício de 2011, dois servidores foram capacitados em processos de tomada de contas especiais e, junto com um terceiro, foram designados pela Portaria /INCRA/SR 16/Nº57, de 30/12/2011(anexo 4), para constituírem a Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial – CPTCE. Os processos já se encontram com a Comissão para inicio dos trabalhos.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 051 - Nº Recomendação: 002
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Administração
Descrição da Recomendação	
Reiteração da recomendação constante do RA Nº 246641 - Nº Constatação: 077 - Nº Recomendação: 001: Em relação ao convênio nº 535379, recomenda-se que o Incra/MS adote medidas saneadoras para evitar possíveis prejuízos ao erário com o pagamento antecipado por serviços não aprovados pelo Incra/MS (R\$ 316.187,73), buscando a devolução dos respectivos recursos e/ou a sua compensação em medições futuras a serem apresentadas.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Comissão de Tomadas de Contas Especiais.	
Síntese das providências. Trabalhos em andamento.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 051 - Nº Recomendação: 003
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Gabinete da Superintendência
Descrição da Recomendação	
Reiteração da recomendação constante do RA Nº 246641 - Nº Constatação: 074 - Nº Recomendação: 002: Em relação ao convênio nº 535379, que a unidade apure administrativamente quem deu causa aos fatos relatados - ausência de providências ante as irregularidades descritas.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Gabinete da Superintendência	
Síntese das providências. O Gestor encaminhou, por meio do OF./GAB Nº 1.768/2011, de 13/12/2011, cópia do Relatório Final, do Parecer da PFE-R e do Julgamento/GAB Nº 007/2011, constantes do Processo Administrativo nº 54290.001498/2011-08, que se encontram sob análise desta CGU.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 051 - Nº Recomendação: 004
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Administração
Descrição da Recomendação	
Que seja instaurado imediatamente Processo de Tomada de Contas Especial para apuração dos valores repassados ao convenente e aplicados indevidamente no âmbito do Convênio nº 605237.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração – Setor de Convênios.	
Síntese das providências. No dia 29/02/2012 a convenente recolheu R\$ 81.302,70 aos cofres públicos. A municipalidade foi excluída da inadimplência no SIAFI e o processo está em análise de prestação de contas.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 051 - Nº Recomendação: 005
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Desenvolvimento – Setor de Engenharia
Descrição da Recomendação	
Definir e documentar rotinas de acompanhamento e fiscalização dos convênios firmados no âmbito do Programa/Ação nº 0135/4296.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Desenvolvimento	
Síntese das providências. Recomendação acatada. A Comissão de Fiscalização encaminhou programação para visita às obras em 12 assentamentos. Até a presente data, foi realizada apenas uma vistoria “in loco” no PA Santo Antônio.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 052 - Nº Recomendação: 001
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Administração – Setor de Convênio
Descrição da Recomendação	
Instaurar o processo de Tomada de Contas Especial para identificar possível prejuízo ressarcir ao Erário pelo não atingimento dos objetivos do Convênio 577044, caso a Prefeitura Municipal de Bodoquena não adquira e instale os itens apontados como irregulares/inexistentes pelo Relatório de Vistoria, no prazo estabelecido no Ofício INCRA/SR-16/GAB/Nº 188/2011, de 07/02/2011, nem coloque em funcionamento a Casa de Mel.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração – Setor de Convênios	
Síntese das providências A Prefeitura Municipal de Bodoquena adquiriu e instalou os itens apontados como irregulares/inexistentes pelo Relatório de Vistoria, no prazo estabelecido no Ofício INCRA/SR-16/GAB/Nº 188/2011, de 07/02/2011.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 055 - Nº Recomendação: 001
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Administração
Descrição da Recomendação	
Recomenda-se o registro imediato da INADIMPLÊNCIA da FAF/MS no SICONV/SIAFI, em virtude das irregularidades descritas, em observância ao disposto no Art. 60 §2º da Portaria Interministerial n.º 127/2008.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração – Setor de Convênios	
Síntese das providências. Convenente registrada como inadimplente no SIAFI.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 055 - Nº Recomendação: 002
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Administração
Descrição da Recomendação	
Caso a conveniente não efetue o recolhimento dos R\$ 138.740,68, constantes da GRU com vencimento em 15/05/2011, instaure a devida Tomada de Contas Especial, para exigência do resarcimento devido.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração	
Síntese das providências. Trabalhos da Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial – CPTCE, em andamento.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 055 - Nº Recomendação: 003
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Administração
Descrição da Recomendação	
Definir e documentar rotinas de análise de prestação de contas dos convênios firmados no âmbito do Programa/Ação nº 0137/4320.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração	
Síntese das providências. O Setor de convênio da SR elaborou o fluxograma de Convênios, onde são detalhadas as etapas da prestação de contas final.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 059 - Nº Recomendação: 001
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Desenvolvimento
Descrição da Recomendação	
Planejar e realizar tempestivamente fiscalizações "in loco" sobre as metas dos convênios, conforme determina a Portaria Interministerial nº 127/2008, "Art. 51. A execução será acompanhada e fiscalizada de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, respondendo o convenente ou contratado pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do convênio, contrato, acordo, ajuste ou instrumento congêneres."	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Desenvolvimento	
Síntese das providências. Foi designada equipe de fiscalização por meio da OS Cópias em anexo.	
Ofício nº 1701/2011 GAB, de 18/11/2011	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 059 - Nº Recomendação: 002
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Desenvolvimento
Descrição da Recomendação	
Documentar e acostar aos processos de convênio, os relatórios das fiscalizações "in loco" realizadas no âmbito do convênio, de modo a evidenciar os trabalhos realizados.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Desenvolvimento e Divisão de Administração	
Síntese das providências. . A Comissão de Fiscalização encaminhou programação para visita às obras em 12 assentamentos. Uma vistoria "in loco" no PA Santo Antônio , já foi realizada e relatório acostado ao processo de convênio.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 063 - Nº Recomendação: 001
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Desenvolvimento
Descrição da Recomendação	
Planejar e realizar tempestivamente fiscalizações "in loco" sobre as metas dos convênios nº 724684 e 626997, conforme determina a Portaria Interministerial nº 127/2008, "Art. 51.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Desenvolvimento	
Síntese das providências. As cópias dos relatórios de fiscalização foram encaminhados à CGU.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 063 - Nº Recomendação: 002
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Desenvolvimento
Descrição da Recomendação	
Documentar e acostar aos processos de convênio, os relatórios das fiscalizações "in loco" realizadas no âmbito dos convênios nº 724684 e 626997, de modo a evidenciar os trabalhos realizados.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Desenvolvimento e Divisão de Administração.	
Síntese das providências. Os relatórios estão acostados nos processos.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 063 - Nº Recomendação: 003
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Desenvolvimento
Descrição da Recomendação	
Definir e documentar rotinas de acompanhamento e fiscalização "in loco" dos convênios firmados no âmbito do Programa/Ação nº 1427/4470.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Desenvolvimento	
Síntese das providências.	
Síntese dos resultados obtidos Cópia da metodologia aplicada e do memorando da Diretoria de Desenvolvimento manifestando aprovação da mesma foram encaminhados à CGU.	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 064 - Nº Recomendação: 001
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Desenvolvimento
Descrição da Recomendação	
Elaborar plano de fiscalização/acompanhamento da aplicação dos recursos repassados por meio de transferências voluntárias, tanto da parte financeira quanto na parte técnica, mediante a análise do cumprimento das metas pactuadas e do atingimento dos objetivos propostos pelo convênio.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Desenvolvimento	
Síntese das providências. A Comissão de Fiscalização encaminhou programação para visita às obras em 12 assentamentos, uma já foi realizada no PA Santo Antônio , cujo relatório foi acostado no processo de convênio.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 064 - Nº Recomendação: 004
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Administração – Setor de Convênio
Descrição da Recomendação	
Promover análise detalhada e emissão de parecer sobre as propostas de transferências voluntárias, abstendo-se de celebrar convênios com ausência de documentação obrigatória.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração	
Síntese das providências. Os novos servidores designados, para atuar no Setor de Convênios já tomaram conhecimento da recomendação . Informamos também que os atuais servidores, um com formação em Direito e outro com formação em Contabilidade, receberão capacitação, conforme programado para o exercício 2012.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 065 - Nº Recomendação: 001
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Administração – Setor de Licitação
Descrição da Recomendação	
Criar rotina de controle nos processos licitatórios e/ou dispensa/inexigibilidades de licitações realizadas, com segregação de funções e adoção de práticas de verificação e aprovação das fases de cada processo, de modo a identificar fragilidade e corrigir inconsistências anteriormente a adjudicação/homologação do certame e/ou da contratação realizada.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração – Setor de Licitação.	
Síntese das providências. Esta Superintendência tem nomeado, a cada exercício, uma nova Comissão Permanente de Licitação – CPL, com substituição de, no mínimo, um membro. Os processos são iniciados com a solicitação dos Chefes de Divisões para abertura dos mesmos. Após a abertura dos processos, a divisão solicitante elabora o projeto básico ou termo de referência e o processo é encaminhado para a Divisão de Administração realizar a pesquisa de preços. Com as informações levantadas a CPL elabora Edital e encaminha o mesmo para apreciação da Procuradoria Jurídica. Com parecer favorável, o edital é publicado no sistema “Compras net”. No dia do certame, é feita a abertura e julgamento das propostas e encaminhado o processo para homologação do Superintendente.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 224929 - Nº Constatação: 023 - Nº Recomendação: 002
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Obtenção de Terras
Descrição da Recomendação	
Que as equipes constituídas executem a seleção de candidatos ao PNRA utilizando os critérios definidos na Norma de Execução INCRA n.º 45/2005, incluindo a sistemática de classificação definida no seu anexo II.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Os critérios de seleção de candidatos previstos nos normativos estão sendo rigorosamente seguidos, tanto por força de decisão judicial, determinando a implementação do critério de "lista única", quanto por um novo direcionamento de gestão que se pretende empregar nesta Regional. Considerando ainda que a NE 45/2005 encontra-se sob revisão e será, ao que tudo indica, revogada em data próxima, esta Regional julga que a Recomendação foi atendida.	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Obtenção de Terras	
Síntese das providências.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Quadro A.15.4 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 246641 - Nº Constatação: 079 - Nº Recomendação: 001
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Administração – Setor de Convênio
Descrição da Recomendação	
Que o INCRA/MS promova a devida análise dos editais e dos custos licitados logo após a homologação e adjudicação, pelas convenentes, do processo licitatório.	
Justificativas da unidade interna responsável	
O ambiente de transição na chefia da Superintendência e em diversos setores, provocou a não observação do recomendado, no único convênio celebrado em que a recomendação era pertinente.	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Divisão de Administração – Setor de Convênios
Justificativas para o não atendimento Transição na equipe de convênios.	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 017 - Nº Recomendação: 001
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Administração – Setor de Recursos Humanos
Descrição da Recomendação	
Realizar estudos para o dimensionamento da força de trabalho, no que diz respeito ao quantitativo, composição e perfil dos servidores, bem como quanto à definição de estratégias e ações que se fazem necessárias para viabilizar o alcance de suas necessidades.	
Justificativas da unidade interna responsável	
Dificuldade em reunir os setores para realização dos estudos	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Justificativas para o não atendimento Apesar de nossa concordância com a Recomendação em pauta, ainda não tivemos oportunidade de realizar os referidos estudos. Isto, em função da urgência de outras demandas. Reconhecemos a importância desses estudos e nos comprometemos a elabora-los no presente exercício.	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 049 - Nº Recomendação: 001
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Obtenção de Terras
Descrição da Recomendação	
A Unidade deve organizar o setor de cadastramento de candidatos a lotes da Reforma Agrária para que as inscrições sejam feitas de forma contínua e independente das obtenções de terras, dando condições ao setor de cumprir as suas metas, além de tornar o processo de destinação de lotes da reforma agrária imensoal.	
Justificativas da unidade interna responsável	
As metas do Setor de Cadastro e Seleção de Famílias só são cumpridas quando os candidatos são levados até a fase de homologação dos mesmos no Sistema de Informações da Reforma Agrária – SIPRA. Dessa forma, considerando que a homologação só acontece quando se tem uma parcela disponível para o beneficiário, vê-se que a meta do setor guarda uma estreita relação com a disponibilidade de áreas, onerosas ou não. Em outras palavras, a meta do setor de cadastro e seleção nada mais é que a meta de assentamento da própria regional, o que não quer dizer, obviamente, que cabe somente a esse setor a responsabilidade pelo seu cumprimento. Em que pese a maioria dos cadastramentos de candidatos serem efetuados em campo, principalmente em aglomerações previamente organizadas, sem a necessidade de esses interessados se deslocarem até a sede da regional, nosso setor cadastrala, a qualquer momento, os outros eventuais candidatos interessados em pleitear lotes da Reforma Agrária.	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Obtenção de Terras	
Justificativas para o não atendimento Conforme descrito acima.	

Superintendência regional do INCRA de Mato Grosso do Sul – Código SIORG 1799

Caracterização da Recomendação expedida pelo OCI	
Identificação do Relatório de Auditoria	Nº OS: 201109242 - Nº Constatação: 066 - Nº Recomendação: 001
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Administração – Setor de Recursos Humanos
Descrição da Recomendação	
Adotar rotinas que possibilitem a segregação das funções relacionadas ao processamento da folha de pagamentos.	
Justificativas da unidade interna responsável	
Falta de treinamento e reduzido número de servidores no setor	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	Divisão de Administração
Justificativas para o não atendimento : Estamos aguardando a descentralização dos recursos orçamentários deste exercício para realização dos cursos de capacitação e daí proceder rotinas que possibilitem a segregação das funções no processamento da folha de pagamentos.	

16 Informações sobre o Tratamento das Recomendações Realizadas pela Unidade de Controle Interno

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Memo nº 198/2011 – AUD. Recomendação 1.1.3
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SR/16/GAB- Planejamento
Descrição da Recomendação	
Adoção de Providências no sentido de retificar o Relatório de Prestação de Contas do exercício 2010.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
As retificações já foram realizadas e os órgãos de controle já foram informados.	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
SR/16/GAB- Planejamento	
Síntese das providências.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Memo nº 198/2011 – AUD.

	Recomendação 1.1.5 –
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Administração – Setor de Licitação
Descrição da Recomendação	
– Juntada dos comprovantes de publicação na Imprensa Oficial, do extrato da Dispensa de Licitação ao processo administrativo.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
<p>No âmbito desta SR, todas as contratações e bens e/ou serviços realizadas mediante dispensa e/ou inexigibilidade de licitação (contratações diretas) são registradas no sistema comprasnet – módulo divulgação de compras, tendo seus extratos publicados no Diário Oficial da União (DOU), conforme disposto no art. 26 da Lei 8666/93 e, acatando a recomendação acima, juntadas aos respectivos processos administrativos.</p>	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração – Setor de Licitação	
Síntese das providências.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Memo nº 198/2011 – AUD. Recomendação 1.2.3
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Administração – Setor de Licitação
Descrição da Recomendação	
<ul style="list-style-type: none"> – Juntada dos comprovantes de publicação na Imprensa Oficial, do extrato da Inexibilidade de Licitação ao processo administrativo. 	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração – Setor de Licitação	
Síntese das providências. Estamos fazendo juntada ao processo administrativo.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Memo nº 198/2011 – AUD. Recomendação 1.3.2 –
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Desenvolvimento
Descrição da Recomendação	
– Realização de trabalhos tempestivos de fiscalização e acompanhamento de obras.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
A Comissão de Fiscalização encaminhou programação para visita a obras em 12 assentamentos. Até a presente data, foi realizada uma vistoria “in loco”, no PA Santo Antônio, cujo relatório está acostado ao processo.	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Desenvolvimento	
Síntese das providências.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Memo nº 198/2011 – AUD. Recomendação 2.2.4
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Administração
Descrição da Recomendação	
Investimentos em capacitação com enfoque especial nas etapas afetas aos procedimentos de prestação de contas dos recursos conveniados.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração	
Síntese das providências. Em dezembro de 2011, foram enviados 02 servidores a Brasília para participação em curso de 24 horas. Para o atual exercício, está previsto investimento em mais capacitação com este enfoque.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Memo nº 198/2011 – AUD. Recomendação 2.3.2
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Administração – Setor de Convênios
Descrição da Recomendação	
<p>– Juntar aos autos de Convênios os atos de designações e, quando não existirem, que os asseguradores sejam designados e efetuem vistoria “in loco” e produzam relatório circunstanciado.</p>	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Já estão juntados aos autos de Convênios as OS de fiscalização e acompanhamento das obras.	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração	
Síntese das providências.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Memo nº 198/2011 – AUD. Recomendação 3.1.5.1
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Administração
Descrição da Recomendação	
Abertura de contas bancárias vinculadas de cada contrato de mão-de-obra terceirizada, cujos depósitos deverão prever a apropriação financeira para cobertura de valores relativos ao 13º salário, férias e abono de férias e adicional do FGTS para rescisões trabalhistas sem justa causa, sendo que tais contas, vinculadas, somente poderão ser movimentadas mediante autorização expressa do órgão contratante, e tão somente para as finalidades citadas.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
A Administração já condicionou nos novos contratos firmados para atender as Unidades Avançadas de Dourados e de Jardim a abertura de contas vinculadas, sendo que a retenção já é feita no âmbito da Administração. Contudo, o contrato da Superintendência ainda está vigente, tendo sido solicitado à Sede da Autarquia a possibilidade de confecção de Termo Aditivo, para o que ainda não obtivemos resposta.	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Administração	
Síntese das providências.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Memo nº 198/2011 – AUD. Recomendação 4.1.2
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	SR/16/GAB/Planejamento
Descrição da Recomendação	
Adoção de medidas e providências que possibilitem um melhor planejamento das ações da Autarquia, de forma a evitar a ocorrência de Restos a Pagar.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Assim que forem definidas as metas orçamentárias e físicas de cada ação, estaremos reunindo a Direção da casa e servidores para adoção de procedimentos para conferir maior celeridade na execução.	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Setor de Planejamento	
Síntese das providências.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Memo nº 198/2011 – AUD. Recomendação 4.1.3
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Desenvolvimento
Descrição da Recomendação	
Verificação junto à Diretoria de Desenvolvimento – DD, a possibilidade e as consequências no cancelamento das Inscrições em Restos a Pagar, preliminarmente quanto aos recursos do Crédito Instalação.	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
Este tema está sendo tratado com a Diretoria de Desenvolvimento. No caso específico do Crédito Instalação, o ponto favorável consiste na redução das dificuldade para a atualização dos processos, uma vez que é enorme o passivo existente nesta Superintendência. Por outro lado, para as comunidades em que os recursos orçamentários foram empenhados consiste num retrocesso pois o empenho já é considerada como etapa vencida.	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Desenvolvimento	
Síntese das providências.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	Memo nº 198/2011 – AUD. Recomendação 8.5
Data do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida/Data	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	Divisão de Desenvolvimento
Descrição da Recomendação	
<p>Procedimento de verificação detalhada nos processos de Crédito Instalação com o objetivo de analisar os processos de pagamento de crédito procedendo a uma revisão nos atos processuais, conforme legislação das épocas, bem como levantar “in loco”, a construção e recuperação de residências nos assentamentos onde foram aplicados os recursos destinados aos créditos, inclusive em exercícios anteriores.</p>	
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
<p>Este processo é bastante longo, uma vez que o público beneficiário da Reforma Agrária em Mato Grosso do Sul é de aproximadamente 30 mil famílias. Os servidores da Divisão de Desenvolvimento iniciaram estes trabalhos no último trimestre do exercício anterior e em fevereiro deste ano foi enviado pela Diretoria de Desenvolvimento, um Grupo de Trabalho, com três servidores para apoiar a verificação.</p>	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Divisão de Desenvolvimento	
Síntese das providências.	
Síntese dos resultados obtidos	
Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência
Não se aplica.

Não houve nenhuma constatação no exercício

Quadro A.16.2 – Informações sobre recomendação de unidade de auditoria interna pendente de atendimento no final do exercício de referência

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	
Item do Relatório de Auditoria	
Comunicação Expedida	
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	
Descrição da Recomendação	
Justificativas da unidade interna responsável	
Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação	
Justificativas para o não atendimento	

Parte B - Informações Contábeis da Gestão (PARTE B DO ANEXO II DA DN TCU Nº 108/2010)

Quadro B.1.1 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)	Código da UG		
Superintendência Regional do INCRA de Mato Grosso do Sul	373058/37201		
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Campo Grande/MS	Data	
Contador Responsável	Geminiano Alves de Souza Pinto Neto – Chefe de Serviços de Orçamento, Finanças e Contabilidade - Portaria nº139/06	CRC nº	CRC/001881/MS

Quadro B.1.2 – Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) relativas ao exercício de 2011 refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a).....</p> <p>b).....</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>	

Local		Data	
Contador Responsável		CRC nº	

Nota explicativa:

Está em elaboração no âmbito da Autarquia o SICCI – Sistema de Cobrança do Crédito, cuja implantação ainda não possui data definida, uma vez que o referido aplicativo encontra-se em fase de desenvolvimento, não havendo previsão a curto prazo para sua operacionalização. A partir da entrada em funcionamento do software, os dados referentes aos créditos recebidos pelos parceiros serão alimentados no sistema, sendo em seguida iniciado o processo de envio da GRU – Guia de Recolhimento da União, destinada ao recebimento dos valores devidos pelos beneficiários.

Dada à complexidade do tema, a cobrança do crédito e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, foram abordados em reunião ocorrida no dia 17 de novembro de 2011, na Sede desta Autarquia, a qual contou com a participação de servidores da Diretoria de Gestão Administrativa, Diretoria de Desenvolvimento e Auditoria Interna, além de técnicos do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União. Na oportunidade foram apresentados a situação atual do desenvolvimento do SICCI, da cobrança do crédito, bem assim os demais esforços empreendidos para sanear com a maior brevidade possível as recomendações dos referidos Órgãos de Controle, inclusive as dificuldades para registrar a provisão.

Enquanto não entrar em vigor da cobrança do crédito, suportada por aplicativo que evidencie o montante recebido, a receber e a inadimplência, não será possível estimar e registrar a provisão para créditos de liquidação duvidosa, face a inexistência de série histórica evidenciando o comportamento dos valores a receber e recebidos dos assentados.

Dante do contexto, enquanto perdurar esta situação, não resta outra alternativa a não ser consignar no relatórios anuais de contas os motivos da não contabilização da provisão, pois somente a partir dos dados extraídos do sistema é que a Contabilidade poderá efetuar os registros contábeis.

17 Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

Nota Explicativa:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCÍCIO	2011	MES	DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	373058/37201 - SUPERINT.ESTADUAL DE M.G.DO SUL-INCRA/SR-16	EMISSÃO	20/03/2012	PÁGINA	1
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO				

INGRESSOS			DISPENDIOS		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
RECEITAS CORRENTES	480.887,03	42.073,34	DESPESAS CORRENTES	8.509.295,31	11.175.121,49
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	480.887,03	42.073,34	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.136,47	13.892,34
RECEITA CAP. ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.401.901,73	11.032.011,39
DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	-1.204,39	TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.152.580,00	44.959,55
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	7.506.979,26	15.115.220,27	OUTRAS DESPESAS	5.249.321,73	10.987.051,84
TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS RECEBIDAS	7.119.366,45	15.006.593,17	DESPESA ENTRE ÓRGÃOS DO ORÇAMENTO	86.257,11	129.217,76
REPASSE RECEBIDO	317,31	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	86.257,11	129.217,76
SUB-REPASSE RECEBIDO	7.118.826,33	15.006.370,36	DESPESAS DE CAPITAL	29.331.164,41	90.044.607,55
SUB-REPASSE RECEBIDO NO EXERC.	7.118.826,33	15.006.370,36	INVESTIMENTOS	592.822,27	4.845.652,05
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	222,81	222,81	INVERSÕES FINANCEIRAS	28.738.342,14	85.198.955,50
TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	387.612,81	108.627,10	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	3.123.904,01	1.649.863,19
ORDEM DE TRANSFERÊNCIA RECEBIDA	387.612,81	106.218,32	TRANSFERÊNCIAS ORÇAMENTÁRIAS CONCEDIDAS	9.603,88	222,81
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	387.612,81	106.218,32	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	9.603,88	222,81
TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS RECEBIDAS	0,00	2.408,78	TRANSFERÊNCIAS EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.114.300,13	1.649.640,38
INGRESSOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	319.766.139,66	260.579.124,30	ORDEM DE TRANSFERÊNCIA CONCEDIDA	2.633.413,10	1.606.362,65
VALORES EM CIRCULAÇÃO	105.436.043,58	46.319.717,22	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	1.355.289,80	1.258.147,85
RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	105.436.043,58	46.319.717,22	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	1.278.123,30	348.214,80
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	9.603,88	222,81	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS CONCEDIDAS	480.887,03	43.277,73
VALORES DIFERIDOS	9.603,88	222,81	DISPENDIOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	286.789.642,22	172.865.621,29
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	113.503.810,07	109.277.544,43	VALORES EM CIRCULAÇÃO	102.539.843,18	105.436.043,58
RESTOS A PAGAR	113.484.317,79	109.277.544,43	RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	102.539.843,18	105.436.043,58
NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	102.550.254,63	105.423.675,09	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	222,81	222,81
CANCELADO	10.934.063,16	3.853.869,34	VALORES DIFERIDOS	222,81	222,81
VALORES EM TRANSITO	19.492,28	0,00	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	105.423.675,09	46.319.494,41
AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	100.816.682,13	104.981.639,84	RP'S NAO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO	105.423.675,09	46.319.494,41
INCORPORACAO DE DIREITOS	100.816.619,26	104.981.571,82	AJUSTES DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	78.825.901,14	21.109.860,49
CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	100.816.619,26	104.981.571,82	BAIXA DE DIREITOS	78.825.901,14	21.109.860,49
DESINCORPORACAO DE OBRIGAÇÕES	62,87	68,02	CREDITOS DIVERSOS A RECEBER	78.825.901,14	21.109.860,49
EXERCICIOS ANTERIORES	62,87	68,02			
INGRESSOS	327.754.005,95	275.735.213,52	DISPENDIOS	327.754.005,95	275.735.213,52



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	373058/37201 - SUPERINT.ESTADUAL DE M.G.DO SUL-INCRA/SR-16
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

EXERCÍCIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSÃO 20/03/2012	PÁGINA 1

ATIVO			PASSIVO		
TÍTULOS	2011	2010	TÍTULOS	2011	2010
ATIVO FINANCEIRO	102.539.843,18	105.436.043,58	PASSIVO FINANCEIRO	102.579.350,79	105.423.897,90
CREDITOS EM CIRCULACAO	102.539.843,18	105.436.043,58	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	102.569.746,91	105.423.675,09
LIMITE DE SAQUE C/VINC.DE PAGAMENTO	1.723.223,92	454.471,76	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	100.816.619,26	104.981.571,82	RESTOS A PAGAR NAO PROCESSADOS	102.550.254,63	105.423.675,09
ATIVO NAO FINANCEIRO	1.404.851.864,99	1.378.093.840,17	A LIQUIDAR	102.550.254,63	105.423.675,09
REALIZAVEL A CURTO PRAZO	-93.258.667,42	-99.860.350,83	VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	19.492,28	0,00
CREDITOS EM CIRCULACAO	-93.305.655,77	-99.906.076,88	VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	9.603,88	222,81
RECURSOS A RECEBER P/PAGTO DE RP-RETIFIC	-100.816.619,26	-104.981.571,82	VALORES DIFERIDOS	9.603,88	222,81
DIVERSOS RESPONSAVEIS	218.529,22	218.529,22	PASSIVO NAO FINANCEIRO	-102.550.254,63	-105.423.675,09
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	7.292.434,27	4.056.965,72	OBRIGACOES EM CIRCULACAO	-102.550.254,63	-105.423.675,09
BENS E VALORES EM CIRCULACAO	46.988,35	45.726,05	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	0,00	0,00
ESTOQUES	46.988,35	45.726,05	RETIFICACAO DE RP NAO PROCESSADOS A LIQUID	-102.550.254,63	-105.423.675,09
REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.487.981.009,44	1.471.957.536,44	PASSIVO REAL	29.096,16	222,81
DEPOSITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	245,48	245,48	PATRIMONIO LIQUIDO	1.507.362.612,01	1.483.529.660,94
DEPOSITOS COMPULSORIOS	245,48	245,48	PATRIMONIO/CAPITAL	1.483.529.660,94	1.427.870.818,33
CREDITOS REALIZAVEIS A LONGO PRAZO	1.487.980.763,96	1.471.957.290,96	PATRIMONIO	1.483.529.660,94	1.427.870.818,33
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	238.575.156,75	222.551.683,75	AJUSTE DE EXERCICIOS ANTERIORES	4.302,94	0,00
CREDITOS A RECEBER	1.249.405.607,21	1.249.405.607,21	RESULTADO DO PERIODO	23.828.648,13	55.658.842,61
PERMANENTE	10.129.522,97	5.996.654,56	SITUACAO PATRIMONIAL ATIVA	1.507.391.708,17	1.483.529.883,75
IMOBILIZADO	10.127.287,71	5.994.419,30	SITUACAO PATRIMONIAL PASSIVA	-1.483.563.060,04	-1.427.871.041,14
BENS MOVEIS E IMOVEIS	10.210.540,27	6.019.511,73			
DEPRECIACOES, AMORTIZACOES E EXAUSTOES	-83.252,56	-25.092,43			
INTANGIVEL	2.235,26	2.235,26			
ATIVO REAL	1.507.391.708,17	1.483.529.883,75			
ATIVO COMPENSADO	55.599.481,70	49.855.756,32	PASSIVO COMPENSADO	55.599.481,70	49.855.756,32
COMPENSACOES ATIVAS DIVERSAS	55.599.481,70	49.855.756,32	COMPENSACOES PASSIVAS DIVERSAS	55.599.481,70	49.855.756,32
RESPONSABILIDADES POR VALORES, TITULOS E B	2.262,80	0,00	VALORES, TITULOS E BENS SOB RESPONSABILIDA	2.262,80	0,00
DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	47.953.585,81	44.215.780,82	DIREITOS E OBRIGACOES CONVENIADOS	47.953.585,81	44.215.780,82
DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATUAIS	7.643.633,09	5.639.975,50	DIREITOS E OBRIGACOES CONTRATADAS	7.643.633,09	5.639.975,50
ATIVO	1.562.991.189,87	1.533.385.640,07	PASSIVO	1.562.991.189,87	1.533.385.640,07



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	373058/37201 - SUPERINT.ESTADUAL DE M.G.DO SUL-INCRA/SR-16	EMISSAO 20/03/2012	PAGINA 1
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		

VARIACOES ATIVAS			VARIACOES PASSIVAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
ORCAMENTARIAS	43.015.944,03	112.756.393,42	ORCAMENTARIAS	37.991.016,26	101.397.906,60
RECEITAS CORRENTES	480.887,03	42.073,34	DESPESAS CORRENTES	8.509.295,31	11.175.121,49
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	480.887,03	42.073,34	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.136,47	13.892,34
DEDUCOES DA RECEITA	0,00	-1.204,39	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.401.901,73	11.032.011,39
INTERFERENCIAS ATIVAS	7.119.366,45	15.006.593,17	DESPESA ENTRE ORGAOS DO ORCAMENTO	86.257,11	129.217,76
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	7.119.366,45	15.006.593,17	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	86.257,11	129.217,76
REPASSE RECEBIDO	317,31	0,00	DESPESAS DE CAPITAL	29.331.164,41	90.044.607,55
SUB-REPASSE RECEBIDO	7.118.826,33	15.006.370,36	INVESTIMENTOS	592.822,27	4.845.652,05
VALORES DIFERIDOS - BAIXA	222,81	222,81	INVERSOES FINANCEIRAS	28.738.342,14	85.198.955,50
MUTACOES ATIVAS	35.415.690,55	97.708.931,30	INTERFERENCIAS PASSIVAS	9.603,88	222,81
INCORPORACOES DE ATIVOS	9.094.710,60	13.114.097,42	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	9.603,88	222,81
AQUISICOES DE BENS	2.710.015,14	8.390.691,30	VALORES DIFERIDOS - INSCRIÇÃO	9.603,88	222,81
INCORPORACAO DE CREDITOS	6.384.695,46	4.723.406,12	MUTACOES PASSIVAS	140.952,66	177.954,75
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	26.320.979,95	84.594.833,88	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	140.952,66	177.954,75
RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	231.633.494,11	242.419.572,22	LIQUIDACAO DE CREDITOS	140.952,66	177.954,75
INTERFERENCIAS ATIVAS	799.353,44	35.820.042,06	RESULTADO EXTRA-ORCAMENTARIO	212.829.773,75	198.119.216,43
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	411.740,63	35.711.414,96	INTERFERENCIAS PASSIVAS	3.382.031,31	1.819.435,91
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	387.612,81	106.218,32	TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDO	267.731,18	169.795,53
MOVIMENTO DE FUNDOS A DEBITO	0,00	2.408,78	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.633.413,10	1.606.362,65
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS	230.834.140,67	206.599.530,16	MOVIMENTO DE FUNDOS A CREDITO	480.887,03	43.277,73
INCORPORACOES DE ATIVOS	219.900.014,64	202.745.592,80	DECRESIMOS PATRIMONIAIS	209.447.742,44	196.299.780,52
INCORPORACAO DE BENS IMOVEIS	1.573.350,99	1.065.430,73	DESINCORPORACOES DE ATIVOS	180.190.878,96	170.784.034,89
INCORPORACAO DE BENS MOVEIS	193.719,17	54.015,27	BAIXA DE BENS IMOVEIS	107.706,11	8.834.664,81
INCORPORACAO DE DIREITOS	218.132.944,48	201.626.146,80	BAIXA DE BENS MOVEIS	321.097,80	588.500,34
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	10.934.126,03	3.853.937,36	BAIXA DE TITULOS E VALORES	0,00	35.253.591,70
DEFICIT			BAIXA DE DIREITOS	179.762.075,05	126.107.278,04
VARIACOES ATIVAS	274.649.438,14	355.175.965,64	AJUSTES DE BENS, VALORES E CREDITOS	62.463,07	25.092,43
			DEPRECIAÇÃO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	62.463,07	25.092,43
			INCORPORACAO DE PASSIVOS	29.194.400,41	25.490.653,20
			RESULTADO PATRIMONIAL	23.828.648,13	55.658.842,61
			SUPERAVIT	23.828.648,13	55.658.842,61
				274.649.438,14	355.175.965,64



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANCO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO	2011	MES	DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	373058/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DE M.G. DO SUL-INCRA/SR-16	EMISSAO	20/03/2012	PAGINA	1
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO				

RECEITA					EXPESA				
TITULOS	PREVISAO INICIAL	PREVISAO ATUALIZADA	REALIZACAO	EXCESSO OU INSUFICIENCIA DE ARRECADACAO	TITULOS	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	EXECUCAO	ECONOMIA OU EXCESSO NA EXECUCAO DE DESPESA
					CREDITOS INICIAIS/SUPLEMENT DESPESAS CORRENTES PESSOAL E ENCARGOS SOCI OUTRAS DESPESAS CORREN DESPESAS DE CAPITAL INVESTIMENTOS INVERSOES FINANCEIRAS	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	41.833.747,38 8.925.314,99 21.136,47 8.904.178,52 32.908.432,39 662.038,25 32.246.394,14	37.840.459,72 8.509.295,31 21.136,47 8.488.158,84 29.331.164,41 592.822,27 28.738.342,14	3.993.287,66 416.019,68 0,00 416.019,68 3.577.267,98 69.215,98 3.508.052,00
SUBTOTAL I					SUBTOTAL I	0,00	41.833.747,38	37.840.459,72	3.993.287,66
TOTAL					TOTAL	0,00	41.833.747,38	37.840.459,72	3.993.287,66
DEFICIT TOTAL	0,00	0,00	37.840.459,72	-37.840.459,72	SUPERAVIT TOTAL				
TOTAL GERAL	0,00	0,00	37.840.459,72	-37.840.459,72	TOTAL GERAL	0,00	41.833.747,38	37.840.459,72	3.993.287,66



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS DISPONIBILIDADES - TODOS OS ORCAMENTOS
SUBTITULO	373058/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DE M.G. DO SUL-INCRA/SR-16
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO

EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
EMISSAO 20/03/2012	PAGINA 1

DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS			COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS		
TITULOS	2011	2010	TITULOS	2011	2010
			CREDITOS EM CIRCULACAO	-102.539.843,18	-105.436.043,58
			CREDITOS A RECEBER	-102.539.843,18	-105.436.043,58
			RECURSOS ESPECIAIS A RECEBER	-102.539.843,18	-105.436.043,58
			LIMITE DE SAQUE C/VINCULACAO DE PAGAMENTO	-1.723.223,92	-454.471,76
			RECURSOS A RECEBER PARA PAGAMENTO DE RP	-100.816.619,26	-104.981.571,82
			OBRIGACOES EM CIRCULACAO	102.569.746,91	105.423.675,09
			OBRIGACOES A PAGAR	102.550.254,63	105.423.675,09
			RESTOS A PAGAR	102.550.254,63	105.423.675,09
			NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR	102.550.254,63	105.423.675,09
			VALORES EM TRANSITO EXIGIVEIS	19.492,28	0,00
			SAQUE POR CARTAO DE CREDITO CORPORATIVO	19.492,28	0,00
			VALORES DO PASSIVO PENDENTES A CURTO PRAZO	9.603,88	222,81
			RECURSO DIFERIDO RECEBIDO	9.603,88	222,81
			SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO DO EXERCICIO	-39.507,61	12.145,68
			DISPONIBILIDADES P/FONTE DE RECURSOS	-100.846.522,99	-104.969.203,33
			DISPONIBILIDADE DE RESTOS A PAGAR	100.816.619,26	104.981.571,82
			LIMITE DE RESTOS A PAGAR - RECEBIDO	100.816.619,26	104.981.571,82
			DISPONIBILIDADE DE RECURSO DIFERIDO	-9.603,88	-222,81
			DISPONIBILIDADE SUBREPASSE DIFERIDO RECEBI	-9.603,88	-222,81
	0,00	0,00	COMPOSICAO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DISPONIBILIDADE DA FONTE DE RECURSOS - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	373058/37201 - SUPERINT. ESTADUAL DE M.G.DO SUL-INCRA/SR-16	EMISSAO 20/03/2012	PAGINA 1
ORGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO		

TITULOS	2011	2010
DISPONIBILIDADE POR FR.	-104.969.203,33	-104.969.203,33
DISPONIBILIDADE POR FR (SALDO INICIAL)	-104.969.203,33	-104.969.203,33
INGRESSOS	44.596.775,97	44.596.775,97
INGRESSOS EXERCICIO ANTERIOR	37.477.632,33	37.477.632,33
SUBREPASSE DIFERIDO RECEBIDO	222,81	222,81
ORDEM TRANSFERENCIA RECEBIDA	387.612,81	387.612,81
CANCELAMENTO DE RP NAO PROCESSADO	10.934.063,16	10.934.063,16
CANCELAMENTO DE RP PROCESSADO	62,87	62,87
RECURSO DE LIMITE DE RP RECEBIDO	26.155.670,68	26.155.670,68
INGRESSOS EXERCICIO ATUAL	7.119.143,64	7.119.143,64
REPASSE RECEBIDO	317,31	317,31
SUBREPASSE RECEBIDO	7.118.826,33	7.118.826,33
DISPENDIOS	-40.473.872,82	-40.473.872,82
DISPENDIOS EXERCICIO ANTERIOR	-2.633.413,10	-2.633.413,10
ORDEM TRANSFERENCIAS CONCEDIDA	-2.633.413,10	0,00
DISPENDIOS EXERCICIO ATUAL	-37.840.459,72	-37.840.459,72
DESPESA EMPENHADA LIQUIDADA	-37.840.459,72	-37.840.459,72
DISPONIBILIDADE POR FR.	-100.846.300,18	0,00
DISPONIBILIDADE POR FR (SDO FINAL)	-100.846.522,99	0,00
DISPONIBILIDADE DIFERIDA RECEBIDA	222,81	0,00
TOTAL	0,00	0,00



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA - TODOS OS ORÇAMENTOS	EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
SUBTÍTULO	373058/37201 - SUPERINT.ESTADUAL DE M.G.DO SUL-INCRA/SR-16	EMISSAO 20/03/2012	PAGINA 1
ÓRGÃO SUPERIOR	49000 - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		

TÍTULOS	2011	2010
RECEITAS ORÇAMENTARIAS		
RECEITAS CORRENTES	480.887,03	42.073,34
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	480.887,03	42.073,34
DEDUÇOES DA RECEITA	0,00	-1.204,39
TOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTARIAS	480.887,03	40.868,95
DESPESAS ORÇAMENTARIAS		
DESPESAS CORRENTES	8.509.295,31	11.175.121,49
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	21.136,47	13.892,34
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.488.158,84	11.161.229,15
DESPESAS DE CAPITAL	29.331.164,41	90.044.607,55
INVESTIMENTOS	592.822,27	4.845.652,05
INVERSOES FINANCEIRAS	28.738.342,14	85.198.955,50
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTARIAS	37.840.459,72	101.219.729,04
RESULTADO ORÇAMENTARIO	-37.359.572,69	-101.178.860,09
INTERFERENCIAS ATIVAS ORÇAMENTARIAS	7.119.366,45	15.006.593,17
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	7.119.366,45	15.006.593,17
MUTACOES ATIVAS ORÇAMENTARIAS	35.415.690,55	97.708.931,30
INCORPORACAO DE ATIVOS	9.094.710,60	13.114.097,42
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	26.320.979,95	84.594.833,88
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORÇAMENTARIAS	9.603,88	222,81
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	9.603,88	222,81
(-) MUTACOES PASSIVAS ORÇAMENTARIAS	140.952,66	177.954,75
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	140.952,66	177.954,75
RESULTADO ORÇAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	5.024.927,77	11.358.486,82
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORÇAMENTARIAS	5.024.927,77	11.358.486,82
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORÇAMENTARIAS	799.353,44	35.820.042,06
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	411.740,63	35.711.414,96
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	387.612,81	106.218,32
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	0,00	2.408,78
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORÇAMENTARIOS	230.834.140,67	206.599.530,16
INCORPORACAO DE ATIVOS	219.900.014,64	202.745.592,80
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	10.934.126,03	3.853.937,36
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORÇAMENTARIAS	3.382.031,31	1.819.435,91
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	267.731,18	169.795,53
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.633.413,10	1.606.362,65
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	480.887,03	43.277,73
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORÇAMENTARIOS	209.447.742,44	196.299.780,52
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	180.190.878,96	170.704.034,89
INCORPORACAO DE PASSIVOS	29.194.400,41	25.490.653,20
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	62.463,07	25.092,43
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	23.828.648,13	55.658.842,61



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	DEMONSTRACAO DAS VARIACOES PATRIMONIAIS POR NATUREZA E FUNCAO - TODOS OS ORCAMENTOS	EXERCICIO 2011	MES DEZ(FECHADO)
SUBTITULO	373058/37201 - SUPERINT.ESTADUAL DE M.G.DO SUL-INCRA/SR-16	EMISSAO 20/03/2012	PAGINA 1
ORGAO SUPERIOR	49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		

TITULOS	2011	2010
RECEITAS ORCAMENTARIAS		
RECEITAS CORRENTES	480.887,03	42.073,34
RECEITAS NAO TRIBUTARIAS	480.887,03	42.073,34
DEDUICOES DA RECEITA	0,00	-1.204,39
TOTAL DAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	480.887,03	40.868,95
DESPESAS ORCAMENTARIAS		
PREVIDENCIA SOCIAL	2.260,80	10.640,06
ORGANIZACAO AGRARIA	11.498.343,30	16.611.002,82
(-) TOTAL DAS DESPESAS ORCAMENTARIAS	37.840.459,72	101.219.729,04
RESULTADO ORCAMENTARIO	-37.359.572,69	-101.178.860,09
INTERFERENCIAS ATIVAS ORCAMENTARIAS	7.119.366,45	15.006.593,17
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	7.119.366,45	15.006.593,17
MUTACOES ATIVAS ORCAMENTARIAS	35.415.690,55	97.708.931,30
INCORPORACAO DE ATIVOS	9.094.710,60	13.114.097,42
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	26.320.979,95	84.594.833,88
(-) INTERFERENCIAS PASSIVAS ORCAMENTARIAS	9.603,88	222,81
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	9.603,88	222,81
(-) MUTACOES PASSIVAS ORCAMENTARIAS	140.952,66	177.954,75
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	140.952,66	177.954,75
RESULTADO ORCAMENTARIO APOS INTERF/MUTACOES	5.024.927,77	11.358.486,82
RECEITAS DE INST. FINANC., ENT. COMER. E IND.		
RESULTADO APOS REC/DESP EXTRA-ORCAMENTARIAS	5.024.927,77	11.358.486,82
INTERFERENCIAS ATIVAS EXTRA-ORCAMENTARIAS	799.353,44	35.820.042,06
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES RECEBIDOS	411.740,63	35.711.414,96
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	387.612,81	106.218,32
OUTRAS INTERFERENCIAS ATIVAS	0,00	2.408,78
ACRESCIMOS PATRIMONIAIS EXTRA-ORCAMENTARIOS	230.834.140,67	206.599.530,16
INCORPORACAO DE ATIVOS	219.900.014,64	202.745.592,80
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	10.934.126,03	3.853.937,36
OUTROS ACRESCIMOS PATRIMONIAIS		
(-) INTERFERENCIAS PASS. EXTRA-ORCAMENTARIAS	3.382.031,31	1.819.435,91
TRANSFERENCIAS DE BENS E VALORES CONCEDIDOS	267.731,18	169.795,53
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	2.633.413,10	1.606.362,65
OUTRAS INTERFERENCIAS PASSIVAS	480.887,03	43.277,73
(-) DECRESCIMOS PATRIM. EXTRA-ORCAMENTARIOS	209.447.742,44	196.299.780,52
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	180.190.878,96	170.784.034,89
INCORPORACAO DE PASSIVOS	29.194.400,41	25.490.653,20
OUTROS DECRESCIMOS PATRIMONIAIS	62.463,07	25.092,43
RESULTADO PATRIMONIAL / SUPERAVIT OU DEFICIT	23.828.648,13	55.658.842,61

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA

18 Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

Com o advento da Portaria 558 de 1999 a Superintendência Regional de Mato Grosso do Sul, convocou 432 pessoas cadastradas como responsáveis por imóveis acima de 10.000,00 há.

Este procedimento resultou no cancelamento de 40 códigos no SNCR, conforme abaixo relacionados:

	Código do Imóvel	PROPRIETÁRIO	MUNICÍPIO	ÁREA (ha)
1	907022.011630-2	FERNANDO ALVES RIBEIRO	AQUIDAUANA	10.191,90
2	907022.001430-5	JALILE DIBO ZAHER	AQUIDAUANA	10.900,70
3	907022.011479-2	LUIZ ANTONIO JACOBINA	AQUIDAUANA	12.479,20
4	907022.002380-0	RENATO ALVES RIBEIRO	AQUIDAUANA	11.186,70
5	912026.008109-6	AGROPECUARIA BARREIRINHO SA	BRASILÂNDIA	10.365,10
6	912026.014486-1	ARTHUR JOSE HOFIG JUNIOR	BRASILÂNDIA	10.511,10
7	907030.003450-1	ECOTROPICA - Fundação de Apoio á Vida nos Trópicos	CORUMBÁ	13.665,00
8	907030.003190-1	AUGUSTA GOMES DA SILVA BARROS	CORUMBÁ	38.934,00
9	907030.009121-1	CLAUDINEI DA SILVA	CORUMBÁ	31.876,40
10	907030.006246-7	NICE MARIA TERRA DE MEDEIROS PEREIRA	CORUMBÁ	10.000,00
11	907030.025585-0	HENRIQUE JOSE KREBS RAMOS JUNIOR	CORUMBÁ	12.216,90
12	907030.003182-0	GABRIEL VANDONI DE BARROS	CORUMBÁ	14.500,00
13	626015.006750-6	COTIA COMERCIO EXPORTACAO E IMPORTACAO SA	CORUMBÁ	23.072,80
14	907030.010243-4	ERCI DE ANDRADE HILDEBRAND ALBUQUERQUE	CORUMBÁ	16.975,00
15	907030.009393-1	NADYR ASSIS DE BARROS	CORUMBÁ	12.515,00
16	907030.020800-3	LUIZ ZILLO	CORUMBÁ	35.676,00
17	907030.009750-3	ECOTRÓPICA - FUNDAÇÃO DE APOIO A VIDA NOS TRÓPICOS	CORUMBÁ	13.409,50

18	907030.842206-3	CUNHATAMM LTDA	CORUMBÁ	11.309,00
19	907030.006238-6	GERALDO MAJELLA PINHEIRO	CORUMBÁ	16.890,00
20	907030.006815-5	FRANCISCO MARIANI WANDERLEY	CORUMBÁ	14.400,00
21	907030.003204-5	AUGUSTA GOMES DA SILVA BARROS	CORUMBÁ	18.943,50
22	907030.003999-6	CESAR CARCANO FILHO	CORUMBÁ	13.003,50
23	907030.025569-9	JOAO DE ARAUJO RIBEIRO DANTAS	CORUMBÁ	12.828,00
24	907030.008230-1	NEUZA BASTOS	CORUMBÁ	10.648,00
25	907030.001864-6	ANTONIO BARRETO BALTAZAR	CORUMBÁ	14.856,00
26	813095.100110-4	AFRODISIO JAMBEIRO DE ASSIS	CORUMBÁ	25.000,00
27	908070.102342-7	ANIZIO DE EMILIO	CORUMBÁ	20.674,40
28	910066.005410-0	IVO DE LIMA/ ISRAELI SHIMON	JARDIM	32.291,00
29	901253.103446-6	JOEL BERTHO DO NASCIMENTO	LADÁRIO	52.000,00
30	908070.001341-0	SERAFIM MENEGHEL	PEDRO GOMES	12.221,00
31	911062.002607-0	JOAQUIM LINO VIEIRA	RIBAS DO RIO PARDO	10.499,00
32	911062.034479-9	CELMASUL AGROPECUARIA LTDA	RIBAS DO RIO PARDO	15.694,60
33	907049.027820-7	JOAO PEREIRA CALDAS	RIBAS DO RIO PARDO	63.200,00
34	910074.038253-2	OSCAR HERMINIO FERREIRA FILHO	RIBAS DO RIO PARDO	11.405,50
35	911062.000922-1	TRANSPARANA FLORESTAL S A	RIBAS DO RIO PARDO	28.878,80
36	908070.101460-6	ARNALDO BARBOSA DE ANDRADE	RIBAS DO RIO PARDO	16.405,80
37	911070.266370-1	AGRO INDUSTRIAL PASSA TEMPO SA	RIO BRILHANTE	13.237,20
38	909017.030643-2	ANTONIA PEREIRA CORREA - ESPÓLIO	SANTA RITA DO PARDO	17.466,00
39	901016.117544-5	PEDRO IVO DE FREITAS E OUTROS	SONORA	11.076,00
40	908029.717940-0	ANTONIO FANCELLI	SONORA	15.887,10

747.289,70

Quanto a matrículas canceladas dos registros rurais vinculados a títulos nulos de pleno direito, tem-se relacionado apenas um, com área de 11.318,60 hectares. Trata-se de decisão da Justiça da Comarca de Rio Brilhante, nos autos nº 020.04.000407-4, sobre irregularidade no título de domínio da “Fazenda 3 M”. A SR/16 procedeu o cancelamento no SNCR, conforme processo nº 54290.004020/2010-41.

19 Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

A principal dificuldade a ser gerida em 2012 está ligada às decisões judiciais que paralisaram as atividades de obtenção de terras e, consequentemente, a criação de novos assentamentos no exercício 2011.

O levantamento ocupacional dos assentamentos já foi completado e, nos casos onde foram encontradas irregularidades, estão sendo trabalhadas as ações de retomada judicial. Até março de 2012, já foram protocoladas na Justiça Federal 150 ações nesse sentido.

Quanto à implantação de infra-estrutura básica nos assentamentos criados há 02 ou 03 anos, os recursos orçamentários disponíveis no Plano de Compromisso 2012 serão executados de imediato. Além disso, serão feitas gestões junto ao INCRA-Sede para a descentralização de mais recursos, de maneira a zerar esse passivo.

Outra demanda urgente é a viabilização de recursos financeiros para saldar os “restos a pagar”, principalmente da ação de crédito de instalação.

No exercício de 2012, serão ampliadas as ações de educação nos assentamentos, sendo ativada a ação 8370, educação de jovens e adultos.

Grande expectativa, no exercício de 2012, está sendo depositada na gestão junto ao Ministério do Planejamento para o encaminhamento da proposta de reajustes da remuneração básica dos cargos que integram o quadro de pessoal do INCRA, que se encontra bastante defasada em comparação com quadros do Executivo da União e de outras autarquias federais. Esse fator deverá influir positivamente na motivação do pessoal existente e na sua permanência nos cargos ocupados, evitando a rotatividade demasiada, que gera muitos prejuízos à produtividade do desempenho.